

# APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 07/04/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público de Rondônia**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING do MP-RO**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/8eff88a4-4552-43f4-b97b-9afe68405d18>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/e27ae0ef-65c0-4b1d-94c4-4c9b62f04e76>



**Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

# PROVA COMENTADA –

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA

**QUESTÃO 01.** A respeito da insignificância, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

a) não se aplica a crimes ambientais, ainda que ínfima a ofensividade da conduta.

b) não se aplica ao crime de dano qualificado por prejuízo ao patrimônio público.

c) é cabível para afastar a tipicidade material de crime de violação de direito autoral.

d) é cabível para afastar a tipicidade material da conduta de introduzir no território nacional medicamento falsificado ou não autorizado (artigo 273, §1 e §1-B, do CP).

e) é cabível para afastar a tipicidade material dos crimes de estelionato, ainda que praticado contra o seguro desemprego.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o princípio da insignificância.

A alternativa A está incorreta. Nos crimes ambientais, é cabível a aplicação do princípio da insignificância como causa excludente de tipicidade da conduta, desde que presentes os seguintes requisitos: conduta minimamente ofensiva, ausência de periculosidade do agente, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e lesão jurídica inexpressiva (AgRg no REsp 1845406/SC).

A alternativa B está correta. Não é possível aplicar o princípio da insignificância ao crime de dano qualificado ao patrimônio público, diante da lesão a bem jurídico de relevante valor social, que afeta toda a coletividade (AgRg no HC 676181/SC).

A alternativa C está incorreta. O STJ entende ser inaplicável o princípio da insignificância ao delito de violação de direito autoral (AgRg nos EDcl nos EDcl no AgRg no RHC 110831/MT).

A alternativa D está incorreta. Conforme entendimento estabelecido na Edição 221 de Jurisprudência em teses, o STJ, no ponto 8, fixou que: “Inaplicável o princípio da insignificância ao crime do art. 273 do CP, qualquer que seja a quantidade de medicamentos apreendidos, pois a conduta traz prejuízos efetivos à saúde pública.” Sendo assim, o referido tribunal “tem-se orientado no sentido de ser descabida a incidência do princípio da insignificância na hipótese em que o agente introduz no território nacional medicamentos não autorizados pelas autoridades competentes, tendo em vista o alto grau de reprovabilidade da importação irregular de medicamentos. Precedentes” (AgRg no AREsp n. 1.674.306/RS, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 30/6/2020, DJe de 7/8/2020).”.

A alternativa E está incorreta. Há diversos julgados do STJ no sentido de não ser cabível a aplicação do princípio da insignificância ao crime de estelionato praticado em detrimento da AP, como pode ser visto, por exemplo, no AgRg no REsp 2007197/SE. Também há entendimentos específicos, a respeito da não aplicação

quando da obtenção de vantagem econômica indevida mediante fraude ao programa do seguro-desemprego (AREsp 1644157/PB).

**QUESTÃO 02. Tendo em conta as situações hipotéticas a seguir e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça a respeito da imposição de medida de segurança, assinale a alternativa correta.**

**a) Mévio, inimputável, sentenciado à medida de segurança, pelo homicídio simples de Seprônio, poderá permanecer internado por período indeterminado, enquanto persista a periculosidade.**

**b) Caio, ao ter reconhecida a inimputabilidade superveniente, enquanto cumpria a pena privativa de liberdade pelo crime a que foi condenado, será submetido à medida de segurança, cuja duração não poderá ultrapassar o tempo da pena que restava cumprir.**

**c) Tício, inimputável por doença mental, sentenciado à medida de segurança, por fato tipificado como crime, sancionado com reclusão, não poderá ser submetido a tratamento ambulatorial, devendo necessariamente permanecer internado, em hospital de custódia.**

**d) Mévia, considerada semi-imputável, condenada à pena privativa de liberdade de 5 anos de reclusão por crime de roubo, substituída por medida de segurança, permanecerá internada por prazo indeterminado, enquanto persista a periculosidade.**

**e) Tícia, inimputável por doença mental, sentenciada à medida de segurança, por fato tipificado como crime, poderá permanecer internada em hospital psiquiátrico particular, custeado por sua família.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Medida de Segurança.

A alternativa A está incorreta. No que tange ao prazo máximo de duração da medida de segurança, uma vez que o CP não fixe uma duração determinada, a jurisprudência cuidou do tema, embora haja uma divergência de entendimentos: o STF entende que o prazo máximo seria de 40 anos, fazendo uma analogia com o prazo máximo previsto pelo CP para penas privativas de liberdade; já o STJ entende que o prazo máximo da medida de segurança equivale à pena máxima em abstrato prevista para cada crime (súmula n. 527). De toda forma, a medida de segurança jamais poderá ter duração indefinida.

A alternativa B está correta. Conforme o art. 183 da Lei de Execução Penal, quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da autoridade administrativa, poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança. Nesse caso, a sua duração está limitada ao tempo que resta para o cumprimento da pena estabelecida na sentença condenatória, em respeito à coisa julgada, conforme entendimento do STJ (HC 130.162).

A alternativa C está incorreta. O CP estabelece, no seu art. 97, que se o fato cometido pelo agente for punido com pena de reclusão, a sua internação é obrigatória; contudo, esse critério é alvo de muitas críticas por não se adequar ao princípio da proporcionalidade, por isso, o STF e o STJ firmaram jurisprudência no sentido de que é perfeitamente possível aplicar o tratamento ambulatorial mesmo quando o fato praticado pelo agente é punido com reclusão, desde que o fato concreto assim recomende.

A alternativa D está incorreta. A sentença endereçada ao semi-imputável sempre será condenatória (nunca absolutória imprópria), mas o CP estabelece uma causa de diminuição de pena nesse caso, que irá incidir na terceira fase da dosimetria, permitindo que a pena seja reduzida de 1/3 a 2/3 (art. 26, p. único do CP). Se, após a condenação, o juiz analisar o caso e verificar que o réu é dotado de periculosidade e necessita de especial tratamento curativo, poderá substituir a pena diminuída por uma medida de segurança (art. 98 do CP). Contudo, a medida de segurança não poderá se prolongar indefinidamente, devendo obedecer aos parâmetros impostos pelos tribunais superiores: limite máximo das penas, previsto no art. 75, caput, do CP, conforme o STF, ou limite máximo de pena prevista para o tipo penal a que foi condenado, de acordo com a súmula n. 527 do STJ.

A alternativa E está incorreta. O art. 96, I, do CP dispõe que a medida de internação será cumprida em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta deste, em outro estabelecimento adequado. Percebe-se, assim, que a possibilidade de cumprimento em local outro que não HCTP só é possível se não houver vagas neste, não sendo, portanto, uma escolha discricionária da parte do sentenciado ou de sua família.

**QUESTÃO 03. Mévio, brasileiro, em voo com destino ao exterior, em aeronave de propriedade de empresa aérea brasileira, quando já em espaço aéreo estrangeiro, a fim de satisfazer a própria lascívia, aproveitando-se que a passageira ao lado dormia, masturba-se, ejaculando sobre o corpo da mulher que, imediatamente, acorda. A mulher também é brasileira. Mévio é detido, assim que a aeronave pousa em solo estrangeiro. No entanto, pouco tempo depois, por decisão judicial que julgou a conduta por ele praticada atípica, não abarcada no tipo penal estrangeiro equivalente ao crime de estupro e ante a inexistência de tipo penal estrangeiro equivalente ao crime de importunação sexual, é absolvido. Logo após a decisão absolutória, Mévio retorna ao Brasil, sendo certo que aqui, em vista da repercussão do caso na imprensa, por iniciativa da autoridade policial, passa a ser investigado por crime de importunação sexual.**

**A respeito da situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

**a) Em vista da regra de extensão territorial, que considera praticado no país, os crimes ocorridos em aeronaves brasileiras, contra brasileiro, Mévio será julgado e processado pela lei brasileira, mesmo diante da absolvição por decisão estrangeira.**

**b) Em vista da regra de extensão territorial, que considera praticado no país, os crimes ocorridos em aeronaves brasileiras, por brasileiro, Mévio será julgado e processado pela lei brasileira, mesmo diante da absolvição por decisão estrangeira.**

**c) Ainda que cometido o crime no estrangeiro, Mévio será processado e julgado pela lei brasileira, mesmo diante da absolvição por decisão estrangeira, vez que se trata de crime que por convenção ou tratado, o Brasil se comprometeu a reprimir.**

**d) Embora a absolvição por decisão estrangeira não seja obstáculo, Mévio não poderá ser julgado e processado se inexistente representação da vítima, vez que o crime de importunação sexual é de ação penal pública condicionada.**

**e) Uma vez que houve julgamento e absolvição no estrangeiro, Mévio não poderá ser processado e julgado pela lei brasileira.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre Territorialidade.

A alternativa A está incorreta. O art. 7º, II, c do CP prevê hipótese de extensão territorial, aplicando-se a lei brasileira aos crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro, desde que neste não sejam julgados. No caso em apreço, a conduta foi submetida a julgamento criminal no país estrangeiro, motivo pelo qual não ser possível aplicar esta regra de extensão territorial.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir de fato correspondem a uma hipótese de extensão territorial, sendo possível a aplicação da lei brasileira ainda que cometidos em território estrangeiro (art. 7º, II, a, do CP). Ocorre que esta hipótese está sujeita à extraterritorialidade condicionada, de forma que apenas aplica-se a lei brasileira quando preenchidas determinadas condições, dispostas no art. 7º, §2º, do CP. São condições cumulativas para aplicação da regra da extensão territorial: 1)Entrar o agente em território nacional; 2)Ser o fato punível também no país em que foi praticado; 3)Estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; 4)Não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou ter lá cumprido a pena; e 5)Não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável. No caso em análise, percebe-se que o agente foi julgado e absolvido no estrangeiro, além do fato não ser punível no país em que foi praticado. Dessa feita, não é possível a aplicação da regra da extensão territorial, por ausência do preenchimento de requisitos essenciais, de forma a que ele venha a ser julgado pelos mesmos fatos no Brasil.

A alternativa D está incorreta. A absolvição do agente no estrangeiro descaracteriza a aplicação da regra de extensão territorial, de forma a que venha a ser processado pelos mesmos fatos no Brasil. Ademais, o crime de importunação sexual é de ação pública incondicionada, não dependendo, portanto, de representação da vítima, conforme disposto no art. 225, do CP.

A alternativa E está correta. Conforme o art. 7º, §2º, d, do CP, não poderá ser aplicada a regra da extensão territorial, com o conseqüente processamento e julgamento dos fatos praticados no estrangeiro, caso o agente tenha sido absolvido no estrangeiro.

**QUESTÃO 04. Caio, bombeiro salva-vidas aposentado, que atualmente é instrutor de aula de surfe, está na praia, aguardando possíveis clientes. Tício, bombeiro salva-vidas, que precisava levar o filho em consulta médica, pede a Caio que o substitua, por duas horas. Caio não aceita o encargo, pois precisa trabalhar no seu negócio. Tício, mesmo assim, resolve se ausentar. Caio, enquanto observava o mar, vê Mévio nadando em local perigoso e, de imediato, grita para o homem retroceder, avisando do perigo. O homem não atende Caio e ainda o xinga de velho caquético, afirmando saber nadar. Pouco tempo depois, Mévio começa a se afogar. Caio, ao perceber o afogamento de Mévio, não presta socorro, deixando a orla da praia. Tício, que retornava à praia para ocupar sua função de bombeiro, presta socorro a Mévio que, entretanto, não sobrevive devido ao tempo que permaneceu na água.**

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Caio praticou o crime de omissão de socorro.

b) Tício não incorreu em qualquer crime, visto que, embora ostentasse a qualidade de garante, o socorro foi prestado por terceiro, mostrando-se ineficaz.

c) Caio praticou o crime de homicídio culposo, por omissão, vez que, na qualidade de garante, tinha o dever de agir na primeira oportunidade para tentar impedir a realização do resultado morte.

d) Caio praticou o crime de omissão de socorro tentado, uma vez que o socorro foi prestado por terceiro, ainda que ineficaz.

e) Caio praticou o crime de homicídio doloso, por omissão imprópria, vez que, na qualidade de garante, tinha o dever de agir na primeira oportunidade para tentar impedir a realização do resultado morte.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Crimes omissivos e comissivos por omissão.

A alternativa A está correta. No caso apresentado, Caio, que possui conhecimentos de natação e capacidade de salvar uma pessoa de um afogamento, deixou de prestar socorro a Mévio. Desta forma, Caio incorreu no tipo penal do artigo 135 do CP, o qual dispõe: “Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.”. Destaca-se que Caio não aceitou o encargo oferecido por Tício, qual seja, atuar durante certo período com salva-vidas naquela praia, portanto, não tinha qualquer dever especial de cuidado, proteção ou vigilância. Portanto, não é possível imputar a Caio eventual crime omissivo por comissão ou omissivo impróprio, nos termos do artigo 13,§2º, “a”, “b” e “c”, do CP: § 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem: a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado”. No caso dos crimes omissivos impróprios, o agente, embora tenha se omitido em determinada situação, em razão da posição que ocupa, nos termos do artigo 13,§2º, “a”, “b” e “c”, do CP, responderá pelo resultado verificado e não pela mera omissão. No caso narrado, se Caio tivesse assumido a posição de Tício, este responderia pelo homicídio de Mévio, visto que não atuou para evitá-lo.

A alternativa B está incorreta. No caso apresentado, o socorro não foi prestado por terceiro, mas sim por Tício, que não logra êxito por conta de seu atraso. A alternativa traz certa dubiedade, uma vez que, em relação ao crime omissivo impróprio de homicídio, seria possível argumentar que, no caso narrado, Tício, estava fisicamente impossibilitado de agir, pois não estava no local e o artigo 13,§2º, do CP traz a possibilidade de atuação para tipificação da omissão imprópria. Todavia, a alternativa afirma que Tício não cometeu qualquer crime, ou seja, não restringe ao delito omissivo impróprio, de modo que é possível estabelecer que Tício praticou o delito de abandono de posto, trazido no artigo 195 do CPM: “Art. 195. Abandonar, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou o serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo: Pena – detenção, de três meses a um ano.”

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A. Vale destacar que, mesmo que Caio tivesse adotado a posição de garante, no caso apresentado, ele não deixou de agir por imprudência, negligência ou imperícia (art. 18,II, do CP), mas sim com dolo, logo, o crime seria doloso.

A alternativa D está incorreta. O crime de omissão de socorro, art. 135 do CP, é formal, ou seja, embora a lei preveja um resultado naturalístico, não o exige para a consumação do delito. Portanto, a consumação do referido tipo se dá com a prática da omissão, independentemente de resultado.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

#### **QUESTÃO 05. Considerando os crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro:**

**a) Tício, ao se evadir do local, deixando de prestar socorro imediato a Caio, que atropelou conduzindo seu veículo, a fim de se furtar das responsabilidades penais, pratica apenas o crime de omissão de socorro (artigo 304, do CTB), vez que o crime de evasão para fugir às responsabilidades (artigo 305, do CTB) foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.**

**b) Mévia, ao deixar de prestar imediato socorro a Tícia, que atropelou e matou conduzindo seu veículo, pratica os crimes de omissão de socorro (artigo 304, do CTB) e o crime de homicídio culposo no trânsito (artigo 302, do CTB), em concurso material.**

**c) Tício, condenado à pena de 5 anos de reclusão, pelo homicídio culposo (artigo 302, parágrafo 3, do CTB) praticado na condução de veículo, em estado de embriaguez, por expressa previsão do Código de Trânsito Nacional, não poderá ter a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direito.**

**d) Caio, sem habilitação, ao causar lesões corporais de natureza grave em Seprônia, conduzindo seu veículo, pratica os crimes de lesão corporal na condução de veículo (artigo 303, do CTB) e o de dirigir sem a devida habilitação ou com o direito cassado (artigo 309, do CTB), em concurso material.**

**e) Caio, que voltava de uma festa em veículo conduzido por Tício, tendo-o instigado a participar de racha, que resultou na morte de Mévio, condutor de outro veículo, pratica o crime de homicídio na condução de veículo (artigo 302, do CTB), em coautoria.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata dos crimes de trânsito.

A alternativa A está incorreta. O art. 305 do CTB pune a seguinte conduta criminosa: “Afastar-se o condutor do veículo do local do sinistro, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída”. De acordo com a doutrina, trata-se de um delito cuja objetividade jurídica é a tutela da administração da Justiça, tendo em vista que a conduta incriminada por ele é capaz de dificultar (ou até mesmo impedir) a correta identificação do condutor que se evadiu e, conseqüentemente, dificultar a sua responsabilização penal ou civil decorrente do sinistro.

Todavia, ao contrário daquilo que foi mencionado na alternativa, esse dispositivo foi declarado constitucional pelo STF no ano de 2018. Veja a tese fixada pela Corte no julgamento: “A regra que prevê o crime do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) é constitucional, posto não infirmar o princípio da não incriminação, garantido o direito ao silêncio e ressalvadas as hipóteses de exclusão da tipicidade e da antijuridicidade” (Tema 907, RE 971.959).

A alternativa B está incorreta. Na verdade, a conduta de Mévia se subsume ao delito do art. 302 do CTB (homicídio culposo na direção de veículo automotor), com a incidência da causa de aumento de pena decorrente da omissão de socorro, que está estabelecida no §1º, III, do mesmo tipo penal. Veja os dispositivos: “Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor: §1º No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente: [...] III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do sinistro”.

É importante realizar a seguinte distinção: para o condutor que deu causa ao sinistro e omitiu socorro, aplica-se o delito de homicídio culposo ou lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (conforme o caso) e, ainda, a causa de aumento de pena para a omissão de socorro, de acordo com os arts. 302, §1º, e 303, §1º, ambos do CTB; por outro lado, para o condutor que não deu causa ao sinistro, mas que estava envolvido nele, será aplicado o crime autônomo do art. 304 do CTB se ele omitir socorro a alguma vítima.

No mesmo sentido está a doutrina de Renato Brasileiro de Lima, que afirma: “Enquanto a majorante é aplicável àquele que deu causa ao homicídio culposo, o crime do art. 304 do CTB deve ser aplicado apenas ao condutor de veículo que, agindo sem culpa em relação a eventual homicídio ou lesão corporal, se envolver em acidente e não socorrer imediatamente a vítima. Exemplificando, se o agente "A", culposamente, atropelar e matar "B", deixando de prestar socorro quando possível fazê-lo sem risco pessoal, deverá responder pelo crime do art. 302, §1º, III, do CTB. Se o indivíduo "C", que também teve seu carro abalroado no local do acidente, deixar de socorrer "B", deverá responder pelo delito do art. 304 do CTB”.

Portanto, nessa hipótese, pelo fato de Mévia ter sido a causadora do sinistro, ela responderá pelo homicídio culposo majorado pela omissão de socorro, como visto acima. Por óbvio, não há como sustentar que a omissão de socorro possa, ao mesmo tempo, justificar a incidência da causa de aumento e, também, de um crime autônomo, pois estaríamos diante de um indisfarçável *bis in idem*.

A alternativa C está correta. Desde a publicação da Lei 14.071/2020, que alterou o CTB, os delitos de homicídio culposo e lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, quando qualificados pela embriaguez do condutor, não mais admitem a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos. Essa vedação está no art. 312-B do CTB, que estabelece: “Aos crimes previstos no §3º do art. 302 e no §2º do art. 303 deste Código não se aplica o disposto no inciso I do caput do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)”.

Apesar de a redação do dispositivo não ter sido a mais adequada (pois ele deveria ter se referido ao art. 44 do CP como um todo), o objetivo da norma, indubitavelmente, foi estabelecer a vedação à aplicação de penas restritivas de direitos para os delitos em questão, e ela permanece válida até o presente momento. Portanto, no caso concreto narrado pelo enunciado, está correto afirmar que Tício, por ter sido condenado pelo delito de homicídio culposo na direção de veículo automotor qualificado pela embriaguez, não terá direito à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.

Por fim, é interessante destacar o posicionamento do STJ, segundo o qual essa vedação não se aplica aos crimes praticados antes da vigência da Lei 14.071/2020: “Outrossim, o crime foi praticado pelo Paciente em 13/07/2018, ou seja, antes da edição da Lei n. 14.071/2020, que acrescentou ao Código de Trânsito Brasileiro o art. 312-B – dispositivo que prescreveu que “[a]os crimes previstos no § 3º do art. 302 e no § 2º do art. 303 deste Código não se aplica o disposto no inciso I do caput do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940”. Portanto, é indiscutível que não há vedação legal para que, no crime de homicídio culposo na direção de veículo cometido sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, praticado antes do início da vigência da nova redação do art. 312-B do CTB, ocorra a substituição da reprimenda reclusiva por sanções restritivas de direitos” (HC 673.337, 2021).

A alternativa D está incorreta. Na verdade, no caso concreto narrado nessa alternativa, Caio irá responder pelo delito de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor com uma causa de aumento de pena pelo fato de ser inabilitado. Essa conclusão pode ser extraída a partir da conjugação do art. 302, §1º, e do art. 303, §1º, ambos do CTB, como se verá abaixo: “Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor: §1º No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente: I - não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação. Art. 303. Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor: §1º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) à metade, se ocorrer qualquer das hipóteses do §1º do art. 302”. Portanto, nessa hipótese, para evitar a ocorrência de *bis in idem*, ficará afastado o crime autônomo do art. 309 do CTB, que também pune a conduta de dirigir sem habilitação.

A alternativa E está incorreta, pois, na verdade, os dois envolvidos irão responder pelo delito do art. 308, §2º, do CTB: “Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada: [...] §2º Se da prática do crime previsto no caput resultar morte, e as circunstâncias demonstrarem que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena privativa de liberdade é de reclusão de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo”. Portanto, está correto afirmar que Caio e Tício responderão como coautores, tendo em vista que ambos praticaram condutas culposas que, juntas, foram capazes de produzir o resultado (ou seja, a morte de Mévio). Todavia, a responsabilização não será pelo art. 302 do CTB, pois a alternativa foi clara ao mencionar que os dois estavam participando de um “racha”, o que atrai o delito acima mencionado, que é dotado de maior gravidade.

**QUESTÃO 06. Caio, comerciante, contratou dois rapazes para distribuir panfletos anunciando a venda de mercadoria com prazo de validade vencido há poucos dias, por preço muito inferior ao praticado no mercado. Logo que iniciada a distribuição, um dos rapazes, sem saber, entrega um dos panfletos a agente policial, não identificado, em dia de folga, que passava pelo local. O policial, ao constatar o teor do panfleto, de imediato, interrompeu a distribuição antes que qualquer outra pessoa recebesse o papel. Levado à loja de Caio, pelos rapazes, o policial não localizou nenhuma mercadoria no estabelecimento com prazo de validade vencido exposta à venda ou em depósito. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

**a) Caio, em tese, incorreu no crime de fazer publicidade abusiva (artigo 67, do Código de Defesa do Consumidor), na forma tentada.**

**b) Caio, em tese, incorreu no crime de vender mercadoria imprópria ao consumo (artigo 7, inciso IX, da Lei 8.137/90), na forma tentada.**

**c) Caio, em tese, incorreu no crime de fazer publicidade abusiva (artigo 67, do Código de Defesa do Consumidor), na forma consumada.**

**d) Caio, em tese, incorreu no crime de fazer publicidade abusiva, que induza o consumidor a se colocar em perigo (artigo 68, do Código de Defesa do Consumidor), na forma tentada.**

**e) Caio, em tese, incorreu no crime de induzir o consumidor a erro (artigo 7, inciso VII, da Lei 8.137/90), na forma consumada.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata dos crimes contra o consumidor previstos no CDC e na Lei 8.137/90.

A alternativa A está incorreta. O art. 67 do CDC pune a seguinte conduta: “Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva”. Por sua vez, os conceitos de publicidade enganosa e publicidade abusiva podem ser extraídos dos parágrafos do art. 37 do CDC, que estabelece o seguinte: “§1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. §2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.” Nessa situação específica, não ocorreu, sequer na forma tentada, qualquer publicidade enganosa ou abusiva, pois o enunciado foi claro ao afirmar que os panfletos publicitários distribuídos estavam anunciando claramente a venda de mercadorias com prazo de validade vencido, razão pela qual, inclusive, elas estariam supostamente sendo vendidas por um preço muito inferior ao praticado no mercado. Logo, dada a ausência das elementares “enganosa” ou “abusiva”, fica afastado o delito do art. 67 do CDC.

A alternativa B está incorreta. O inciso IX do art. 7º da Lei 8.137/90 pune a seguinte conduta: “vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo”. Esse delito teria sido praticado se Caio efetivamente vendesse, tivesse em depósito ou expusesse a venda alguma matéria-prima ou mercadoria imprópria para o consumo, que, nesse caso, seria a mercadoria com prazo de validade vencido. Todavia, o enunciado foi claro ao afirmar que, em verdade, não havia nenhuma mercadoria em tais condições sendo vendida ou armazenada em depósito, razão pela qual esse delito fica afastado.

A alternativa C está incorreta. Como já extensamente mencionado nos comentários da alternativa A, não houve a realização de qualquer publicidade enganosa ou abusiva nesse caso concreto, o que afasta totalmente a configuração do delito do art. 67 do CDC, seja na forma tentada, seja na forma consumada.

A alternativa D está correta. O art. 68 do CDC pune a seguinte conduta: “Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à

sua saúde ou segurança”. No caso concreto narrado pelo enunciado, o comerciante Caio tentou promover uma publicidade capaz de induzir seus consumidores a atuarem de modo prejudicial à saúde, pois buscava fazer com que eles adquirissem um produto já fora do prazo de validade. Trata-se de um delito de natureza formal, que se consuma com a mera realização ou promoção da publicidade, independentemente da efetiva produção de um resultado danoso a algum consumidor. Todavia, nesta situação, a publicidade sequer foi promovida, tendo em vista que o único sujeito a receber um panfleto distribuído foi um policial que estava passando pelo local e que realizou a prisão em flagrante dos envolvidos, razão pela qual o crime foi apenas tentado, já que a execução foi interrompida por circunstâncias alheias à vontade dos agentes (art. 14, II, CP).

A alternativa E está incorreta. O inciso VII do art. 7º da Lei 8.137/90 pune a seguinte conduta: “induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade do bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária”. Aqui, para que o delito possa ser consumado, é imprescindível que o consumidor seja efetivamente induzido a erro para que realize a aquisição do bem ou serviço em questão. Portanto, considerando que nenhum consumidor foi atingido pela conduta dos agentes (já que apenas o policial foi alvo da divulgação publicitária, e ele também não foi induzido a erro para adquirir algum produto), não houve a prática do delito em questão.

**QUESTÃO 07. Caio contrata Mévio, para matar Seprônia, sua ex-chefe, que não perdoa por ter sido demitido. Antes, contudo, solicita que Mévio mantenha Seprônia presa, por alguns dias, em um quarto fechado, infestado de baratas, inseto do qual ela tem fobia. Para tanto, Caio entrega a Mévio metade do valor convencionado, comprometendo-se a pagar o restante somente após a morte. Mévio passa a seguir Seprônia e, no dia em que ela caminhava, sozinha, por rua sem movimento, a aborda, com arma de fogo, obrigando-a a entrar no carro, partindo para um bairro distante, onde já tinha uma casa alugada, para mantê-la, em cárcere privado. Seprônia é trancada em um quarto fechado, todo escuro, sem ventilação, infestado de baratas. Passados alguns minutos presa, Seprônia percebe a presença das baratas e começa a gritar, em desespero. Mévio a mantém presa, por três horas, mas, tendo se excitado com os gritos de pavor de Seprônia, decide tirá-la do quarto, mantendo com ela, sob ameaça de arma de fogo, conjunção carnal forçada. Após, Mévio volta a manter Seprônia presa, no quarto.**

Durante o período em que Seprônia é mantida trancada, Caio e Mévio se falam. Mévio não conta que submeteu Seprônia à conjunção carnal forçada, apenas reportando a ele o desespero dela, em razão das baratas. No dia em que Mévio mataria Seprônia, ele vê no jornal televisivo a notícia do desaparecimento dela, seguida de entrevista da mãe, chorando pelo sumiço da filha. Neste momento, Mévio se dá conta de que Seprônia é filha de Tícia, sua professora de infância, que o ensinou a ler, além de auxiliar sua família carente, ao longo de anos. Diante disso, Mévio decide não mais matar Seprônia, libertando-a, após a manter em cárcere privado, por 5 dias. Mévio comunica a decisão a Caio, que disse que por conta de Seprônia permanecer viva, tudo viria à tona e eles acabariam presos. Caio ainda falou que nada mais devia a Mévio, já que ele não cumpriu com metade do acordo. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Mévio responderá pelo crime de sequestro e cárcere privado qualificado pelo intenso sofrimento causado (artigo 148, parágrafo 2, do CP). Caio responderá pelo homicídio qualificado pelo emprego de tortura, na forma tentada (artigo 121, parágrafo 2, inciso III, do CP). Mévio também responderá pelo estupro (artigo 213, do CP).

b) Mévio responderá pelo crime de sequestro e cárcere privado qualificado pelo intenso sofrimento causado (artigo 148, parágrafo 2, do CP). Caio responderá pelo homicídio qualificado pelo emprego de tortura, na forma tentada (artigo 121, parágrafo 2º, inciso III, do CP). Caio e Mévio responderão também pelo crime de estupro (artigo 213, do CP), que, embora praticado por Mévio, Caio, ao contratá-lo, assumiu o risco de prática de crimes diversos.

c) Caio e Mévio responderão pelo crime de sequestro e cárcere privado qualificado pelo intenso sofrimento causado (artigo 148, parágrafo 2, do CP). Caio e Mévio responderão também pelo crime de estupro (artigo 213, do CP), que, embora praticado por Mévio, Caio, ao contratá-lo, assumiu o risco de prática de crimes diversos.

d) Caio e Mévio responderão pelo homicídio qualificado pelo emprego de tortura, na forma tentada (artigo 121, parágrafo 2, inciso III, do CP). Mévio responderá também pelo crime de estupro (artigo 213, do CP).

e) Caio e Mévio responderão pelo crime de sequestro e cárcere privado qualificado pelo intenso sofrimento causado (artigo 148, parágrafo 2, do CP). Mévio responderá também pelo crime de estupro (artigo 213, do CP).

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre iter criminis e concurso de pessoas.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa E está correta. No caso narrado não se verifica, a partir das condutas de Mévio, o início dos atos de execução do homicídio, em verdade, este praticou, até a libertação da vítima, atos de preparação para o crime para o qual foi contratado. Os atos de Mévio, ademais, com exceção da conjunção carnal, foram requeridos por Caio, o qual desejava, também, que este matasse Seprônia após sequestrá-la e torturá-la. Portanto, considerando esses fatos, Caio e Mévio agiram em concurso, nos termos do artigo 29 do CP: “Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.”. Sendo Caio o mandante e Mévio o executor dos fatos. Mévio, todavia, realiza conjunção carnal com Seprônia, em desacordo com o que fora ajustado, logo, por tal fato, deverá responder sozinho. Sendo assim, Caio e Mévio responderão pelo crime de sequestro e cárcere privado qualificado pelo intenso sofrimento causado (artigo 148, §2º, do CP) e Mévio responderá também pelo crime de estupro (artigo 213, do CP).

**QUESTÃO 08. A respeito dos procedimentos relacionados a crimes praticados no âmbito doméstico contra a mulher, é correto afirmar que**

a) a palavra da vítima, em crimes praticados em âmbito doméstico, ainda que normalmente praticados sem a presença de testemunhas, não possui relevância apta a embasar o recebimento de denúncia contra o agressor.

b) o Juízo da Vara Especializada em Violência Doméstica e, na ausência, o Juízo Criminal é o competente para apreciar o pedido de medida protetiva de manutenção do vínculo trabalhista da vítima, em razão do afastamento do trabalho, por violência doméstica.

c) a competência para a persecução penal de crimes praticados no âmbito de violência doméstica contra a mulher é do local dos fatos, entretanto, por força de mudança de domicílio, eventual concessão de qualquer outra medida de urgência pelo Juízo do novo domicílio implicará modificação da competência.

d) compete à Justiça Estadual apreciar pedido de medida protetiva de urgência decorrente de crime de ameaça contra a mulher, cometido por meio de rede social de grande alcance, quando iniciado no estrangeiro e o seu resultado ocorra no Brasil.

e) a suspensão condicional do processo e a transação penal, embora inaplicáveis aos crimes cometidos em âmbito doméstico, aplicam-se ao crime de descumprimento de medida protetiva.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata de regras procedimentais envolvendo os delitos praticados no âmbito da Lei 11.340/06.

A alternativa A está incorreta. Em verdade, a palavra da vítima, nos crimes cometidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, possui um grande valor probatório e pode justificar o recebimento da denúncia, justamente pelo fato de que, em regra, tais crimes são cometidos em uma situação de clandestinidade, o que dificulta (ou até impossibilita) a eventual produção de prova testemunhal e de prova pericial a respeito dos fatos. Esse, inclusive, é o entendimento do STJ, como pode ser visto a partir da leitura dos julgados abaixo: STJ, AgRg no AREsp 2.285.584: “O entendimento do Tribunal a quo está em consonância com a jurisprudência desta Corte que é firme no sentido de que a palavra da vítima, em harmonia com os demais elementos presentes nos autos, possui relevante valor probatório, especialmente em crimes que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher”. STJ, AgRg no AREsp 1.127.994: “Tendo a Corte de origem, soberana na apreciação da matéria fático-probatória, concluído que há indícios mínimos de autoria e materialidade para o recebimento da denúncia, consubstanciado na palavra da vítima da ameaça sofrida, a pretensão do agravante de alterar tal entendimento exigiria revolvimento fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ”. STJ, APn 943: “A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é firme no sentido de que inexistente qualquer ilegalidade no fato de a acusação referente aos delitos praticados em ambiente doméstico ou familiar estar lastreada no depoimento prestado pela ofendida, já que tais ilícitos geralmente são praticados à clandestinidade, sem a presença de testemunhas, e muitas vezes não deixam rastros materiais, motivo pelo qual a palavra da vítima possui especial relevância”.

A alternativa B está correta, pois representa integralmente o entendimento atual do STJ, que pode ser ilustrado com o seguinte julgado: “Tem competência o juiz da vara especializada em violência doméstica e familiar ou, caso não haja na localidade o juízo criminal, para apreciar pedido de imposição de medida protetiva de manutenção de vínculo trabalhista, por até seis meses, em razão de afastamento do trabalho de ofendida decorrente de violência doméstica e familiar, uma vez que o motivo do afastamento não advém

de relação de trabalho, mas de situação emergencial que visa garantir a integridade física, psicológica e patrimonial da mulher” (REsp 1.757.775). O art. 9º, §2º, II, da Lei 11.340/06 garante a manutenção do vínculo trabalhista da vítima de violência doméstica e familiar que precisar se afastar do local de trabalho, por até 6 meses, em decorrência da violência sofrida. Trata-se de uma medida que visa preservar a integridade física e psicológica da vítima, e a sua análise não cabe à Justiça do Trabalho, mas, sim, ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (ou, na sua falta, ao juízo criminal da localidade), tendo em vista que não se trata de uma matéria relacionada com o direito do trabalho em si, mas, sim, de uma matéria advinda do âmbito criminal.

A alternativa C está incorreta. Uma vez fixada a competência para processo e julgamento do feito em favor do juízo do local dos fatos, eventual deferimento de medidas protetivas de urgência por parte do juízo do novo domicílio da vítima não resultaria em alteração de competência, tendo em vista que essa situação, de acordo com a jurisprudência, poderia configurar uma violação ao princípio do juiz natural, já que permitiria que a vítima, por vontade própria, alterasse o juízo competente no curso da persecução penal. O STJ entende da mesma maneira: “Além disso, admitir a possibilidade da ação ser proposta no domicílio da Vítima, inclusive quando decorrentes de mudança de domicílio posterior aos fatos delituosos, abriria a possibilidade de "escolha" do Juízo em que seria proposta a ação penal, ofendendo, também o referido princípio constitucional. [...] O processamento da ação penal no domicílio da Vítima prejudicaria a busca da verdade real e dificultaria a elucidação e punição dos crimes. Para isso, o melhor local é o dos fatos, tanto que é a regra primeira de fixação de competência no Código de Processo Penal. Sem prejuízo da fixação da competência para a persecução penal, incumbe ao Juízo do domicílio da Vítima apreciar o pedido urgente de concessão de medidas protetivas, como ocorreu no caso concreto, sem que isso gere qualquer tipo de prevenção para a análise do feito criminal. Isso possibilita à Vítima obter a tutela jurisdicional com a rapidez e urgência necessárias, recebendo do Poder Judiciário, a proteção devida, em caráter imediato” (CC 187.852).

A alternativa D está incorreta. Na verdade, de acordo com o entendimento atual do STJ, essa situação atrai a competência da Justiça Federal, tendo em vista que a conduta criminososa em questão viola a Convenção de Belém do Pará e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ambas ratificadas pelo Brasil), razão pela qual deve ser aplicado, ao caso concreto, o inciso V do art. 109 da CF. Esse entendimento já foi firmado pelo próprio STJ: “Compete à Justiça Federal apreciar o pedido de medida protetiva de urgência decorrente de crime de ameaça contra a mulher cometido, por meio de rede social de grande alcance, quando iniciado no estrangeiro e o seu resultado ocorrer no Brasil” (CC 150.712).

A alternativa E está incorreta. Na verdade, o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência (art. 24-A, Lei 11.340/06) também não admite a concessão da transação penal ou da suspensão condicional do processo, em razão da vedação exposta no art. 41 da mesma legislação: “Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995”. Assim, considerando que o delito do art. 24-A sempre é praticado em um contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher (pois é esse contexto que justifica a concessão das medidas protetivas que o agente vem a descumprir), deve ser aplicado o art. 41 para impedir a aplicação dos consectários da Lei 9.099/95, dentre os quais se destacam a transação penal e a suspensão condicional do processo.

**QUESTÃO 09.** No âmbito de uma investigação de organização criminosa, voltada ao tráfico de drogas e de armas, por representação da autoridade policial, após manifestação do Ministério Público, foram deferidas a interceptação telefônica, a quebra de sigilo de dados telemáticos, bem como a infiltração de agentes, esta última pelo prazo de seis meses. Ao longo das investigações, foram sendo prorrogadas as interceptações telefônicas, com base em representação da autoridade policial, sem justificativa pormenorizada da necessidade. Com a proximidade do término do prazo anteriormente fixado para a infiltração de agentes, a autoridade policial representou pela prorrogação, que contou com a concordância do Ministério Público. O Juiz, mais que deferir a prorrogação da infiltração de agentes, nos moldes anteriormente autorizados, de ofício, autorizou a infiltração de agentes em meio virtual, caso os investigadores julgassem necessário, com expressa menção à possibilidade de monitoramento via espelhamento do software WhatsApp Web, em virtude de, no curso da investigação, surgirem elementos a indicar que a organização criminosa também se dedicava a crimes de venda de material pornográfico envolvendo criança e adolescente. Cabe destacar que a autoridade policial também comunicou o Juízo da utilização da ação controlada, que não contou com autorização judicial, tanto que na decisão que prorrogou a infiltração de agentes e autorizou o espelhamento do WhatsApp, não há menção a ela. Dada a autorização, os investigadores, por intermédio do espelhamento via aplicativo WhatsApp Web, acessaram diversas comunicações, documentando-as em relatórios de investigações. Com base na situação hipotética e tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O Estatuto da Criança e Adolescente possibilita a infiltração de agentes em meio virtual para crimes que envolvam a produção, posse, compartilhamento e venda de material pornográfico contendo criança e adolescente, com expressa menção ao monitoramento de comunicação via espelhamento do software WhatsApp Web, mediante autorização judicial, inclusive, de ofício.
- b) Embora a lei de organização criminosa preveja a infiltração de agentes em meio virtual, o monitoramento de comunicação via espelhamento do software WhatsApp Web implica hipótese de quebra de sigilo de dados telemáticos não contemplada na Lei de Interceptação Telefônica, sendo ilegal o seu emprego.
- c) A lei de organização criminosa, que prevê a infiltração de agentes em meio virtual, conjugada à Lei de Interceptação Telefônica, autoriza o monitoramento de comunicações via espelhamento do software WhatsApp Web, desde que autorizada judicialmente.
- d) A ação controlada, prevista tanto na Lei de Drogas quanto na Lei de Organização Criminosa, não precisa de autorização judicial, sendo exigível apenas a comunicação prévia de seu emprego ao Juiz.
- e) A exigência de decisão judicial motivada e fundamentada acerca da necessidade e imprescindibilidade da interceptação telefônica para a investigação limita-se à primeira decretação, não se exigindo para as sucessivas prorrogações.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata de temas variados envolvendo a Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13), a Lei de Interceptação Telefônica (Lei 9.296/96) e a Lei de Drogas (Lei 11.340/06).

A alternativa C está correta. Recentemente, a 5ª Turma do STJ proferiu um julgado no qual entendeu ser lícita a realização de monitoramento do fluxo de comunicações entre os integrantes da organização criminosa por meio do espelhamento do WhatsApp Web, desde que com a devida autorização judicial. Veja um trecho da decisão: “É possível a utilização, no ordenamento jurídico pátrio, de ações encobertas, controladas virtuais ou de agentes infiltrados no plano cibernético, desde que o uso da ação controlada na investigação criminal esteja amparado por autorização judicial. A chancela jurídica, portanto, possibilita o monitoramento legítimo, inclusive via espelhamento do software Whatsapp Web, outorgando funcionalidade à persecução virtual, de inestimável valia no mundo atual. A prova assim obtida, via controle judicial, não se denota viciada, não inquinando as provas derivadas, afastando-se a teoria do *fruits of the poisonous tree* na hipótese” (AgRg no AREsp 2.309.888). Para chegar a essa conclusão, a Corte considerou o fato de que a Lei 12.850/13 já autoriza a infiltração de agentes policiais em âmbito virtual para a investigação de crimes praticados por organizações criminosas (art. 10-A), e, de outro lado, a Lei 9.296/96 já permite a realização de interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática (art. 1º, parágrafo único), desde que, em ambos os casos, exista a prévia autorização judicial. Esses dois dispositivos, quando conjugados, representam a autorização legal para a realização do espelhamento do WhatsApp Web, que representa uma medida mais adequada para o combate da criminalidade moderna, tendo em vista que, atualmente, a troca de informações já não é mais realizada por meio de ligações telefônicas, e, sim, por meio de mensagens escritas, e o ordenamento jurídico deve se adequar a essa nova realidade.

As alternativas A e B estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

A alternativa D está incorreta. De fato, a ação controlada possui previsão legal nas duas legislações mencionadas na alternativa, e, na Lei 12.850/13, não há a exigência de prévia autorização judicial para a sua realização, basta a prévia comunicação ao juízo competente (art. 8º, §1º). Todavia, na Lei 11.343/06, o legislador expressamente exigiu a prévia autorização judicial (art. 53, II), de modo que a simples comunicação não é suficiente, razão pela qual a alternativa está incorreta.

A alternativa E está incorreta. Na verdade, a exigência de autorização judicial abrange tanto a primeira decretação de interceptação telefônica quanto as suas sucessivas prorrogações, de modo que, a cada nova prorrogação, devem ser demonstrados o preenchimento dos pressupostos da Lei 9.296/96 e a imprescindibilidade da medida. No mesmo sentido entende o STJ: “É possível a prorrogação da interceptação telefônica, sem limite de vezes, mas sempre com autorização judicial, devendo ser demonstrada a indispensabilidade da escuta como meio de prova e a permanência dos pressupostos previstos na Lei n. 9.296/1996” (AgRg no RHC 136.245).

**QUESTÃO 10. Haja vista o envio de relatórios de inteligências financeiras pelo COAF, no exercício de suas atribuições, reportando ao Ministério Público movimentações financeiras suspeitas de X, funcionário público, e de seus familiares, é requisitada a instauração de Inquérito Policial, o que é atendido pela autoridade competente. Após oitivas dos envolvidos, o inquérito policial é encerrado, com o indiciamento dos investigados, por lavagem, ato que acarretou o automático afastamento de X de suas funções. Uma vez remetidos os autos ao Ministério Público, este entendeu por solicitar, mediante autorização judicial, cópia das declarações de imposto de renda dos investigados, dos últimos 05 anos. A decisão judicial não só acata o pedido de quebra do sigilo fiscal, mas também, com base nos indícios presentes, determina, de ofício, busca e apreensão nos domicílios dos alvos, haja vista a provável ocultação de outros bens de valor.**

Cumpridas as diligências e de posse tanto das declarações de renda, veiculando renda declarada incompatível com as movimentações apontadas pelo COAF, bem como a apreensão de diversos bens valiosos, de origem não comprovada, o Ministério Público denuncia todos, sendo imputados os tipos de lavagem e corrupção passiva a X e apenas o delito de lavagem aos seus familiares. Embora um dos acusados por lavagem não tenha sido localizado, sendo citado por edital, o prosseguimento do processo é mantido, com constituição de defensor público. Os demais são pessoalmente citados, constituindo defensor de confiança. Após juízo de admissibilidade positivo e regular instrução, é proferida sentença condenatória contra todos, pelos delitos imputados. Mesmo sem pedido expresso na exordial, é determinado o confisco alargado de bens e valores considerados sem lastro nos rendimentos habituais dos investigados. Considerando a situação hipotética e tendo em conta a jurisprudência dos tribunais superiores,

a) o prosseguimento do processo, em relação ao acusado citado por edital violou o contraditório, maculando o feito de nulidade.

b) a busca e apreensão não poderia ser determinada de ofício, não ostentando o juiz poderes instrutórios durante a investigação.

c) ainda que não houvesse pedido expresso, o confisco alargado de bens e valores, por ser efeito da condenação, poderia ser determinado, de ofício, na decisão, não havendo ofensa ao princípio da correlação entre acusação e sentença.

d) o afastamento automático de X, pelo indiciamento pelo delito de lavagem, vulnera a proporcionalidade, sendo ato manifestamente ilegal.

e) o procedimento, como um todo, estaria maculado por vício originário (ilicitude de prova), sendo vedado ao órgão de fiscalização (COAF) enviar ao Ministério Público informações bancárias sem autorização judicial.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou de aspectos acerca da Lei n.º 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Capitais).

O art. 17-D da referida lei dispõe: “Art. 17-D. Em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno”. Trata-se claramente de hipótese de afastamento automático do servidor público de suas funções em caso de indiciamento. A regra declarada inconstitucional pelo STF nos autos da ADI n.º 4.911: “O indiciamento não gera e não pode gerar efeitos materiais em relação ao indiciado, já que se trata de mero ato de imputação de autoria de natureza preliminar, provisória e não vinculante ao titular da ação penal, que é o Ministério Público”. Logo, tal ato constitui uma “grave medida restritiva de direitos”.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 366 do CPP, que prevê a suspensão do processo e do curso da prescrição nos processos em que o réu é citado por edital e é revel, não se aplica, nos termos do art. 2º, § 2º, da Lei n.º 9.613/1998, já que se trata de imputação de crime de lavagem de capitais, regido pela lei especial mencionada: “Art. 2º [...] § 2º No processo por crime previsto nesta Lei, não se aplica o disposto no art. 366 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), devendo o acusado que não comparecer nem constituir advogado ser citado por edital, prosseguindo o feito até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo. (Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012)”.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 4º da Lei n.º 9.613/1998 atribui ao magistrado o poder de determinar, inclusive de ofício, medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado: “Art. 4º O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes”.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 91-A, § 3º, do Código Penal dispõe que deverá haver pedido expresso do Ministério Público para a decretação do confisco alargado: “Art. 91-A [...] § 3º A perda prevista neste artigo deverá ser requerida expressamente pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, com indicação da diferença apurada”.

A alternativa E está incorreta, pois o compartilhamento de dados pelo COAF na hipótese do enunciado, conforme decidiu o STJ no tema de repercussão geral n.º 990, dispensa autorização judicial, não havendo o que se falar em vícios: “1. É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil, que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional. 2. O compartilhamento pela UIF e pela RFB, referente ao item anterior, deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios”.

#### **QUESTÃO 11. A respeito da ação civil *ex delicto*, é correto afirmar que a sentença**

- a) absolutória imprópria, por reconhecer a tipicidade e antijuricidade do fato, além da autoria, é título executivo para fins de reparação civil.**
- b) condenatória transitada em julgado, ainda que extinta a pretensão executória da pena, é título executivo para fins de reparação civil.**
- c) homologatória de acordo de não persecução penal é título executivo para fins de reparação civil.**
- d) absolutória, por exclusão da ilicitude putativa, obsta a propositura de ação *ex delicto* para fins de reparação do dano.**
- e) concessiva de perdão judicial, embora implique extinção da punibilidade, dada a natureza condenatória, é título executivo para fins de reparação civil.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a letra B. A questão tratou da ação civil *ex delicto*.

A alternativa B está de acordo com o entendimento que se extrai do art. 67, II, do CPP, considerando que a extinção da pretensão executória da pena se dá por meio da prescrição intercorrente, hipótese de extinção da punibilidade: “Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: [...] II - a decisão que julgar extinta a punibilidade”.

A alternativa A está incorreta. A sentença absolutória imprópria absolve o réu por ser ele inimputável ao tempo da infração penal (ausência de culpabilidade), aplicando-se medida de segurança (tratamento

ambulatorial ou em HCTP). Deste modo, por ser absolutória, não se presta a impor os efeitos penais ou extrapenais em desfavor do sentenciado, razão pela qual, não origina título executivo (que ocorre em caso de decisão condenatória), o que, logicamente, não impede o ofendido de exercer sua pretensão em âmbito cível por meio de ação de conhecimento.

A alternativa C está incorreta, pois a sentença que se destina a tal fim é a condenatória, e não a homologatória do ANPP.

A alternativa D está incorreta, pois a sentença absolutória não constitui título executivo para ação *ex delicto*, nos termos do art. 67, III, do CPP: “Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: [...] III - a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime”.

A alternativa E está incorreta, pois a sentença que concede o perdão judicial é, nos termos da Súmula n.º 18 do STJ, “é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório”, razão pela qual, não constitui título executivo para tal fim.

#### **QUESTÃO 12. Considerando os processos incidentes, é correto afirmar que**

- a) contra a decisão que julga procedente a exceção de coisa julgada, cabível recurso em sentido estrito.**
- b) o reconhecimento da suspeição do magistrado implica o seu afastamento e remessa dos autos ao substituto legal, mas não a nulidade dos atos processuais por ele praticados, ainda que posteriores à situação que gerou a suspeição.**
- c) contra a decisão que julga procedente a exceção de litispendência, cabível recurso de apelação.**
- d) contra a decisão que julga improcedente a exceção de incompetência, cabível recurso em sentido estrito, ainda que posteriores ao fato que gerou a suspeição.**
- e) contra decisão proferida pelo Juiz Criminal que defere ou indefere o pedido de restituição, cabível recurso em sentido estrito. Da decisão que determina a remessa das partes ao juízo cível, não há previsão de recurso específico, podendo-se impetrar mandado de segurança.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre os recursos no processo penal. A alternativa correta possui fundamento no art. 581, III, do CPP: “Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: [...] III - que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição”.

A alternativa B está incorreta, pois conforme o art. 564, I, do CPP, a suspeição do juiz é uma causa que enseja a nulidade: “Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos: I - por incompetência, suspeição ou suborno do juiz”.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 581, III, do CPP, salvo a exceção de suspeição, das decisões que julgarem procedentes as demais exceções caberá recurso em sentido estrito (RESE).

A alternativa D está incorreta, pois na hipótese caberá apelação nos termos do art. 593, II, do CPP: “Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...] II - das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular nos casos não previstos no Capítulo anterior”.

A alternativa E está incorreta, pois a decisão que defere ou indefere o pedido de restituição, não é cabível recurso em sentido estrito, tendo em vista não constar do rol do art. 581 do CPP, sendo cabível, pois, a

interposição do recurso de apelação, nos termos do art. 593, II, do CPP: “Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...] II - das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular nos casos não previstos no Capítulo anterior”.

**QUESTÃO 13. Tendo em conta os elementos consensuais de prova, previstos em legislações especiais, assinale a alternativa correta.**

**a) A colaboração premiada, prevista na Lei de Drogas, é causa especial de diminuição de pena, mas, para tanto, exige-se, em caráter cumulativo, a identificação dos demais coautores e partícipes e a recuperação total do produto do crime, no caso, a substância entorpecente.**

**b) A delação premiada, prevista na lei dos crimes hediondos, prevê a redução de pena ao participante ou associado que denunciar a existência de associação criminosa voltada à prática de crimes hediondos ou a eles equiparados, possibilitando o seu desmantelamento.**

**c) A colaboração premiada, prevista na lei de proteção de testemunhas, é causa especial de diminuição de pena, aplicável apenas a acusados e investigados primários.**

**d) A delação premiada, prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro, prevê a redução de pena, a possibilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito e, expressamente, veda a possibilidade de perdão judicial ao delator.**

**e) A colaboração premiada, prevista na Lei de Organização Criminosa, prevê expressamente a renúncia ao direito ao silêncio e o compromisso de dizer a verdade, disposições, contudo, declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata da colaboração premiada e da delação premiada na Lei de Drogas (Lei 11.343/06), na Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), na Lei de Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/99), na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98) e na Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13).

A alternativa A está incorreta. Na sistemática estabelecida pela Lei 11.343/06, a colaboração premiada, para que possa justificar a diminuição de pena do agente colaborador, deve resultar na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e, também, na recuperação total ou parcial do produto do crime. Isso está previsto no art. 41 da referida legislação: “O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços”. Portanto, pelo fato de a alternativa ter expressamente mencionado que a recuperação do produto do crime deve ser total, ela está incorreta, já que, como visto acima, a legislação autoriza a concessão da minorante também em caso de recuperação parcial.

A alternativa B está correta. De fato, a Lei 8.072/90 possui essa previsão em favor do agente que denunciar à autoridade a associação criminosa voltada à prática de crimes hediondos ou equiparados, como se vê no art. 8º da referida legislação: “Será de três a seis anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas

afins ou terrorismo. Parágrafo único. O participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois terços”. É necessário destacar que, pela redação restritiva do dispositivo acima transcrito, essa modalidade de “delação premiada” só pode incidir quando o agente efetivamente delatar uma associação criminosa destinada a praticar crimes hediondos ou equiparados. Se a referida associação possuir a finalidade de praticar outros crimes, não será aplicada essa causa de diminuição de pena.

A alternativa C está incorreta. Na verdade, a Lei 9.807/99 autoriza a concessão da diminuição de pena decorrente da colaboração premiada mesmo que o réu não seja primário, desde que a sua colaboração seja efetiva para a identificação dos demais coautores ou partícipes do crime, para a localização da vítima com vida e para a recuperação total ou parcial do produto do crime (art. 14). Por outro lado, se o réu efetivamente for primário, a legislação autoriza que, ocorridos todos os resultados citados acima, o juiz conceda o perdão judicial e considere extinta a punibilidade do agente colaborador (art. 13). Então, percebe-se que, na sistemática estabelecida pela Lei 9.807/99, o colaborador primário realmente possui um tratamento mais benéfico, pois pode obter inclusive o perdão judicial, mas o colaborador que não seja primário também pode se valer da causa de diminuição de pena, o que torna a alternativa incorreta.

A alternativa D está incorreta. A Lei 9.613/98, além de permitir a redução da pena de 1/3 a 2/3, a aplicação dos regimes aberto ou semiaberto e a substituição por penas restritivas de direitos, também autoriza expressamente a aplicação do perdão judicial por parte do magistrado. Isso pode ser comprovado a partir da leitura do §5º do art. 1º da referida legislação: “A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime”.

A alternativa E está incorreta. De fato, a Lei 12.850/13 possui essa previsão no §14 do seu art. 4º: “Nos depoimentos que prestar, o colaborador renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade”. Recentemente, na ADI 5.567, o STF afirmou que esse dispositivo é constitucional, mas apenas concedeu a ele uma interpretação conforme à Constituição, com o objetivo de declarar que a “renúncia” mencionada no dispositivo deve ser interpretada apenas como uma opção do colaborador de não permanecer em silêncio naquele caso concreto, mas não como uma forma de esgotamento desse direito. Veja um trecho da decisão: “Apesar da consagração do direito ao silêncio (art. 5º, LIV e LXIII, da CF/88), não existirá inconstitucionalidade no fato da legislação ordinária prever a concessão de um benefício legal que proporcionará ao acusado melhora na sua situação penal (atenuantes genéricas, causas de diminuição de pena, concessão de perdão judicial) em contrapartida da sua colaboração voluntária. Caberá ao próprio indivíduo decidir, livremente e na presença da sua defesa técnica, se colabora (ou não) com os órgãos responsáveis pela persecução penal. Os benefícios legais oriundos da colaboração premiada servem como estímulo para o acusado fazer uso do exercício de não mais permanecer em silêncio”. Portanto, o dispositivo em questão é constitucional, o que torna a alternativa incorreta.

**QUESTÃO 14. Sobre as Ciências Criminais, é correto afirmar que**

a) o Direito Penal é uma ciência zetética, indutiva, empírica e interdisciplinar.

b) a Medicina Legal e a Criminologia confundem-se, por serem responsáveis pela aplicação de conhecimentos científicos na elucidação de crimes.

c) a Criminologia emprega conhecimentos da Medicina para o esclarecimento de fatos de interesse da justiça.

d) a Política Criminal dedica-se a elucidar os crimes, procurando vestígios, provas, realizando perícias.

e) a Criminologia tem por uma de suas funções a compreensão da etiologia do crime.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos conceitos das ciências criminais.

A alternativa A está incorreta. Direito Penal. O Direito Penal é parte do Direito que se ocupa das normas de comportamento que impõem sanções (penas) a determinadas condutas consideradas crimes. Ele é normativo e dogmático, não empírico. Ou seja, o Direito Penal estabelece o que é crime e as penas aplicáveis, seguindo uma lógica mais dedutiva (do geral para o específico) baseada em leis e princípios, ao contrário do descrito na alternativa.

A alternativa B está incorreta. Medicina Legal e Criminologia. Embora ambas contribuam para a elucidação de crimes, elas têm focos diferentes. A Medicina Legal utiliza conhecimentos médicos para fins jurídicos, como determinar a causa de uma morte, enquanto a Criminologia estuda o crime de uma perspectiva mais ampla, incluindo suas causas, consequências e formas de prevenção. Elas não se confundem, mas podem se complementar.

A alternativa C está incorreta. Criminologia e Medicina: A Criminologia, de fato, pode empregar conhecimentos de diversas áreas, incluindo a Medicina, mas seu escopo não se limita ao esclarecimento de fatos de interesse da justiça. Seu objetivo é mais amplo, buscando compreender e analisar o fenômeno criminal em sua totalidade.

A alternativa D está incorreta. Política Criminal. A Política Criminal diz respeito ao conjunto de diretrizes que orientam o combate ao crime, incluindo a prevenção do crime e a definição de penas. Seu foco não é a elucidação de crimes específicos através da busca por vestígios ou provas, mas sim o estabelecimento de estratégias e políticas públicas para a gestão da criminalidade e do sistema penal como um todo.

A alternativa E está correta. Etiologia do crime. A Criminologia é uma ciência que estuda o crime, o criminoso, a vítima e o controle social. Uma de suas principais funções é entender a etiologia (causas) do crime, buscando compreender os fatores biológicos, psicológicos, sociais e econômicos que contribuem para a ocorrência do crime. Dessa forma, ela se propõe a analisar não apenas o ato criminoso em si mas também os diversos fatores que levam à sua realização.

**QUESTÃO 15.** Sabe-se que há, atualmente, quatro grandes modelos teóricos da Criminologia. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

a) Duas das características do Modelo do Enfoque Dinâmico são: o determinismo radical e a preocupação com a dogmática legal.

b) No Modelo Positivista, o crime é fruto de uma decisão livre e consciente do delinquente, impulsionada pela oportunidade e pelo resultado.

c) O Modelo Positivista também é conhecido como Criminologia do Desenvolvimento.

d) São dois exemplos do Modelo da Reação Social a Teoria do Etiquetamento e a Criminologia Crítica.

e) No Modelo Clássico e Neoclássico da Opção Racional, o crime é fruto da Etiologia Criminal, cujos fatores biológicos, psicológicos e sociológicos são predominantes.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema modelos teóricos da Criminologia.

A alternativa A está incorreta. Modelo do Enfoque Dinâmico: Não é caracterizado pelo determinismo radical nem pela preocupação com a dogmática legal. Esses aspectos não definem o enfoque dinâmico, que mais adequadamente se relacionaria a uma visão que considera as mudanças e processos sociais em sua abordagem sobre o crime.

A alternativa B está incorreta. Modelo Positivista: Contrário ao afirmado, o Modelo Positivista não vê o crime como resultado de uma decisão livre e consciente do delinquente. Pelo contrário, ele enfatiza fatores biológicos, psicológicos e sociais como determinantes do comportamento criminoso, afastando-se da ideia de livre arbítrio.

A alternativa C está incorreta. Modelo Positivista e Criminologia do Desenvolvimento: O Modelo Positivista é distinto e não é conhecido como Criminologia do Desenvolvimento. A Criminologia do Desenvolvimento envolve o estudo de como os fatores de risco e proteção afetam o desenvolvimento individual ao longo do tempo e não é sinônimo do Positivismo.

A alternativa D está correta. O Modelo da Reação Social, também conhecido como interacionismo simbólico, foca na forma como as reações sociais contribuem para a definição de comportamentos como criminosos e na maneira como essas definições afetam os indivíduos. Dentro deste modelo, tanto a Teoria do Etiquetamento (Labeling Theory) quanto a Criminologia Crítica são relevantes. Teoria do Etiquetamento: Propõe que a criminalidade é uma consequência da reação da sociedade ao indivíduo, ou seja, indivíduos são “etiquetados” como criminosos, levando a uma profecia autorrealizável. Criminologia Crítica: Busca entender as relações de poder dentro da sociedade e como elas influenciam o conceito de crime, destacando a ideia de que o que é considerado crime é frequentemente determinado pelas estruturas de poder vigentes.

A alternativa E está incorreta. Modelo Clássico e Neoclássico da Opção Racional: Este modelo, de fato, considera o crime como resultado de uma escolha racional do indivíduo, avaliando custos e benefícios. No entanto, é incorreto associar este modelo à Etiologia Criminal com predominância de fatores biológicos, psicológicos e sociológicos. Pelo contrário, o Modelo Clássico e Neoclássico enfatiza a capacidade do indivíduo de escolher cometer um crime com base em racionalidade, ao invés de ser impulsionado por tais fatores. Trata-se do livre arbítrio.

#### QUESTÃO 16. Dentro do tema Vitimização, denomina-se

- a) revitimização, quando a vítima, por ser familiar de outra vítima, acaba sofrendo, junto a esta, as consequências do crime.
- b) sobrevivitização, quando a vítima sobrevive ao crime contra ela praticado.
- c) heterovitimização, quando ocorre a autorrecriação da vítima, pela ocorrência do delito.
- d) vitimização indireta, quando a vítima sofre a falta de amparo de sua família e de seu círculo de amigos.
- e) vitimização primária, quando a vítima sofre a falta de amparo das instâncias formais de controle social.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema vitimização.

A alternativa A está incorreta. "Revitimização" refere-se ao dano adicional sofrido por vítimas devido à maneira como as instituições formais de controle social, como delegacias e o Ministério Público, lidam com seus casos. Este conceito engloba as adversidades e o sofrimento amplificados pela intervenção do sistema legal, destacando como procedimentos e tratamentos inadequados por parte dessas entidades podem intensificar o trauma da vítima.

A alternativa B está incorreta. "Sobrevitimização" é sinônimo de "Revitimização". Referem-se ao fenômeno de uma vítima sofrer múltiplas instâncias de vitimização, seja por crimes distintos ou pela interação prejudicial com o sistema de justiça. Ambos destacam a vulnerabilidade contínua da vítima, abordando como experiências repetidas exacerbam o trauma e dificultam a recuperação.

A alternativa C está correta. A "Heterovitimização" descreve o processo pelo qual a vítima se culpa pelo crime sofrido, questionando suas próprias ações que, aos seus olhos, poderiam tê-la tornado suscetível ao delito. Isso inclui situações como não trancar o carro ou assinar um cheque em branco, levando-a a assumir uma parcela de responsabilidade pelo ocorrido.

A alternativa D está incorreta. A "Vitimização Indireta" acontece quando indivíduos ligados por laços afetivos ou de parentesco até o terceiro grau à vítima direta — incluindo aqueles que convivem com ela, estão sob seus cuidados ou dela dependem financeiramente — são afetados emocional ou materialmente em situações de morte, desaparecimento decorrente de crime, ato infracional ou catástrofe.

A alternativa E está incorreta. "Vitimização Primária" refere-se ao dano ou trauma direto sofrido por indivíduos como resultado direto de um crime ou ato violento. "Vitimização Secundária" ocorre quando a resposta do sistema de justiça, sociedade ou mídia ao crime aumenta o sofrimento da vítima, por meio de estigmatização, descrença ou tratamento insensível.

**QUESTÃO 17. Rebeca e Renato são casados há oito anos e não conseguem ter filho, razão pela qual decidiram realizar fertilização in vitro. No procedimento foram obtidos cinco embriões, mas apenas três**

foram implantados. Passados três anos, a clínica X, local onde os dois embriões encontram-se congelados, entrou em contato com Rebeca e Renato informando que as células-tronco embrionárias seriam vendidas, como objeto de estudo, para uma faculdade de medicina. Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a clínica X

- a) poderá doar, três anos após o congelamento, e com consentimento de Rebeca e Renato.
- b) poderá vender as células-tronco embrionárias para a faculdade, uma vez que estas serão objeto de estudo.
- c) poderá doar, passados cinco anos do congelamento, e desde que os embriões sejam inviáveis.
- d) não poderá nem vender nem doar, mas apenas utilizar para pesquisas.
- e) poderá doar apenas se os embriões forem inviáveis.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o conhecimento sobre o entendimento do STF em relação às pesquisas com células-tronco embrionárias. Para responder ao questionamento proposto é necessária a análise conjunta da ADI 3.510 e do artigo 5º da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005).

A alternativa A está correta. Por ocasião do julgamento da ADI 3.510, o Plenário do STF validou o artigo 5º da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005), que autoriza a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento. Dispõe o art. 5º da Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança) que: “Art. 5º É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições: I – sejam embriões inviáveis; ou II – sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento. § 1º Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores”. Portanto, a clínica X poderá doar (não poderá vender, pois há vedação expressa no texto legal) os 2 (dois) embriões que se encontram congelados, desde que estejam congelados há 3 (três) anos ou mais e que haja consentimento dos genitores (Rebeca e Renato).

A alternativa B está incorreta. A clínica X não poderá vender as células-tronco embrionárias para a faculdade, tendo em vista que há vedação legal expressa da comercialização do referido material biológico. Nesse sentido, dispõe o §3º do art. 5º da Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança): “§ 3º É vedada a comercialização do material biológico a que se refere este artigo e sua prática implica o crime tipificado no art. 15 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997”. Nesse contexto, cumpre destacar o disposto no art. 15 da Lei nº 9.434: “Art. 15. Comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano: Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa, de 200 a 360 dias-multa. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem promove, intermedeia, facilita ou auferir qualquer vantagem com a transação”.

A alternativa C está incorreta, pois a clínica X poderá doar, desde que transcorridos 3 (três) anos do congelamento, ou desde que os embriões sejam inviáveis.

A alternativa D está incorreta, pois a clínica X não poderá vender as células-tronco embrionárias para a faculdade, tendo em vista a vedação legal expressa no §3º do art. 5º da Lei nº 11.105/2005 (Lei de

Biossegurança): “§ 3º É vedada a comercialização do material biológico a que se refere este artigo e sua prática implica o crime tipificado no art. 15 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997”. Por outro lado, a clínica poderá doar, três anos após o congelamento, e com consentimento de Rebeca e Renato.

A alternativa E está incorreta, pois a clínica X também poderá doar na hipótese de embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação da Lei, ou que, já congelados na data da publicação da, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento. De acordo com o art. 5º da Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança): “Art. 5º É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições: I – sejam embriões inviáveis; ou II – sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento. § 1º Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores”.

**QUESTÃO 18. Assinale a alternativa que apresenta uma situação hipotética na qual resta caracterizada a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica.**

**a) Ainda que diante da sua utilização com o propósito de lesar credores, a pessoa jurídica Alfa não pode invocar, a seu favor, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica.**

**b) A pessoa jurídica Gama, que repetidamente cumpre as obrigações do seu sócio, pode ser desconsiderada, desde que demonstrada a sua insolvência.**

**c) Bernardo, que se utiliza da pessoa jurídica Ômega com o propósito de lesar credores, pode ter o seu patrimônio pessoal atingido apenas se restar demonstrado que ele se beneficiou de forma direta do abuso praticado.**

**d) Abel, sócio de uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, transfere grande parte de seus ativos para a pessoa jurídica, sem separação de fato entre os patrimônios e sem a efetiva contraprestação.**

**e) A pessoa jurídica Beta encerra irregularmente as suas atividades.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento sobre a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorreta, pois, mesmo que diante da sua utilização com o propósito de lesar credores, a pessoa jurídica Alfa pode sim invocar, a seu favor, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Nesse sentido, o Enunciado 285 da IV Jornada de Direito Civil descreve que “A teoria da desconsideração, prevista no art. 50 do Código Civil, pode ser invocada pela pessoa jurídica em seu favor”.

A alternativa B está incorreta, pois a insolvência não é pressuposto para a decretação da desconsideração da personalidade jurídica. A alternativa estaria correta se contivesse a seguinte afirmação: “A pessoa jurídica Gama, que repetidamente cumpre as obrigações do seu sócio, pode ser desconsiderada, ainda que não demonstrada a sua insolvência”. De acordo com o STJ: “6. Nas causas em que a relação jurídica subjacente ao processo for cível-empresarial, a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica será regulada pelo

art. 50 do Código Civil, nos casos de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial. 7. A inexistência ou não localização de bens da pessoa jurídica não é condição para a instauração do procedimento que objetiva a desconsideração, por não ser sequer requisito para aquela declaração, já que imprescindível a demonstração específica da prática objetiva de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial. 8. Recurso especial provido. (REsp n. 1.729.554/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 8/5/2018, DJe de 6/6/2018.)”. Por fim, cumpre destacar que, o fato da pessoa jurídica Gama repetidamente cumprir as obrigações do seu sócio evidencia abuso da personalidade jurídica caracterizado pela confusão patrimonial, o que enseja a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do art. 50, caput e §2º, I, do Código Civil: “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. (...) § 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: (...) I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa”.

A alternativa C está incorreta, pois a desconsideração da personalidade jurídica não atinge apenas o sócio que se beneficiou de forma direta do abuso praticado. De acordo com o art. 50, caput, do Código Civil a desconsideração da personalidade jurídica alcança o patrimônio pessoal de sócios beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso: “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso”.

A alternativa D está correta, pois caracteriza uma hipótese de desconsideração da personalidade jurídica. No caso narrado, há abuso da personalidade jurídica caracterizado pela confusão patrimonial, pois Abel, na qualidade de sócio, transferiu grande parte de seus ativos para a pessoa jurídica, sem separação de fato entre os patrimônios e sem a efetiva contraprestação. De acordo com o art. 50, caput e §2º, II, do Código Civil: “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. (...) § 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: (...) II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante”.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o entendimento do STJ, “a presença de indícios de encerramento irregular da sociedade somada à inexistência de bens suficientes para pagamento do crédito exequendo não constitui motivo bastante para a desconsideração da personalidade jurídica, sendo necessária a comprovação do abuso da personalidade jurídica. (AgInt no AREsp n. 2.205.498/DF, relatora Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, julgado em 28/11/2022, DJe de 30/11/2022.)”.

**QUESTÃO 19. Assinale a alternativa que descreve corretamente a diferenciação entre a cláusula penal e as arras.**

a) A cláusula penal é livremente pactuada pelas partes, ao passo que as arras podem ser reduzidas pelo juiz.

b) A exigibilidade da cláusula penal dependerá da alegação de prejuízo, e a exigibilidade das arras depende apenas da prova da ocorrência do inadimplemento da obrigação.

c) Na obrigação com cláusula penal, o devedor não poderá ofertar a pena em resgate da obrigação principal, nas arras, libera-se o devedor com a entrega do objeto principal, permitindo-se-lhe a substituição por outro no ato do pagamento.

d) A cláusula penal beneficia o devedor, e as arras, o credor.

e) A cláusula penal é exigível em caso de inadimplemento ou mora, e as arras são pagas por antecipação.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre a cláusula penal e as arras.

A alternativa A está incorreta. O Código Civil prevê que apenas a cláusula penal será reduzida equitativamente pelo juiz em determinadas hipóteses. Assim, não há previsão legal de redução judicial das arras. De acordo com o art. 413 do diploma civilista: “Art. 413. A penalidade deve ser reduzida eqüitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio”.

A alternativa B está incorreta. A exigibilidade da cláusula penal não depende da alegação de prejuízo, nos termos do art. 416 do Código Civil que: “Art. 416. Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo”. Além disso, a parte final da alternativa está incorreta, pois a exigibilidade das arras não ocorre apenas diante do inadimplemento da obrigação. Nesse contexto, o art. 417 do Código Civil prevê as arras confirmatórias, que atuam como modo de garantia e reforço da execução de um futuro contrato e princípio de pagamento, sem que se admita o arrependimento: “Art. 417. Se, por ocasião da conclusão do contrato, uma parte der à outra, a título de arras, dinheiro ou outro bem móvel, deverão as arras, em caso de execução, ser restituídas ou computadas na prestação devida, se do mesmo gênero da principal”.

A alternativa C está incorreta, pois é possível, em caso de inadimplemento total, que na obrigação com cláusula penal, o devedor ofereça a pena em resgate da obrigação principal. De acordo com o art. 410 do Código Civil: “Art. 410. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor”. A segunda parte da alternativa também está incorreta, pois não há substituição do objeto principal por outro no ato do pagamento. Dispõe o art. 417 do Código Civil que: “Art. 417. Se, por ocasião da conclusão do contrato, uma parte der à outra, a título de arras, dinheiro ou outro bem móvel, deverão as arras, em caso de execução, ser restituídas ou computadas na prestação devida, se do mesmo gênero da principal”.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o entendimento do STJ: “A cláusula penal inserta em contratos bilaterais, onerosos e comutativos deve voltar-se aos contratantes indistintamente, ainda que redigida apenas em favor de uma das partes. (REsp 1536354/DF, 3.ª Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 07.06.2016, DJe 20.06.2016)”. Além disso, a segunda parte da alternativa também está incorreta, de acordo com o art. 418 do Código Civil, se o contrato em que se adiantaram as arras não for objeto de cumprimento, poderá a parte inocente agir de duas formas, conforme a sua posição no negócio jurídico: “Art. 418. Se a

parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as; se a inexecução for de quem recebeu as arras, poderá quem as deu haver o contrato por desfeito, e exigir sua devolução mais o equivalente, com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários de advogado”.

A alternativa E está correta, nos termos dos arts. 408 e 417 do Código Civil: “Art. 408. Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora. Art. 417. Se, por ocasião da conclusão do contrato, uma parte der à outra, a título de arras, dinheiro ou outro bem móvel, deverão as arras, em caso de execução, ser restituídas ou computadas na prestação devida, se do mesmo gênero da principal”.

**QUESTÃO 20.** Martha está procurando um imóvel para comprar e encontra um anúncio de Pedro, na internet, que lhe interessa. Martha entra em contato com o vendedor, combinam data e horário para avaliação presencial do bem, negocia valores e decide comprar o imóvel de Pedro pelo valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mediante empréstimo do Banco X. Cinco meses depois, Martha recebe uma notificação judicial com o inteiro teor de uma decisão judicial determinando a devolução do imóvel para Cleusa, a verdadeira dona do imóvel. Diante da situação hipotética, Martha terá direito de

- a) obter o valor das benfeitorias necessárias ou úteis realizadas após a propositura da ação reivindicatória.
- b) cobrar o valor de Pedro, no prazo prescricional de 2 anos, contados da propositura da ação de evicção.
- c) receber a restituição integral do preço que pagou, além dos valores relativos aos prejuízos decorrentes dos juros adquiridos no empréstimo tomado para pagar o valor do imóvel.
- d) reclamar apenas a restituição integral do valor de R\$ 300.000,00 com atualização monetária e honorários advocatícios.
- e) demandar pela evicção, movendo ação contra Pedro, ainda que ela soubesse do risco e no contrato houvesse cláusula de exclusão da responsabilidade pela evicção.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre o instituto da evicção, previsto nos arts. 447 a 457 do Código Civil.

A alternativa A está incorreta, pois Martha terá direito de obter o valor das benfeitorias necessárias ou úteis realizadas antes da propositura da ação reivindicatória. Nos termos do art. 453 do Código Civil: “Art. 453. As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante”. De acordo com Cristiano Chaves, “relativamente às benfeitorias, o alcance da restituição será regido pelas normas que disciplinam os efeitos da posse (arts. 1.219 a 1.222 do Código Civil)”. Dessa forma, considerando que Martha estava de boa fé, serão indenizadas as benfeitorias necessárias e úteis, nos termos do art. 1.219 do Código Civil: “Art. 1.219. O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis”.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o entendimento do STJ, o prazo prescricional para ressarcimento por evicção é de três anos. Segue trecho da ementa: “4. Independentemente do seu nomen

juris, a natureza da pretensão deduzida em ação baseada na garantia da evicção é tipicamente de reparação civil decorrente de inadimplemento contratual, a qual se submete ao prazo prescricional de três anos, previsto no art. 206, § 3º, V, do CC/02. 5. Reconhecida a evicção, exsurge, nos termos dos arts. 447 e seguintes do CC/02, o dever de indenizar, ainda que o adquirente não tenha exercido a posse do bem, já que teve frustrada pelo alienante sua legítima expectativa de obter a transmissão plena do direito. 6. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao valor fixado para honorários advocatícios, exige o reexame de fatos e provas, vedado em recurso especial pela Súmula 7 do STJ. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido. (REsp n. 1.577.229/MG, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 8/11/2016, DJe de 14/11/2016.)”.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 450 do Código Civil: “Art. 450. Salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou: I - à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir; II - à indenização pelas despesas dos contratos e pelos prejuízos que diretamente resultarem da evicção; III - às custas judiciais e aos honorários do advogado por ele constituído”.

A alternativa D está incorreta, pois Martha tem direito a receber a restituição integral do preço que pagou, além dos valores relativos aos prejuízos decorrentes dos juros adquiridos no empréstimo tomado para pagar o valor do imóvel. De acordo com o art. 450 do Código Civil: “Art. 450. Salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou: I - à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir; II - à indenização pelas despesas dos contratos e pelos prejuízos que diretamente resultarem da evicção; III - às custas judiciais e aos honorários do advogado por ele constituído”.

A alternativa E está incorreta, pois, mesmo diante da cláusula que exclui a garantia contra a evicção, Martha teria direito a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção. De acordo com o art. 449 do Código Civil: “Art. 449. Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu”.

#### **QUESTÃO 21. Acerca da classificação da posse, assinale a alternativa correta.**

- a) Os atos de mera permissão e tolerância tornam a posse justa.**
- b) A posse direta, em regra, é temporária, pois se extingue ao fim do tempo que a determina.**
- c) A posse injusta é aquela praticada com má-fé.**
- d) Considera-se de boa-fé a posse pública, pacífica, não precária e que observa sua função social e os deveres com o meio ambiente.**
- e) Há presunção juris et de jure de posse de boa-fé quando o possuidor da coisa é portador do chamado justo título.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre a classificação da posse.

A alternativa A está incorreta, pois os atos de mera permissão e tolerância não induzem posse, nos termos do art. 1.208 do Código Civil: “Art. 1.208. Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 1.197 do Código Civil: “Art. 1.197. A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto”. Além disso, conforme Cristiano Chaves: “A posse direta é marcada pela temporariedade, pois o desdobramento da posse baseia-se em relação transitória de transferências de poderes dominiais. De fato, em algum momento, a relação jurídica real ou obrigacional que deu margem ao desdobramento atingirá seu termo final, e a posse íntegra volverá ao proprietário”.

A alternativa C está incorreta. A injustiça da posse é excepcional e o art. 1.200 do Código Civil deve ser interpretado restritivamente: “Art. 1.200. É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária”. Nas lições de Cristiano Chaves, “Posse injusta é a que se instala no mundo fático por modo proibido e vicioso, ou então, mesmo iniciada de forma pacífica e pública, se converte em viciosa em momento posterior”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 1.201, caput, do Código Civil: “Art. 1.201. É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa”.

A alternativa E está incorreta, pois há presunção relativa (presunção juris tantum), que admite prova em sentido contrário, na posse de boa-fé quando o possuidor da coisa é portador do chamado justo título. Cumpre destacar que não há presunção absoluta (presunção juris et de jure) nessa hipótese. De acordo com o art. 1.201, parágrafo único, do Código Civil: “Parágrafo único. O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa-fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção”.

**QUESTÃO 22. Ubirajara, indígena integrado, ocupou como próprio, por cinco anos, trecho de terra equivalente a cinquenta hectares. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Ubirajara**

**a) não poderá usucapir as terras, uma vez que, para obter o benefício da usucapião indígena, é necessário o prazo mínimo de dez anos e que o trecho seja inferior a cinquenta hectares.**

**b) poderá usucapir, desde que as terras não sejam do domínio da União e não estejam ocupadas por grupos tribais.**

**c) poderá usucapir as terras, se comprovar que as utilizou para subsistência própria ou do grupo tribal.**

**d) não poderá usucapir as terras, uma vez que, para obter o benefício da usucapião especial indígena, é necessário que ele seja um indígena não integrado.**

**e) poderá usucapir as terras, se não for proprietário de outro imóvel.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o conhecimento sobre a modalidade de usucapião especial indígena, prevista no art. 33 da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio).

A alternativa A está correta. No caso hipotético narrado, Ubirajara não preencheu os requisitos legais da usucapião especial indígena, razão pela qual não poderá usucapir as terras. De acordo com o art. 33 da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio): “Art. 33. O índio, integrado ou não, que ocupe como próprio, por dez anos consecutivos, trecho de terra inferior a cinquenta hectares, adquirir-lhe-á a propriedade plena”. Observe que, de acordo com o enunciado, Ubirajara ocupou as terras pelo lapso temporal de 5 (cinco) anos, além disso o trecho de terra equivale a cinquenta hectares. Assim, é possível concluir que Ubirajara não cumpriu os requisitos legais para a obtenção do benefício.

A alternativa B está incorreta, pois Ubirajara não poderá usucapir as terras, tendo em vista que não preencheu os requisitos legais da usucapião especial indígena. Sobre o tema, cumpre destacar que o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio) preconiza que: “Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às terras do domínio da União, ocupadas por grupos tribais, às áreas reservadas de que trata esta Lei, nem às terras de propriedade coletiva de grupo tribal”.

A alternativa C está incorreta, pois Ubirajara não poderá usucapir as terras, tendo em vista que não preencheu os requisitos legais da usucapião especial indígena.

A alternativa D está incorreta. A primeira parte da alternativa está correta, pois, de fato, Ubirajara não poderá usucapir as terras. Porém a justificativa é diferente do que foi apresentado na alternativa. Cumpre destacar que a usucapião especial é facultada tanto ao índio integrado como ao índio isolado – que não possui contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, desde que preenchidos os requisitos do art. 33 da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio): “Art. 33. O índio, integrado ou não, que ocupe como próprio, por dez anos consecutivos, trecho de terra inferior a cinquenta hectares, adquirir-lhe-á a propriedade plena”.

A alternativa E está incorreta, pois Ubirajara não poderá usucapir as terras, tendo em vista que não preencheu os requisitos legais da usucapião especial indígena.

**QUESTÃO 23. Júlia e Flávia, em regime de condomínio, são multiproprietárias de um imóvel na cidade de Alto Paraíso, do qual cada uma delas é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida por elas de forma alternada. Júlia foi transferida em seu emprego para Fortaleza, razão pela qual decidiu vender a sua fração de tempo à sua prima, Ana. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

**a) É necessária a cientificação de Flávia para que Júlia possa vender a sua fração de tempo.**

**b) Caso Júlia decida vender para Flávia, a multipropriedade se extinguirá automaticamente, considerando ser ela a proprietária de todas as frações de tempo.**

**c) Júlia será subsidiariamente responsável pelas obrigações condominiais caso Ana não obtenha a declaração de inexistência de débitos referente à fração de tempo no momento de sua aquisição.**

**d) Não é necessária a anuência de Flávia para que ocorra a venda para Ana.**

**e) Flávia tem direito de preferência, que deverá ser exercido no prazo de 30 dias, sobre a venda de fração de tempo por Júlia.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento sobre o instituto da multipropriedade.

A alternativa A está incorreta, pois o Código Civil não exige que Flávia seja cientificada para que Júlia possa vender a sua fração de tempo. De acordo com o art. 1.358-L, caput, do Código Civil: “Art. 1.358-L. A transferência do direito de multipropriedade e a sua produção de efeitos perante terceiros dar-se-ão na forma da lei civil e não dependerão da anuência ou cientificação dos demais multiproprietários”.

A alternativa B está incorreta, pois a multipropriedade não se extinguirá automaticamente na hipótese de Flávia se tornar a única proprietária de todas as frações de tempo. Nos termos do art. 1.358-C, parágrafo único, do Código Civil: “Art. 1.358-C. Parágrafo único. A multipropriedade não se extinguirá automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário”.

A alternativa C está incorreta, pois, nessa hipótese, a responsabilidade de Júlia será solidária. O art. 1.358-J, inciso I, do Código Civil afirma que são obrigações do multiproprietário: “I - pagar a contribuição condominial do condomínio em multipropriedade e, quando for o caso, do condomínio edilício, ainda que renuncie ao uso e gozo, total ou parcial, do imóvel, das áreas comuns ou das respectivas instalações, equipamentos e mobiliário”. Especificamente na hipótese de transferência da multipropriedade, o art. 1.358-L, §2º, do Código Civil dispõe que: “§ 2º O adquirente será solidariamente responsável com o alienante pelas obrigações de que trata o § 5º do art. 1.358-J deste Código caso não obtenha a declaração de inexistência de débitos referente à fração de tempo no momento de sua aquisição”. Portanto, Júlia (alienante) e Ana (adquirente) serão solidariamente responsáveis pelas obrigações condominiais caso Ana não obtenha a declaração de inexistência de débitos referente à fração de tempo no momento de sua aquisição.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 1.358-L, caput, do Código Civil: “Art. 1.358-L. A transferência do direito de multipropriedade e a sua produção de efeitos perante terceiros dar-se-ão na forma da lei civil e não dependerão da anuência ou cientificação dos demais multiproprietários”.

A alternativa E está incorreta, pois Flávia não tem direito de preferência sobre a venda de fração de tempo por Júlia. Nos termos do art. 1.358-L, §1º, do Código Civil: “§ 1º Não haverá direito de preferência na alienação de fração de tempo, salvo se estabelecido no instrumento de instituição ou na convenção do condomínio em multipropriedade em favor dos demais multiproprietários ou do instituidor do condomínio em multipropriedade”.

**QUESTÃO 24. Acerca do processo de habilitação para o casamento, assinale a alternativa correta.**

**a) O requerimento de habilitação para o casamento é ato personalíssimo e deverá ser firmado por ambos os nubentes, de próprio punho ou mediante processo mecânico.**

**b) A habilitação será feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil, com a audiência do Ministério Público.**

c) É dever do membro do Ministério Público esclarecer os nubentes a respeito dos fatos que podem ocasionar a invalidade do casamento, bem como sobre os diversos regimes de bens.

d) A eficácia da habilitação será de sessenta dias, a contar da data em que foi extraído o certificado.

e) O oficial do registro dará aos nubentes ou a seus representantes nota da oposição, indicando os fundamentos e as provas, devendo ser preservado o sigilo do nome de quem a ofereceu.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o conhecimento sobre as regras do processo de habilitação para o casamento, previstas nos arts. 1.525 a 1.532 do Código Civil.

A alternativa A está incorreta, pois o requerimento de habilitação para o casamento não é ato personalíssimo. De acordo com o Código Civil, o requerimento pode ser realizado pessoalmente pelos noivos ou mediante procurador constituído por escritura pública com poderes especiais para tanto. Nos termos do art. 1.525, caput, do Código Civil: “Art. 1.525. O requerimento de habilitação para o casamento será firmado por ambos os nubentes, de próprio punho, ou, a seu pedido, por procurador, e deve ser instruído com os seguintes documentos”.

A alternativa B está correta, pois o Código Civil exige a intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica no procedimento de habilitação para o casamento, apesar de sua natureza jurídica de procedimento administrativo. De acordo com o art. 1.526 do Código Civil: “Art. 1.526. A habilitação será feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil, com a audiência do Ministério Público. Parágrafo único. Caso haja impugnação do oficial, do Ministério Público ou de terceiro, a habilitação será submetida ao juiz”.

A alternativa C está incorreta, pois trata-se de dever conferido ao Oficial do Cartório do Registro Civil, nos termos do art. 1.528 do Código Civil: “Art. 1.528. É dever do oficial do registro esclarecer os nubentes a respeito dos fatos que podem ocasionar a invalidade do casamento, bem como sobre os diversos regimes de bens”.

A alternativa D está incorreta. Após cumpridas as formalidades legais e verificada a inexistência de fato obstativo, o oficial do registro extrairá o certificado de habilitação, momento no qual se inicia o prazo decadencial de 90 (noventa) dias para a celebração do matrimônio, conforme os arts. 1.531 e 1.532 do Código Civil: “Art. 1.531. Cumpridas as formalidades dos arts. 1.526 e 1.527 e verificada a inexistência de fato obstativo, o oficial do registro extrairá o certificado de habilitação. Art. 1.532. A eficácia da habilitação será de noventa dias, a contar da data em que foi extraído o certificado”.

A alternativa E está incorreta, pois não há sigilo em relação ao nome de quem ofereceu a oposição. De acordo com o art. 1.530 do Código Civil: “Art. 1.530. O oficial do registro dará aos nubentes ou a seus representantes nota da oposição, indicando os fundamentos, as provas e o nome de quem a ofereceu”.

**QUESTÃO 25. De acordo com a atual jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta acerca da filiação.**

a) A filiação socioafetiva, para fins de herança, depende de registro civil.

**b) A filiação socioafetiva não pode ser reconhecida extrajudicialmente, dependendo, portanto, de decisão judicial transitada em julgado.**

**c) Há direito de receber herança do pai biológico mesmo já tendo recebido herança do pai socioafetivo.**

**d) É permitida a retificação do documento civil para alterar o nome da mãe biológica para o nome da mãe afetiva, não sendo possível cumular os dois nomes.**

**e) Há hierarquia entre filiação biológica e afetiva.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento da jurisprudência dos tribunais superiores acerca da multiparentalidade.

A alternativa A está incorreta, pois a filiação socioafetiva, para fins de herança, não depende de registro civil. Para o STJ: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp n. 1.622.330/RS, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 12/12/2017, DJe de 2/2/2018.)”.

A alternativa B está incorreta, pois é possível o reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva, independentemente de decisão judicial transitada em julgado. Nesse sentido, o Provimento nº 149/2023 do CNJ dispõe sobre o reconhecimento voluntário da paternidade e maternidade socioafetiva perante o oficial de registro civil das pessoas naturais.

A alternativa C está correta. Para o STJ: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp n. 1.622.330/RS, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 12/12/2017, DJe de 2/2/2018.)”. Ademais, de acordo com o entendimento fixado pelo STF em sede de repercussão geral (Tema 622): “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”.

A alternativa D está incorreta, pois é possível o reconhecimento da multiparentalidade. O STF, em julgamento histórico de repercussão geral (RE 898.060/SC), reconheceu o valor jurídico da afetividade para a constituição de vínculos de parentesco, admitindo, inclusive, a coexistência da paternidade socioafetiva com a biológica (multiparentalidade). De acordo com o entendimento fixado pelo STF em sede de repercussão geral (Tema 622): “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”.

A alternativa E está incorreta, pois não há hierarquia entre filiação biológica e afetiva, tendo em vista que é possível o reconhecimento concomitante dos vínculos socioafetivo e biológico. Para o STJ: “2. A possibilidade de cumulação da paternidade socioafetiva com a biológica contempla especialmente o princípio constitucional da igualdade dos filhos (art. 227, § 6º, da CF). Isso porque conferir "status" diferenciado entre o genitor biológico e o socioafetivo é, por consequência, conceber um tratamento desigual entre os filhos. 4. Recurso especial provido para reconhecer a equivalência de tratamento e dos efeitos jurídicos entre as

paternidades biológica e socioafetiva na hipótese de multiparentalidade. (REsp n. 1.487.596/MG, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 28/9/2021, DJe de 1/10/2021.)”. Além disso, de acordo com o entendimento fixado pelo STF em sede de repercussão geral (Tema 622): “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”.

**QUESTÃO 26. Matheus, filho de um milionário, aos dezesseis anos, decide escrever, de próprio punho, seu testamento. No testamento, escrito em língua francesa, Matheus decide dispor da totalidade de seus bens. Passados cinco meses, mediante escrito particular seu, datado e assinado, Matheus decide fazer disposições especiais sobre o seu enterro. Além disso, decide alterar seu testamento, dispondo apenas de seus bens imóveis. Passados dois meses, decide novamente alterar seu testamento, dispondo novamente da totalidade de seus bens. Tanto a elaboração do testamento quanto suas retificações foram lidas e assinadas por Matheus na presença de três testemunhas, que o subscreveram. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

**a) O testamento não é válido, sendo necessária a maioria para sua validade ou a participação do Ministério Público, enquanto menor.**

**b) O codicilo só é válido se não houver testamento; havendo testamento, as disposições de última vontade deverão nele ser incluídas.**

**c) O testamento pode ser escrito em língua estrangeira desde que as testemunhas a compreendam.**

**d) O testamento é ato personalíssimo, podendo ser alterado a qualquer tempo mediante manifestação favorável do Ministério Público.**

**e) Extingue-se em três anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo de sua abertura.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre testamento.

A alternativa A está incorreta, pois é desnecessária a maioria para a validade do testamento. De acordo com o art. 1.860, parágrafo único, do Código Civil: “Parágrafo único. Podem testar os maiores de dezesseis anos”.

A alternativa B está incorreta, pois a existência de testamento, por si só, não torna o codicilo inválido. De acordo com o art. 1.882: “Art. 1.882. Os atos a que se refere o artigo antecedente, salvo direito de terceiro, valerão como codicilos, deixo ou não testamento o autor”. Além disso, cumpre destacar que o codicilo somente será revogado por testamento na hipótese de testamento posterior, de qualquer natureza, que não confirmar ou modificar o codicilo. Assim dispõe o art. 1.884 do Código Civil: “Art. 1.884. Os atos previstos nos artigos antecedentes revogam-se por atos iguais, e consideram-se revogados, se, havendo testamento posterior, de qualquer natureza, este os não confirmar ou modificar”.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 1.880 do Código Civil: “Art. 1.880. O testamento particular pode ser escrito em língua estrangeira, contanto que as testemunhas a compreendam”.

A alternativa D está incorreta, pois a alteração do testamento não depende de manifestação do Ministério Público. Nos termos do art. 1.858 do Código Civil: “Art. 1.858. O testamento é ato personalíssimo, podendo ser mudado a qualquer tempo”.

A alternativa E está incorreta, pois o prazo é de 5 (cinco) anos, contados da data do registro do testamento. De acordo com o art. 1.859 do Código Civil: “Art. 1.859. Extingue-se em cinco anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data do seu registro”.

**QUESTÃO 27. Nathália deu à luz o seu filho Adilson, em janeiro de 2024, na cidade de Porto Velho. Em razão de complicações no parto, seu marido, Pedro, compareceu ao Cartório de Registro Civil de Nascimento quarenta e cinco dias após o parto. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

**a) O nascimento deverá ser registrado dentro do prazo de quinze dias, que poderá ser ampliado em até três meses para os casos de necessidade, mediante requisição fundamentada.**

**b) Adilson poderá ser registrado a qualquer tempo, no entanto, considerando que o registro será realizado fora do prazo legal de quinze dias, Pedro deverá pagar multa equivalente a meio salário-mínimo.**

**c) O registro fora do prazo legal, como no caso narrado, dependerá de requerimento dos pais ou responsáveis, assinado por duas testemunhas.**

**d) O registro civil de nascimento de Adilson deve ser feito na localidade onde nasceu ou na de residência dos genitores.**

**e) O registro fora do prazo legal, como no caso narrado, pode ser feito em qualquer idade, de forma gratuita.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre registro tardio de nascimento.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo de quinze dias somente será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório. Conforme dispõe o art. 50 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): “Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório”.

A alternativa B está incorreta, pois o ordenamento jurídico não prevê multa como penalidade em decorrência do registro fora do prazo legal.

A alternativa C está incorreta. Depreende-se do enunciado que Adilson tem menos de 12 (doze) anos de idade, pois Pedro compareceu ao Cartório de Registro Civil de Nascimento 45 (quarenta e cinco) dias após o parto, razão pela qual aplica-se a norma que dispensa o requerimento dos pais ou responsáveis, bem como a assinatura de duas testemunhas para o registro tardio. De acordo com o art. 486 do Provimento Nº 149 de 30/08/2023 do CNJ: “Art. 486. Sendo o registrando menor de 12 anos de idade, ficará dispensado o requerimento escrito e o comparecimento das testemunhas mencionadas neste Capítulo se for apresentada

pelo declarante a Declaração de Nascido Vivo (DNV) instituída pela Lei n. 12.662, de 5 de junho de 2012, devidamente preenchida por profissional da saúde ou parteira tradicional”.

A alternativa D está incorreta, pois, em virtude do transcurso do prazo legal de 15 (quinze) dias, o registro civil de nascimento de Adilson deve ser feito no local de residência do interessado. De acordo com o art. 46 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): “Art. 46. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão registradas no lugar de residência do interessado”.

A alternativa E está correta, pois o registro fora do prazo legal, como no caso narrado, pode ser feito em qualquer idade, de forma gratuita. Nesse contexto, o Provimento Nº 149 de 30/08/2023 do CNJ traz regramento específico em relação às pessoas com menos de 12 (anos) de idade e às pessoas que já tenham completado 12 anos de idade. Dispõe o art. 483 Provimento Nº 149 de 30/08/2023 do CNJ que: “Art. 483. Se a declaração de nascimento se referir à pessoa que já tenha completado 12 anos de idade, as duas testemunhas deverão assinar o requerimento na presença do oficial, ou de preposto expressamente autorizado, que examinará seus documentos pessoais e certificará a autenticidade de suas firmas, entrevistando-as, assim como entrevistará o registrando e, sendo o caso, seu representante legal, para verificar, ao menos”. Além disso, de acordo com o art. 486 do Provimento Nº 149 de 30/08/2023 do CNJ: “Art. 486. Sendo o registrando menor de 12 anos de idade, ficará dispensado o requerimento escrito e o comparecimento das testemunhas mencionadas neste Capítulo se for apresentada pelo declarante a Declaração de Nascido Vivo (DNV) instituída pela Lei n. 12.662, de 5 de junho de 2012, devidamente preenchida por profissional da saúde ou parteira tradicional”.

**QUESTÃO 28. O promotor de justiça José foi acusado de receber propina de uma empresa de mineração situada no Município de Ariquemes em troca do arquivamento de uma investigação sobre a empresa. A denúncia foi feita por um funcionário da empresa, que teria testemunhado o pagamento da propina, apresentando inclusive documentos comprobatórios. Foi instaurado um processo administrativo disciplinar para apurar as acusações, foram ouvidas testemunhas e analisadas provas. Ao final do processo administrativo disciplinar, restou comprovado o recebimento da propina, que culminou na demissão de José. Passados quatro meses, ainda inconformado com a sua demissão, José requer ao Conselho Nacional do Ministério Público a revisão do seu processo administrativo disciplinar. O Conselho Nacional do Ministério Público manteve a pena de demissão. Ainda inconformado, José decide propor ação ordinária requerendo, judicialmente, a revisão da pena a ele imputada. De acordo com o atual entendimento dos Tribunais Superiores, a ação deverá ser proposta perante**

- a) uma das Varas Estaduais da Comarca de Ariquemes.
- b) o Supremo Tribunal Federal.
- c) uma das Varas Federais de Porto Velho.
- d) o Superior Tribunal de Justiça.
- e) o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da jurisprudência dos tribunais superiores para julgar ações em face do CNMP.

A alternativa A está incorreta. A competência para julgar ações contra decisões do CNMP não é da justiça estadual, mas sim do STF.

A alternativa B está correta. O art. 102, I, "r", da Constituição Federal estabelece a competência exclusiva do STF para processar e julgar originariamente todas as ações contra atos do CNMP proferidos no exercício de suas funções institucionais. Esta disposição não diferencia o tipo de ação (ordinária, mandado de segurança, etc.), conferindo ao STF uma ampla competência para assegurar a autonomia e a independência do CNMP em suas funções constitucionais. Decisões como Pet 4770 AgR/DF e Rcl 33459 AgR/PE reforçam essa interpretação, enfatizando que o STF tem jurisdição para julgar ações que questionam atos do CNMP, resguardando a função institucional desse órgão.

A alternativa C está incorreta. A competência para julgar atos do CNMP está exclusivamente atribuída ao STF, conforme art. 102, I, "r", da CF/88.

A alternativa D está incorreta. O STJ tem competências bem definidas pela Constituição, mas o julgamento de ações contra o CNMP não está entre elas. Essa atribuição é exclusiva do STF.

A alternativa E está incorreta. O TJRO é parte do judiciário estadual, o qual não tem competência para julgar ações contra o CNMP, uma entidade de abrangência nacional cuja revisão de atos compete ao STF.

**QUESTÃO 29. Inês propôs ação de indenização por danos materiais em face de Rodrigo que, devidamente citado, apresentou contestação. Produzidas as provas, a ação foi julgada procedente, condenando Rodrigo ao pagamento de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Buscando protelar o pagamento e prejudicar Inês, Rodrigo decide opor embargos de declaração, mesmo sabendo que a sentença não possui erro material e nem está viciada por omissão, contradição ou obscuridade.**

**A respeito do caso, assinale a alternativa correta**

**a) Não é possível a condenação de multa por litigância de má-fé, uma vez que os embargos de declaração protelatórios já possuem multa própria, sob pena de configuração de bis in idem.**

**b) O juiz deverá condenar Rodrigo ao pagamento de multa fixada em até dez vezes o valor do salário mínimo.**

**c) O valor da indenização será arbitrado pelo juiz e liquidado em autos apartados.**

**d) Além da multa estipulada pelo juiz, Rodrigo deverá indenizar Inês pelos prejuízos que ela sofreu e arcar com os honorários advocatícios dela e com todas as despesas que ela efetuou.**

**e) A condenação por litigância de má-fé depende de requerimento de Inês, mediante simples petição, nos próprios autos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos temas litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da justiça.

A alternativa A está incorreta. O CPC permite a condenação em multa por litigância de má-fé, além da multa específica para os embargos de declaração protelatórios. A aplicação de uma multa por má-fé não se confunde com a multa por embargos declaratórios protelatórios (artigo 1.026, §2º, do CPC), não configurando bis in idem, pois se referem a penalidades por motivações distintas.

A alternativa B está incorreta. A fixação de multa pelo juiz devido à litigância de má-fé não é limitada a um valor máximo de dez vezes o salário mínimo, segundo o CPC. O valor da multa é arbitrado de acordo com a discricionariedade do juiz, considerando o prejuízo causado à parte adversa e o caráter pedagógico da penalidade. Conforme o artigo 81 e o seu parágrafo 2º do CPC, a multa deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa. Entretanto, quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 vezes o salário mínimo e não em 10 vezes como afirma a alternativa.

A alternativa C está incorreta. A liquidação de indenização por danos materiais ou morais decorrentes de litigância de má-fé pode ser feita no mesmo processo, não sendo necessário que ocorra em autos apartados. O CPC prevê a possibilidade de o juiz determinar o valor da reparação dentro do próprio processo em que se configurou a má-fé, conforme parágrafo 3º do artigo 81.

A alternativa D está correta. Segundo o artigo 81 do CPC, a litigância de má-fé inclui a condenação ao pagamento de multa, honorários advocatícios e outras despesas processuais causadas pela conduta indevida. Além disso, o artigo 80, incisos VI e VII, do CPC, define como atos de má-fé, entre outros, interpor recurso com intuito manifestamente protelatório e usar o processo para conseguir objetivo ilegal, como prejudicar a parte contrária.

A alternativa E está incorreta. A condenação por litigância de má-fé pode ser decretada de ofício pelo juiz, não dependendo necessariamente de requerimento da parte interessada (artigo 81 do CPC). Embora a parte possa alegar e requerer a aplicação de penalidades por litigância de má-fé, o juiz tem autonomia para identificar e sancionar tal conduta independentemente de provocação.

### **QUESTÃO 30. Contra decisão que indefere o ingresso de terceiro na qualidade de amicus curiae em recurso especial representativo de controvérsia**

- a) não cabe recurso.**
- b) cabe agravo interno.**
- c) cabe agravo em recurso especial.**
- d) cabe recurso ordinário.**
- e) cabe recurso extraordinário.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema *amicus curiae*.

A alternativa A está correta. Segundo o artigo 138 do CPC, o *amicus curiae* pode ser admitido no processo em qualquer momento processual, mas a decisão que admite ou não a sua participação é discricionária, ou seja, depende da análise do juízo responsável pelo caso. O CPC prevê expressamente no artigo que a decisão é irrecorrível.

Além disso, para o STF, a decisão do Relator que ADMITE ou INADMITE o ingresso do *amicus curiae* é irrecorrível. STF. Plenário. RE 602584 AgR, Rel. para acórdão Min. Luiz Fux, julgado em 17/10/2018.

Por ser irrecorrível a decisão, as demais hipóteses indicadas nas alternativas B, C, D e E estão incorretas.

### **QUESTÃO 31. Aquele que se sentiu lesado pela atuação do Ministério Público**

**a) em caso de dolo ou fraude não poderá acionar o agente causador, devendo acionar o Estado, que responde de forma objetiva, sem a possibilidade da propositura da ação de regresso.**

**b) em caso de fraude deverá acionar o agente causador, que será solidariamente responsável.**

**c) em caso de dolo deverá acionar diretamente o agente causador do dano, buscando a indenização, que não poderá ultrapassar o valor de um salário mínimo vigente no país.**

**d) em caso de atraso na devolução do processo físico em carga, o membro do Ministério Público responsável pelo ato poderá receber multa correspondente à metade do salário mínimo vigente no país.**

**e) em caso de não cumprimento, com exatidão, das decisões jurisdicionais de natureza provisória poderá pleitear a aplicação de multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, ao responsável pelo não cumprimento.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema responsabilidade civil dos membros do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. Esta opção falha ao considerar a possibilidade de ação exclusivamente contra o Estado sem mencionar a ação regressiva. A legislação, especificamente o Artigo 181 do Código de Processo Civil (CPC) e o § 6º do Artigo 37 da Constituição Federal, estabelece a responsabilidade civil e regressiva dos membros do Ministério Público por atos realizados com dolo ou fraude. Essa estrutura de responsabilização segue a Teoria da Dupla Garantia, onde inicialmente o Estado é acionado e, após sua condenação, tem o direito de regresso contra o membro do MP responsável pelo ato lesivo.

A alternativa B está incorreta. O erro desta alternativa reside na afirmação de responsabilidade solidária do membro do Ministério Público. Na realidade, a responsabilidade é subsidiária, indicando que a ação inicial é contra o Estado, não permitindo uma responsabilização direta e conjunta do membro do MP.

A alternativa C está incorreta. Além de apresentar um entendimento equivocado sobre a forma de responsabilização, esta alternativa erra ao impor um limite máximo de indenização igual a um salário mínimo

em casos de atuação dolosa do membro do MP. A legislação não prevê tal limite, determinando que a indenização deve equivaler ao dano efetivamente sofrido pela parte lesada, de acordo com os princípios do direito civil e o § 6º do Art. 37 da Constituição Federal.

A alternativa D está correta. A alternativa D é correta pois está em consonância com os princípios gerais de responsabilização de membros do Ministério Público por atos praticados no exercício de suas funções. A possibilidade da aplicação de multa por atraso na devolução de processo físico alinha-se aos mecanismos de responsabilização dos membros do MP por condutas inadequadas, conforme disposto no Art. 181 do CPC, que prevê responsabilidade civil e regressiva em casos de dolo ou fraude. Ademais, estabelece o CPC: Art. 234. Os advogados públicos ou privados, o defensor público e o membro do Ministério Público devem restituir os autos no prazo do ato a ser praticado. (...) § 2º Se, intimado, o advogado não devolver os autos no prazo de 3 (três) dias, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário-mínimo. (...) § 4º Se a situação envolver membro do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, a multa, se for o caso, será aplicada ao agente público responsável pelo ato.

A alternativa E está incorreta. Não há essa previsão no CPC.

**QUESTÃO 32. Acerca das práticas autocompositivas no âmbito do Ministério Público, previstas nas Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público no 118/2014, é(são) recomendada(s) a(s)**

**a) conciliação para solucionar controvérsias ou conflitos que envolvam relações jurídicas nas quais é importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes.**

**b) negociação para as controvérsias ou conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal.**

**c) mediação para controvérsias ou conflitos que envolvam direitos ou interesses nas áreas de atuação do Ministério Público como órgão interveniente e nos quais sejam necessárias intervenções, propondo soluções para a resolução das controvérsias ou dos conflitos.**

**d) convenções processuais nas situações para as quais seja viável a busca da reparação dos efeitos da infração por intermédio da harmonização entre o(s) seu(s) autor(es) e a(s) vítima(s), com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos.**

**e) práticas restaurativas toda vez que o procedimento deva ser adaptado ou flexibilizado para permitir a adequada e efetiva tutela jurisdicional aos interesses materiais subjacentes, bem como para resguardar âmbito de proteção dos direitos fundamentais processuais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público no 118/2014.

A alternativa A está incorreta. A Resolução nº 118/2014 do CNMP realmente incentiva a utilização da conciliação pelo Ministério Público, mas não de maneira restrita às situações que exigem "a direta e

voluntária ação de ambas as partes divergentes". A conciliação é recomendada como um mecanismo amplo para solucionar controvérsias e conflitos, incluindo, mas não limitando-se a, relações jurídicas específicas. Portanto, essa descrição é limitada demais e não captura completamente o escopo da recomendação da Resolução para o uso da conciliação. Resolução nº 118/2014 do CNMP. "Art. 11. A conciliação é recomendada para controvérsias ou conflitos que envolvam direitos ou interesses nas áreas de atuação do Ministério Público como órgão interveniente e nos quais sejam necessárias intervenções propondo soluções para a resolução das controvérsias ou dos conflitos. Art. 12. A conciliação será empreendida naquelas situações em que seja necessária a intervenção do membro do Ministério Público, servidor ou voluntário, no sentido de propor soluções para a resolução de conflitos ou de controvérsias, sendo aplicáveis as mesmas normas atinentes à mediação."

A alternativa B está correta. Esta alternativa reflete com precisão um dos principais objetivos da Resolução nº 118/2014, que é o de promover mecanismos de solução de conflitos, como a negociação, especialmente em contextos onde o Ministério Público atua na defesa dos direitos ou interesses da sociedade. A Resolução reconhece o papel do Ministério Público como um ator chave na negociação de conflitos, podendo atuar diretamente na defesa de interesses sociais, coletivos e individuais indisponíveis, portanto, a negociação é um meio adequado e eficaz para a solução dessas controvérsias. Resolução nº 118/2014 do CNMP: "Art. 8º A negociação é recomendada para as controvérsias ou conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal (art. 129, III, da CR/1988); Parágrafo único. A negociação é recomendada, ainda, para a solução de problemas referentes à formulação de convênios, redes de trabalho e parcerias entre entes públicos e privados, bem como entre os próprios membros do Ministério Público."

A alternativa C está incorreta. Embora a mediação seja um dos métodos autocompositivos promovidos pela Resolução nº 118/2014, sua descrição na alternativa não está de acordo com a resolução. A Resolução promove o uso da mediação em um espectro mais amplo de situações do que apenas aquelas em que o MP atua como órgão interveniente. A mediação é encorajada como um método de solução de conflitos em diversas áreas de atuação do Ministério Público, não se limitando a situações de intervenção. Resolução nº 118/2014 do CNMP. "Art. 9º A mediação é recomendada para solucionar controvérsias ou conflitos que envolvam relações jurídicas nas quais é importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes."

A alternativa D está incorreta. As convenções processuais referem-se a acordos sobre procedimentos judiciais entre as partes de um litígio. A Resolução nº 118/2014 do CNMP as aborda diretamente como uma ferramenta específica a ser usada pelo Ministério Público na solução de conflitos. Resolução nº 118/2014 do CNMP. "Art. 15. As convenções processuais são recomendadas toda vez que o procedimento deva ser adaptado ou flexibilizado para permitir a adequada e efetiva tutela jurisdicional aos interesses materiais subjacentes, bem assim para resguardar âmbito de proteção dos direitos fundamentais processuais."

A alternativa E está incorreta. Embora as práticas restaurativas sejam encorajadas pela Resolução nº 118/2014, a descrição nesta alternativa não reflete adequadamente o escopo de sua aplicação conforme a Resolução. As práticas restaurativas são recomendadas em um contexto mais amplo do que apenas a adaptação ou flexibilização do procedimento jurisdicional. Elas visam a reparação dos danos e a restauração das relações entre as partes envolvidas em um conflito, promovendo a pacificação social em um sentido mais abrangente do que apenas a tutela jurisdicional de interesses materiais. Resolução nº 118/2014 do CNMP. "Art. 13. As práticas restaurativas são recomendadas nas situações para as quais seja viável a busca da

reparação dos efeitos da infração por intermédio da harmonização entre o (s) seu (s) autor (es) e a (s) vítima (s), com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos."

**QUESTÃO 33. Acerca da atuação do Ministério Público como parte e como fiscal da ordem jurídica nos tribunais, de acordo com o disposto na Recomendação CNMP no 54/2017, assinale a alternativa correta.**

**a) Não viola o princípio da unidade institucional que, nas causas em que o Ministério Público atue como parte em primeiro grau de jurisdição, ele atue como fiscal da ordem jurídica em segundo grau de jurisdição.**

**b) Havendo posicionamentos conflitantes entre os membros do Ministério Público que atuam em instâncias diversas, deverá prevalecer o posicionamento daquele que atuou em primeiro grau de jurisdição.**

**c) A manifestação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica poderá limitar-se a corroborar o posicionamento já firmado pelo membro oficiante na instância inferior nas ações em que o Ministério Público for fiscal da ordem jurídica.**

**d) É fundamental a identificação dos casos em que se faça necessária a apresentação de manifestação como fiscal da ordem jurídica, superando-se atuação meramente parecerista nos tribunais para uma atuação mais proativa na condição de parte, ainda que com prejuízo do exercício da função de fiscal da ordem jurídica.**

**e) É fundamental que seja reestruturada a função do Ministério Público nos Tribunais, de modo a ser evitado o retrabalho sobre questões já muito bem defendidas pelo órgão do Ministério Público de instância inferior em prol de uma atuação mais eficiente, proativa e resolutiva nos tribunais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Recomendação CNMP no 54/2017.

A alternativa A está incorreta. Sob o ponto de vista da teoria institucional do Ministério Público a opção estaria correta. Porém a alternativa torna-se incorreta porque a Recomendação CNMP nº 54/2017 não aborda diretamente a questão da violação do princípio da unidade institucional com base na atuação do MP como parte em um grau e como fiscal da ordem jurídica em outro. A recomendação foca mais na eficiência e na estratégia de atuação do MP nos tribunais

A alternativa B está incorreta. A premissa de que deverá prevalecer o posicionamento do membro do MP que atuou em primeiro grau não é sustentada pela Recomendação CNMP nº 54/2017. O Ministério Público, por seus princípios de unidade e indivisibilidade, permite a revisão e a mudança de posicionamento conforme a evolução do entendimento jurídico e institucional, sempre visando à proteção da ordem jurídica e do regime democrático. Ademais, a alternativa desrespeita o princípio da independência funcional, uma vez que o membro do MP que atua na segunda instância poderá ter entendimento jurídico diverso do membro que atuou em primeiro grau.

A alternativa C está incorreta. Limitar a atuação do MP como fiscal da ordem jurídica a meramente corroborar posicionamentos anteriores restringe indevidamente a sua função institucional. A Recomendação

CNMP nº 54/2017 busca uma atuação mais substantiva e efetiva nos tribunais, que vá além da reiteração de manifestações prévias, encorajando um papel ativo na defesa da ordem jurídica.

A alternativa D está incorreta. Essa opção mistura conceitos de forma que não reflete as orientações da Recomendação CNMP nº 54/2017. Embora a recomendação incentive uma atuação proativa e eficiente, não sugere que isso deva ser feito com prejuízo à função de fiscal da ordem jurídica. Pelo contrário, busca-se uma atuação equilibrada que maximize a eficácia do MP em ambas as funções.

A alternativa E está correta. A Recomendação CNMP nº 54/2017 enfatiza a necessidade de otimizar a atuação do Ministério Público nos tribunais para promover uma atuação mais eficiente, evitando o retrabalho e priorizando questões que demandem uma intervenção mais significativa do MP como fiscal da ordem jurídica. Ela sugere a busca por eficiência, proatividade e uma atuação resolutiva, alinhada ao princípio da eficiência administrativa e à necessidade de evitar redundâncias e otimizar recursos humanos e materiais do MP. Recomendação CNMP nº 54/2017. "Art. 1º Sem prejuízo da respectiva autonomia administrativa, cada ramo do Ministério Público adotará medidas normativas e administrativas destinadas a estimular a atuação resolutiva dos respectivos membros e a cultura institucional orientada para a entrega à sociedade de resultados socialmente relevantes observando, dentre outros, os parâmetros desta recomendação."

**QUESTÃO 34. Juliana, Guilherme e Antônio são irmãos. Em vida, Zeca, viúvo e pai dos três, antecipou para Juliana seu único bem imóvel. Quando do falecimento de Zeca,**

**a) se Juliana negar o recebimento do imóvel, o juiz, ouvidas as partes no prazo comum de 5 (cinco) dias e após manifestação do Ministério Público, decidirá à vista das alegações e das provas produzidas.**

**b) Juliana deverá trazer à colação o referido apartamento, não se computando no seu valor as benfeitorias por ela realizadas.**

**c) o juiz determinará que se proceda à licitação do bem imóvel entre os herdeiros, sendo certo que Juliana poderá concorrer na licitação e, em igualdade de condições, terá preferência sobre os herdeiros.**

**d) se a matéria exigir dilação probatória documental, Juliana poderá receber o seu quinhão hereditário, independentemente de prestar caução.**

**e) se Juliana for excluída da herança, ela se exime de conferir, para o efeito de repor a parte inoficiosa, as liberalidades que obteve do doador.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A menciona um procedimento judicial específico para o caso de Juliana negar o recebimento do imóvel, mas o Código Civil, nos artigos citados, não descreve este procedimento específico no contexto da colação. O foco dos artigos 2002 e seguintes é na obrigação dos herdeiros de trazerem para a colação os bens que receberam em vida do de cujus para igualar as legítimas, não especificando procedimentos judiciais para negação de recebimento de bens.

A alternativa B está incorreta conforme a banca. Todavia, acreditamos que esta alternativa esteja correta. Segundo o art. 2004, § 2º, as benfeitorias realizadas pelos herdeiros nos bens doados não entram na colação, contrariando a afirmativa de que Juliana não poderia computar o valor das benfeitorias realizadas no apartamento. Esse dispositivo expressamente exclui as benfeitorias do cálculo da colação, fazendo com que a alternativa B seja incorreta.

A alternativa C está correta conforme a banca. Todavia, acreditamos que esta alternativa esteja incorreta. Esta alternativa sugere que, em caso de licitação do bem imóvel entre os herdeiros, Juliana pode concorrer e ter preferência em igualdade de condições. O Código Civil não especifica diretamente o procedimento de licitação entre herdeiros, ele estabelece regras gerais para a partilha e igualdade nas legítimas.

A alternativa D está incorreta. A alternativa D sugere que Juliana pode receber seu quinhão hereditário sem prestar caução, mesmo que a matéria exija dilação probatória documental. O Código Civil não especifica essa possibilidade nos artigos relativos à colação. As normas da colação focam na necessidade de igualar as partes dos herdeiros, considerando as doações recebidas em vida, sem mencionar a dispensa de caução em tais circunstâncias. No entanto, em matéria de Direito Processual Civil, o CPC recomenda a possibilidade de exigir caução, conforme parágrafo 1º do artigo 300.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 2008 do Código Civil, mesmo quem renunciou à herança ou dela foi excluído deve conferir as doações recebidas, para o fim de repor o que exceder a parte disponível. Assim, Juliana ainda estaria obrigada a conferir as liberalidades recebidas. Então, por este dispositivo, mesmo se renunciar a herança, o beneficiário tem o dever de levar à colação o seu legado para conferir a limitação da legítima.

**QUESTÃO 35. Marco é um jovem que nasceu de mãe solteira e nunca conheceu o seu pai. Marco sempre teve curiosidade sobre a identidade do seu pai e sua mãe lhe dizia que seu pai era Hugo, um homem conhecido da família com quem ela teria tido um relacionamento na época em que Marco foi concebido. Quando Marco completou 18 anos, ele decidiu tentar descobrir quem era seu pai, propondo ação de investigação de paternidade em face de Hugo, requerendo, para tanto, a realização de exame de DNA. Antes da citação, Hugo faleceu. Marco então, requereu em juízo a realização do exame de DNA em parentes do seu suposto pai. Diante da situação hipotética, é correto afirmar:**

**a) se à época da ação não houve a realização de exame de DNA e, portanto, não foi possível ter-se certeza sobre o vínculo genético, não é possível a relativização da coisa julgada.**

**b) se os parentes se recusarem a realizar o exame de DNA e a ação for julgada procedente, é possível a relativização da coisa julgada.**

**c) a ação de investigação de paternidade é personalíssima, não sendo possível o requerimento da realização do exame de DNA em parentes do seu suposto pai.**

**d) se os parentes se recusarem a realizar o exame de DNA, é lícita a exumação dos restos mortais de Hugo, ainda que existam outras provas capazes de elucidar os fatos.**

**e) o juiz determinará, a expensas de Marco, a realização do exame DNA em parentes consanguíneos, preferindo-se os de grau mais próximo aos mais distantes, importando a recusa em presunção de paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Lei n. 8.560/1992 que regula a investigação de paternidade.

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa é incorreta porque a relativização da coisa julgada pode ocorrer em casos excepcionais, especialmente em ações de estado, como a investigação de paternidade, quando surgem novas provas. Se o exame de DNA não foi realizado e surgem novas evidências ou possibilidades de realização de tal exame (por exemplo, com parentes do suposto pai), isso pode justificar a revisão da decisão anterior. Deve ser relativizada a coisa julgada estabelecida em ações de investigação de paternidade em que não foi possível determinar-se a efetiva existência de vínculo genético a unir as partes, em decorrência da não realização do exame de DNA, meio de prova que pode fornecer segurança quase absoluta quanto à existência de tal vínculo. STF. Plenário. RE 363889, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 02/06/2011 (repercussão geral).

A alternativa B está incorreta. A alternativa B é incorreta pois sugere que, se os parentes se recusarem a fazer o exame de DNA e a ação for julgada procedente, haveria relativização da coisa julgada. No entanto, a questão da relativização da coisa julgada envolve a apresentação de novas provas ou circunstâncias que não foram consideradas anteriormente, e não simplesmente a recusa dos parentes em realizar o exame. Súmula 301-STJ: "Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris tantum de paternidade."

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa é incorreta porque, embora a ação de investigação de paternidade seja de fato personalíssima, a lei permite, em casos específicos como o falecimento do suposto pai, que o exame de DNA seja feito em parentes consanguíneos. Essa possibilidade visa garantir o direito à identidade genética e à filiação, que são direitos personalíssimos e disponíveis da pessoa.

A alternativa D está incorreta. A alternativa D é incorreta porque, apesar de ser possível a exumação dos restos mortais para realização do exame de DNA, essa medida é considerada extremamente invasiva e só é tomada quando não há outras formas de se estabelecer a paternidade. A exumação é, portanto, um último recurso, não sendo "lícita" de forma automática, especialmente se existem outras provas que podem elucidar a questão da paternidade sem recorrer a tal medida.

A alternativa E está correta. A alternativa reflete a possibilidade prevista na legislação de se buscar a comprovação da paternidade por meio de exames de DNA, inclusive com parentes do suposto pai falecido, quando este não pode ser testado diretamente. A lei e a jurisprudência brasileiras permitem a realização de exame em parentes consanguíneos do suposto pai para investigação de paternidade, especialmente em situações onde o suposto pai já faleceu. A recusa em realizar o exame pode ser interpretada pelo juiz dentro do conjunto probatório, considerando as circunstâncias e as evidências disponíveis, podendo levar a uma presunção de paternidade. Lei n. 8.560/1992. "Art. 2º-A. Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos. (Incluído pela Lei nº 12.004, de 2009). § 1º. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético - DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório. (Incluído pela

Lei nº 12.004, de 2009). (Renumerado do parágrafo único, pela Lei nº 14.138, de 2021) § 2º Se o suposto pai houver falecido ou não existir notícia de seu paradeiro, o juiz determinará, a expensas do autor da ação, a realização do exame de pareamento do código genético (DNA) em parentes consanguíneos, preferindo-se os de grau mais próximo aos mais distantes, importando a recusa em presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório".

**QUESTÃO 36. Rebeca e Felipe são proprietários de fazendas vizinhas há trinta anos. Rebeca, cansada da vida no interior, decidiu que iria vender a sua fazenda. No entanto, quando verificou a matrícula do imóvel, percebeu que uma área de dois mil metros quadrados estava sendo ocupada irregularmente por Felipe. Decidiu então falar amigavelmente com Felipe, que se recusou a devolver a área e propôs ação de usucapião em face de Rebeca, requerendo a propriedade de uma parcela do imóvel, mas deixou de requerer a individualização da área a ser usucapida. Realizadas as citações necessárias e produzidas todas as provas, a ação de usucapião foi julgada procedente, e o juiz determinou a liquidação para individualizar a área usucapida, mesmo sem o pedido expresso de Felipe na inicial. Diante da situação hipotética, de acordo com o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a sentença deve ser considerada**

a) *citra petita*.

b) de acordo com o princípio da congruência.

c) *extra petita*.

d) *ultra petita*.

e) nula.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do entendimento do STJ sobre o Princípio da Congruência na Ação de Usucapião.

A alternativa A está incorreta. A decisão não é *citra petita*, porque a sentença não deixou de julgar parte do pedido. Pelo contrário, a decisão atendeu integralmente à demanda de usucapião, incluindo a necessária individualização da área, mesmo sem pedido expresso.

A alternativa B está correta. Para o STJ, Não configura decisão *extra petita* a sentença que, reconhecendo a usucapião, determina a liquidação para individualizar a área usucapida, ainda que não haja pedido expresso na inicial. (AgInt no REsp n. 1.802.192/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 12/12/2022, DJe de 15/12/2022.)

A alternativa C está incorreta. Não configura decisão *extra petita* porque o julgamento não concedeu coisa diversa do que foi pedido. Não configura *extra petita* a decisão que resolve questões implícitas na inicial, ultrapassando a ideia de absoluta congruência para efetivar a tutela jurisdicional adequada.

A alternativa D está incorreta. Não configura decisão *ultra petita*, a decisão não concedeu mais do que o pedido, mas interpretou os pedidos implícitos como parte do requerido, em uma extensão justa e equânime.

A alternativa E está incorreta. A decisão não é nula pois não há nenhuma violação de normas processuais ou substanciais que justifique a nulidade da sentença. Pelo contrário, ressalta-se a adequação do procedimento adotado para garantir a justa resolução da controvérsia.

**QUESTÃO 37. Acerca da distinção e superação dos precedentes nos Tribunais, assinale a alternativa correta.**

**a) Não é ônus da parte identificar os fundamentos determinantes ou demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento, devendo o juiz demonstrar, por meio de jurisprudência, precedente ou enunciado de súmula, a distinção.**

**b) A realização da distinção compete apenas ao órgão jurisdicional de instância superior, independente da origem do precedente invocado.**

**c) O precedente vinculante deverá ser seguido, ainda que o juiz demonstre tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta, uma vez que, para que se imponha solução jurídica diversa, é necessária hipótese jurídica distinta.**

**d) As normas sobre fundamentação adequada, quanto à distinção e superação e sobre a observância somente dos argumentos submetidos ao contraditório, são aplicáveis a todo o microsistema de formação de precedentes.**

**e) A decisão que aplica a tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos precisa enfrentar os fundamentos, mesmo que já analisados na decisão paradigma, não sendo suficiente a mera correlação fática e jurídica entre o caso concreto e aquele apreciado no incidente de solução concentrada.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema distinção e superação dos precedentes nos Tribunais.

A alternativa A está incorreta. Entende-se que é ônus das partes identificar os fundamentos determinantes dos precedentes e demonstrar a existência de distinção no caso concreto ou a superação do entendimento. Não basta ao juiz apenas demonstrar a distinção por meio de jurisprudência, precedente ou enunciado de súmula; é necessário que as partes tragam essa argumentação no processo. Nestes termos, por exemplo, verifica-se que a apelação, Art. 1.010, III, do CPC, deverá conter as razões do pedido de reforma ou decretação de sua nulidade. Trata-se do efeito devolutivo dos recursos. No mesmo sentido, é o Art. 1.013 do CPC, o qual informa que a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

A alternativa B está incorreta. A realização da distinção não compete exclusivamente aos órgãos jurisdicionais de instância superior. Qualquer juiz ou tribunal pode distinguir um precedente diante de um caso concreto que apresente peculiaridades que justifiquem uma solução jurídica diferente, conforme a lógica do sistema de precedentes estabelecida no CPC. Todavia, num primeiro momento, é dever dos juízes e dos tribunais, manter a jurisprudência estável, íntegra e coerente, conforme Art. 926 do CPC.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa é incorreta porque, segundo o sistema de precedentes do CPC, mesmo um precedente vinculante pode não ser seguido se o juiz ou tribunal demonstrar que o caso em análise se distingue do caso paradigma por hipóteses fáticas distintas. A existência de uma hipótese fática distinta é suficiente para justificar a não aplicação do precedente, desde que devidamente fundamentada.

A alternativa D está correta. O CPC estabelece que as decisões judiciais devem ser fundamentadas com base nos precedentes. Além disso, o microsistema de precedentes vinculantes introduzido pelo CPC em seu art. 927 e seguintes visa assegurar a estabilidade, previsibilidade e a segurança jurídica nas decisões judiciais. O CPC estabelece a obrigatoriedade de observância dos precedentes, mas também reconhece a importância de distinguir ou superar esses precedentes quando as circunstâncias do caso concreto assim exigirem. A norma sobre fundamentação adequada exige que os juízes e tribunais justifiquem suas decisões, especialmente quando optam por não seguir um precedente, seja por distinção (*distinguishing*) ou por superação (*overruling*). Essa exigência de fundamentação aplica-se a todo o sistema de precedentes, garantindo que apenas os argumentos submetidos ao contraditório sejam considerados.

A alternativa E está incorreta. Segundo o CPC, especialmente em seu art. 927, ao aplicar a tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos, os tribunais não são obrigados a enfrentar novamente todos os fundamentos que já foram amplamente discutidos no julgamento do caso paradigma. Basta que demonstrem a correlação fática e jurídica entre o caso concreto e o julgado utilizado como referência. O CPC visa a eficiência e a economia processual, evitando a redundância de fundamentações já estabelecidas. Veja-se os deveres do relator. CPC: "Art. 932. Incumbe ao relator: (...) IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;"

**QUESTÃO 38. A respeito do constitucionalismo, assinale a alternativa correta.**

**a) O constitucionalismo moderno francês teve como marco inicial a Revolução Francesa, e como protagonista do processo constitucional o Poder Legislativo, tendo tal modelo constitucional relevância marcante ao longo do século XIX e início do século XX. No entanto, a ideia de supremacia do Legislativo vem sendo superada pela difusão global da jurisdição constitucional.**

**b) O constitucionalismo moderno fundamenta-se em quatro pilares: limitação do poder dos governantes, garantia dos direitos fundamentais de segunda geração, democracia representativa e valorização da propriedade privada.**

**c) Foi no final da Idade Média que se desenvolveu a ideia do constitucionalismo moderno, sobretudo com os pactos estamentais, como a Magna Carta firmada pelo Rei João Sem Terra, que trouxe, pela primeira vez na história, a noção da universalidade dos direitos individuais.**

**d) O constitucionalismo liberal-burguês foi marcado pela igualdade de todos perante a lei, com garantias materiais para os mais pobres, proteção da propriedade privada, voto universal, bem como com a desterritorialização do poder.**

e) Na Grécia, berço do constitucionalismo antigo, havia um regime político que se preocupava em limitar os poderes das autoridades e conter o arbítrio, visando, assim, ao bem comum e à proteção dos direitos individuais em face das ingerências dos governantes. Em Roma já se percebia o constitucionalismo em sentido moderno.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema constitucionalismo.

Pode-se citar como autores de referência Paulo Bonavides, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Celso Antônio Bezerra de Melo e José Afonso da Silva.

A alternativa A está correta. O constitucionalismo moderno francês realmente teve início com a Revolução Francesa, marcando um período de transição no qual o Poder Legislativo assumiu um papel central no processo constitucional. Essa ênfase no legislativo refletiu a busca por uma nova ordem que limitasse os poderes do monarca e instituisse a separação de poderes como um princípio fundamental. No entanto, a afirmação da supremacia do Legislativo começou a ser questionada e, eventualmente, superada pela expansão da jurisdição constitucional, um fenômeno observado globalmente onde cortes ou tribunais constitucionais passam a ter o papel de guardiães da constituição, garantindo a supremacia da norma constitucional e protegendo os direitos fundamentais, especialmente após a Segunda Grande Guerra Mundial.

A alternativa B está incorreta. O constitucionalismo moderno de fato se apoia em princípios fundamentais como a limitação do poder dos governantes e a garantia dos direitos fundamentais. No entanto, a menção exclusiva aos direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) como um pilar esquece que os direitos de primeira geração (civis e políticos) e os de terceira (direitos transindividuais) são igualmente fundamentais. A democracia representativa e a valorização da propriedade privada são corretas, mas a definição fornecida pela alternativa B é incompleta e simplifica demais a base sobre a qual o constitucionalismo se fundamenta. Veja-se que o constitucionalismo moderno também possui bases solidaristas.

A alternativa C está incorreta. Embora a Magna Carta de 1215 seja um marco importante na história do constitucionalismo, ao limitar o poder do rei e estabelecer direitos fundamentais, considerá-la como parte do "constitucionalismo moderno" é um anacronismo. O constitucionalismo moderno, com seus princípios e características distintas, começa a se formar mais claramente no século XVIII, especialmente com as revoluções americana e francesa, não no final da Idade Média.

A alternativa D está incorreta. O constitucionalismo liberal-burguês priorizou, de fato, a igualdade perante a lei e a proteção da propriedade privada, mas a afirmação de que ele incluía garantias materiais para os mais pobres, voto universal e a desterritorialização do poder não é correta. Na verdade, muitos desses elementos só vieram a ser amplamente incorporados em movimentos constitucionais e reformas posteriores, especialmente no século XX. Resumidamente, o constitucionalismo liberal-burguês assegurava igualdade formal e não material.

A alternativa E está incorreta. Embora as civilizações antiga da Grécia e Roma tenham tido sistemas políticos que, de alguma forma, buscavam limitar o poder das autoridades e proteger o bem comum, é um exagero dizer que essas civilizações praticavam o "constitucionalismo" no sentido moderno do termo. O conceito moderno de constitucionalismo envolve a existência de uma constituição escrita que define e limita os

poderes do governo, uma prática que não se aplicava nesses contextos antigos da maneira como entendemos hoje.

Na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, Pós-Revolução Francesa, especificamente no artigo 16, previa-se que “Qualquer sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos, nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição.” Nesta expressão, encontra-se as bases do constitucionalismo moderno.

### **QUESTÃO 39. A respeito das Teorias da Constituição, assinale a alternativa correta.**

**a) Rudolf Smend, crítico às teorias ideais e formais da Constituição, formulou uma teoria que definiu a Constituição como um processo de integração, realizado de acordo com a dinâmica social.**

**b) O pós-positivismo, que tem como característica principal o estabelecimento de um elo entre o Direito e a Moral, recorre-se de valores metafísicos e tem aplicação restrita ao âmbito do Direito Constitucional.**

**c) A teoria da Constituição total foi formulada por Friedrich Müller, que propôs o conceito de Constituição como manifestação concreta do poder político, não sendo fundamentada em critérios de justiça ou racionalidade abstrata.**

**d) A teoria estruturante, de autoria de Herman Heller, excluiu o elemento normativo da Constituição, aprimorando a teoria sociológica concebida por Ferdinand Lassalle, no final do século XIX.**

**e) A Constituição, na visão concretista formulada por Heller, deve integrar as dimensões normativas, sociais e políticas, sob pena de não ter eficácia social e vir a ser superada por via da mutação constitucional.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das Teorias da Constituição.

A alternativa A está correta. Rudolf Smend é conhecido por sua contribuição à teoria constitucional com a formulação da teoria integrativa ou da integração. A principal obra de Rudolf Smend, jurista alemão é "Verfassung und Verfassungsrecht" (Constituição e Direito Constitucional), publicada em 1928. Ele criticava as abordagens meramente formalistas ou ideais da Constituição, argumentando que a Constituição deveria ser vista como um processo contínuo de integração da sociedade, refletindo e moldando a dinâmica social. Isso significa que, para Smend, a Constituição vai além de um documento legal; ela é um mecanismo vivo de organização social que contribui para a coesão e identidade da comunidade política.

A alternativa B está incorreta. Para o entendimento sobre o pós-positivismo, recomenda-se a leitura dos textos do Ministro Luís Roberto Barroso. O pós-positivismo é uma corrente filosófica do Direito que, de fato, enfatiza a relação entre o Direito e a moral, argumentando contra a separação estrita entre ambos. No entanto, essa teoria não se limita apenas ao Direito Constitucional e não se apoia em valores metafísicos de maneira restrita. Ela busca uma interpretação do Direito que considere princípios éticos e morais, mas sua aplicação se estende a várias áreas do Direito, não se restringindo ao constitucional. Além disso, pode-se dizer que o pós-positivismo é uma corrente filosófica, jurídica e social.

A alternativa C está incorreta. Outro jurista alemão, Friedrich Müller é conhecido por sua teoria da normatividade da Constituição, cuja principal obra é "Strukturierende Rechtslehre" (Doutrina Jurídica Estruturante), mas a descrição fornecida mistura conceitos. A teoria da Constituição como uma "manifestação concreta do poder político" se aproxima mais das ideias de Carl Schmitt, em suas obras principais, "A Teoria da Constituição" ("Verfassungslehre"), publicada em 1928, e "O Conceito do Político" ("Der Begriff des Politischen"), originalmente publicado em 1932 e expandido em 1933. Müller, por sua vez, destaca a importância da interpretação textual da Constituição e de sua compreensão dentro do contexto social e político, mas sempre enfatizando a necessidade de justiça e racionalidade na interpretação constitucional. Enquanto que Carl Schmitt justificaria a aplicação do direito naquilo que ele entendia como Poder Político, sendo a constituição a forma de justificar o poder.

A alternativa D está incorreta. A descrição mistura elementos de várias teorias. Herman Heller é conhecido por suas contribuições à teoria do Estado e do Direito, mas a teoria estruturante da Constituição é, na verdade, associada a Friedrich Müller (aqui parece haver uma confusão de nomes). A teoria estruturante enfatiza a estrutura normativa da Constituição em seu contexto social e político, sem excluir o elemento normativo. Lassalle, por outro lado, argumentava que a Constituição real de um país é determinada pelas relações de poder reais que existem na sociedade, mas isso não é o mesmo que excluir o elemento normativo.

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa parece confundir contribuições de diferentes autores. Heller, mencionado aqui, não formulou uma "visão concretista" da Constituição que integra dimensões normativas, sociais e políticas.

**QUESTÃO 40. O art. 170, VIII, da Constituição Federal, impõe como princípio da ordem econômica a busca do pleno emprego. Com base na doutrina sobre normas constitucionais, é possível afirmar que tal disposição constitucional pode ser classificada como uma norma de**

- a) eficácia plena e aplicabilidade imediata, não podendo ser restringida pelo legislador.**
- b) princípio programático, de eficácia indireta e reduzida.**
- c) princípio institutivo, que tem eficácia impeditiva de retrocesso social.**
- d) princípio programático, que independe de regulamentação e tem eficácia relativa e restringível.**
- e) princípio institutivo, que tem eficácia contida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema eficácia das normas constitucionais.

A alternativa A está incorreta. As normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata são aquelas que, desde a promulgação da Constituição, já têm sua aplicabilidade integral, não necessitando de legislação complementar para que possam ser aplicadas. Este não é o caso do princípio do pleno emprego, que requer atuação concreta do Estado por meio de políticas públicas para sua efetivação. Essa teoria das normas de

aplicabilidade plena, contida e limitada foi desenvolvida por José Afonso da Silva, sendo sua principal obra "Aplicabilidade das Normas Constitucionais", publicada inicialmente em 1968.

A alternativa B está correta. O princípio do pleno emprego, conforme estabelecido no artigo 170, VIII, da Constituição Federal do Brasil, é um exemplo clássico de norma programática. As normas programáticas definem objetivos a serem alcançados pelo Estado, estabelecendo diretrizes para a ação governamental nas áreas econômica, social, ambiental, entre outras. Elas possuem uma eficácia indireta e reduzida no sentido de que não produzem, por si só, todos os seus efeitos jurídicos imediatos e dependem de medidas legislativas, administrativas e de políticas públicas para sua plena realização. Portanto, a busca pelo pleno emprego orienta a atuação do Estado na formulação de políticas econômicas, mas não gera, automaticamente, direitos subjetivos diretos sem a intermediação do legislador ou do administrador. Quem melhor escreve sobre as normas de princípio institutivo e as normas de conteúdo programático é J.J. Gomes Canotilho, em sua obra "Direito Constitucional e Teoria da Constituição".

A alternativa C está incorreta. Princípios institutivos ou organizativos são aqueles que estabelecem estruturas dentro do Estado, como a criação de órgãos públicos. A ideia de eficácia impeditiva de retrocesso social é uma interpretação moderna relacionada a alguns direitos fundamentais, especialmente na área dos direitos sociais, que visa impedir o desmonte de estruturas e conquistas sociais já alcançadas. O princípio do pleno emprego, contudo, é melhor enquadrado como programático, não se encaixando perfeitamente na categoria de princípio institutivo.

A alternativa D está incorreta. A caracterização de um princípio programático como independente de regulamentação e com eficácia relativa e restringível confunde as categorias. Enquanto é verdade que princípios programáticos como o do pleno emprego orientam a atuação estatal e dependem de ação legislativa e administrativa para sua plena realização, eles não são "independentes de regulamentação". Pelo contrário, sua eficácia é justamente condicionada pela implementação de políticas específicas.

A alternativa E está incorreta. Princípios institutivos com eficácia contida são aqueles que, apesar de terem aplicabilidade imediata, podem ser regulamentados de forma a restringir seu alcance. Essa categoria não se aplica ao princípio do pleno emprego, que é fundamentalmente programático e voltado para a orientação da atuação estatal em busca de objetivos econômicos e sociais.

**QUESTÃO 41. A respeito da Interpretação constitucional, assinale a alternativa correta.**

**a) O uso de argumentos consequencialistas é prática recorrente no Supremo Tribunal Federal, devendo ser alargada a aplicação do criptoconsequencialismo, uma vez que todo consequencialismo tem caráter utilitarista.**

**b) Como resultado do neoconstitucionalismo, defende-se que o Poder Judiciário, sobretudo o Supremo Tribunal Federal, é o intérprete exclusivo da Constituição.**

**c) De acordo com o princípio das razões públicas, no campo da política, ao tratar de temas essenciais, como os direitos humanos, apenas argumentos independentes de doutrinas religiosas ou metafísicas devem ser admitidos**

**d) Utilizando-se do elemento filológico, é correto afirmar que o texto atualmente se confunde com a norma jurídica.**

**e) Na hermenêutica jurídica contemporânea, a concepção subjetiva prevalece sobre a objetiva, sendo resultado da influência do originalismo proveniente do direito norte-americano.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema hermenêutica constitucional.

A alternativa A está incorreta. O consequencialismo, uma teoria ética que julga as ações pelos seus resultados, não necessariamente tem um caráter utilitarista, apesar de o utilitarismo ser uma forma de consequencialismo. Além disso, o termo "criptoconsequencialismo" não é um conceito amplamente reconhecido ou utilizado na interpretação constitucional pelo STF. Sabe-se que esta corte age com certo voluntarismo. Todavia, não se pode dizer que a maioria das decisões suas sejam consequencialistas.

A alternativa B está incorreta. O neoconstitucionalismo enfatiza a força normativa da Constituição, o papel dos princípios e direitos fundamentais, e a importância da interpretação constitucional para a concretização desses valores. No entanto, não defende que o Judiciário seja o único intérprete da Constituição. Pelo contrário, reconhece a interpretação constitucional como uma atividade que deve ser compartilhada entre os poderes do Estado, cada um dentro de suas competências e limites. Peter Häberle é o grande responsável pela Teoria da Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição.

A alternativa C está correta. O princípio de hermenêutica constitucional das razões públicas, é especialmente discutido no contexto do neoconstitucionalismo e da teoria da justiça de John Rawls. Este princípio sugere que, em uma sociedade democrática, decisões políticas, especialmente aquelas que afetam direitos fundamentais e questões de justiça básica, devem ser justificadas por razões que todos os cidadãos possam aceitar. Isto é, os argumentos não devem se basear em doutrinas religiosas, filosóficas ou morais particulares que não sejam compartilhadas por todos os membros da sociedade. O objetivo é garantir que as leis e políticas sejam justas e legítimas aos olhos de todos, independentemente de suas crenças particulares.

A alternativa D está incorreta. A análise filológica do texto legal refere-se ao estudo preciso das palavras e expressões utilizadas na lei, considerando seu significado, evolução e contexto. No entanto, entender o texto legal como sinônimo da norma jurídica é uma simplificação excessiva. A norma jurídica é um conceito mais amplo, que abrange não apenas o texto da lei, mas também sua interpretação, aplicação e os valores que promove. Resumidamente, norma é a interpretação que se alcança pelo texto.

A alternativa E está incorreta. O originalismo, uma teoria de interpretação constitucional que enfatiza o significado original do texto constitucional, é apenas uma das muitas abordagens de interpretação. Além disso, a hermenêutica jurídica contemporânea não privilegia necessariamente a interpretação subjetiva sobre a objetiva. Pelo contrário, busca equilibrar diferentes métodos interpretativos, incluindo tanto elementos objetivos (como o texto da lei e os fatos sociais) quanto subjetivos (como a intenção do legislador), para alcançar interpretações que sejam justas e coerentes com os princípios constitucionais.

**QUESTÃO 42. Considere que Maurício, governador do Estado X, ajuizou simultaneamente ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e no âmbito federal, requerendo a declaração de nulidade da**

Lei Estadual no 1.234/2020, sob o fundamento de que tal norma viola a Constituição do Estado X e a Constituição Federal, uma vez que a norma constitucional estadual é mera reprodução obrigatória da Constituição Federal.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) a ação direta de inconstitucionalidade estadual deve ser extinta, uma vez caracterizada a litispendência com a ADI federal, e Mauricio deve ser condenado a pagar multa por litigância de má-fé e honorários advocatícios de até 20% do valor da causa.

b) caso a ADI estadual seja julgada improcedente, com a declaração de constitucionalidade da norma impugnada, o Procurador-Geral do Estado X pode interpor Recurso Extraordinário, ainda que verificado que o parâmetro de controle não é norma de reprodução obrigatória.

c) a legitimidade de Maurício para ajuizar ADI no âmbito federal depende de a petição inicial estar devidamente assinada pelo Procurador-Geral do Estado X, sob pena de inépcia da inicial.

d) caso o Tribunal de Justiça do Estado X julgue a Lei no 1.234/2020 constitucional antes do pronunciamento do STF, a ADI federal deve ser extinta por perda de objeto, e Maurício, condenado a pagar honorários advocatícios, na forma da Lei no 9868/1999.

e) se houver declaração de inconstitucionalidade da Lei no 1.234/2020 pelo Tribunal de Justiça, com base na norma constitucional estadual que constitua reprodução obrigatória de dispositivo da Constituição Federal, subsiste a jurisdição do STF para o controle abstrato, tendo por parâmetro de confronto o dispositivo da Constituição Federal reproduzido.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. A existência simultânea de ADI no âmbito estadual e federal não configura litispendência, uma vez que as ações têm objetos distintos (constitucionalidade perante a Constituição Estadual e a Constituição Federal). Ademais, o ajuizamento dessas ações não caracteriza, por si só, litigância de má-fé.

A alternativa B está incorreta. O recurso extraordinário ao STF requer que a decisão recorrida contrarie dispositivo da Constituição Federal ou declare a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal. A improcedência de uma ADI estadual por si só não abre espaço para recurso extraordinário.

A alternativa C está incorreta. A legitimidade para ajuizar ADI perante o STF é definida pela Constituição Federal e não depende da assinatura do Procurador-Geral do Estado. Governadores têm legitimidade ativa independente da representação por procuradores-gerais. Lei 9.868/1999: "Art. 2º Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade: (Vide artigo 103 da Constituição Federal) I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembléia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional."

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa é incorreta pois o julgamento de constitucionalidade de uma lei pelo Tribunal de Justiça do Estado não extingue o objeto de uma ADI federal. O STF pode julgar a constitucionalidade da mesma lei em relação à Constituição Federal, independente do julgamento estadual. Portanto, não há perda de objeto na ADI federal devido a um julgamento estadual.

A alternativa E está correta. A alternativa alinha-se com o entendimento do STF, como demonstrado no Informativo 927 ((ADI 3659, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 13/12/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-094 DIVULG 07-05-2019 PUBLIC 08-05-2019). A jurisdição do STF subsiste mesmo após a decisão do Tribunal de Justiça estadual, pois o controle de constitucionalidade exercido pelo STF tem como parâmetro a Constituição Federal. Assim, mesmo que uma lei estadual seja declarada inconstitucional em âmbito estadual com base em uma norma que reproduz a Constituição Federal, o STF ainda pode exercer seu controle abstrato de constitucionalidade em relação a essa mesma lei, tendo como parâmetro o dispositivo correspondente da Constituição Federal.

**QUESTÃO 43. A respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), é correto afirmar que recentemente o Supremo Tribunal Federal decidiu que**

**a) é inconstitucional a aplicação da modulação de efeitos temporais da decisão em sede de ADPF, uma vez que viola frontalmente a supremacia da Constituição.**

**b) por violar o princípio do juiz natural, a arguição incidental foi considerada inconstitucional.**

**c) embora a ADPF integre o âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, não é possível aplicar ao julgamento a modulação de efeitos, em face da reserva de Constituição**

**d) a possibilidade de suspensão de processos ou efeitos de decisões judiciais em sede de ADPF representa importante instrumento de economia processual e de uniformização da orientação jurisprudencial.**

**e) a arguição incidental é inconstitucional, por violar o princípio de reserva de Constituição e pelo fato de o constituinte originário não ter conferido ampla margem de discricionariedade ao legislador ordinário para regulamentar a ADPF.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema ADPF, especialmente de sua constitucionalidade, declarada na ADI 2231.

A alternativa A está incorreta. A afirmação de que é inconstitucional a aplicação da modulação de efeitos temporais em sede de ADPF por violar a supremacia da Constituição não encontra respaldo na recente decisão do STF que entendeu que a Lei 9882/1999 é constitucional em todos os seus dispositivos. Lei 9882/1999: "Art. 11. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado."

A alternativa B está incorreta. A arguição incidental de inconstitucionalidade não é considerada inconstitucional, muito menos viola o princípio do juiz natural. Pelo contrário, esse mecanismo, que ocorre no contexto do controle difuso de constitucionalidade, permite que qualquer juiz ou tribunal analise a constitucionalidade das leis ou atos normativos aplicáveis ao caso concreto sob sua apreciação, não havendo, portanto, violação ao princípio do juiz natural.

A alternativa C está incorreta. A alternativa é incorreta ao afirmar que, embora a ADPF integre o âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, não é possível aplicar ao julgamento a modulação de efeitos, em face da reserva de Constituição. Como mencionado, a modulação dos efeitos das decisões em sede de ADPF é prática constitucionalmente aceita e aplicada pelo STF para promover a segurança jurídica e atender às exigências do interesse público.

A alternativa D está correta. A possibilidade de suspensão de processos ou efeitos de decisões judiciais em sede de ADPF é reconhecida pelo STF como um importante instrumento de economia processual e de uniformização da orientação jurisprudencial. Isso decorre da natureza da ADPF, que é uma ferramenta do controle concentrado de constitucionalidade, visando evitar ou reparar lesões a preceitos fundamentais decorrentes de atos do poder público. A capacidade de suspender processos ou efeitos de decisões judiciais permite ao STF intervir de forma efetiva para preservar a supremacia da Constituição enquanto se aguarda o julgamento final da questão constitucional em apreço, contribuindo assim para a estabilidade jurídica e a previsibilidade das relações jurídicas.

Na ADI 2231, julgada pelo STF em 22/05/2023, a Lei nº 9.882/99, que dispõe sobre a ADPF, foi entendida como constitucional. Nesta ação, o Conselho Federal da OAB argumentou que a previsão do artigo 5º, § 3º, da Lei nº 9.882/1999, que possibilita ao STF deferir medida cautelar para suspender o andamento de processos ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, também afronta os princípios do juiz natural e do devido processo legal (art. 5º, XXXVII e LIV, CF), bem como o artigo 102, § 1º, da CF. Todavia, como visto, a norma foi declarada constitucional.

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa também é incorreta ao afirmar que a arguição incidental é inconstitucional por violar o princípio de reserva de Constituição. A arguição incidental é um mecanismo integrante do controle difuso de constitucionalidade, pelo qual qualquer juiz ou tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos no caso concreto. Essa prática é amplamente reconhecida e aceita no ordenamento jurídico brasileiro, sem que constitua violação ao princípio de reserva de Constituição. Ademais, conforme trecho da ementa, o “desenho dessa modalidade de arguição pelo legislador infraconstitucional visou justamente a possibilitar a provocação do Supremo Tribunal Federal para apreciar relevantes controvérsias constitucionais concretamente debatidas em qualquer juízo ou tribunal, quando não houvesse outra forma idônea de tutelar preceitos fundamentais. A previsão impugnada não viola os princípios do juiz natural ou do devido processo legal, mas veicula mecanismo eficaz de decisão de uma mesma questão de direito, de forma isonômica e uniforme, contribuindo para maior segurança jurídica.” (ADI 2231, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 22/05/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 14-06-2023 PUBLIC 15-06-2023)

**QUESTÃO 44. A respeito do Poder Legislativo, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.**

a) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.

b) Compete privativamente ao Congresso Nacional avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

c) É da competência exclusiva do Congresso Nacional mudar temporariamente sua sede, desde que com a sanção do Presidente da República.

d) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, militares e em tempo de guerra, independerá de prévia licença da Casa respectiva.

e) Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita pela Mesa do Congresso Nacional na última sessão ordinária do período legislativo.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Poder Legislativo na Constituição.

A alternativa A está correta. Ela está de acordo com o artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, que atribui ao Senado Federal a competência exclusiva para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de governadores de territórios federais, dentre outros cargos.

A alternativa B está incorreta. A Constituição não especifica que compete exclusivamente ao Congresso Nacional avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. A análise periódica da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional é de competência privativa do Senado Federal, conforme artigo 52, XV, da Constituição.

A alternativa C está incorreta. Conforme Art. 49, VI, da Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional mudar temporariamente sua sede.

A alternativa D está incorreta. Estabelece o Art. 53, parágrafo 7º, da Constituição Federal que A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

A alternativa E está incorreta. Conforme artigo 58, parágrafo 4º, da Constituição, a Comissão representativa do Congresso Nacional não é eleita Mesa do Congresso Nacional. Mas sim, por suas respectivas casas.

**QUESTÃO 45. Considere que no âmbito do Estado X foi aprovada a Lei Ordinária no 5.000/2020 que disciplinou a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público (MP), tendo especificamente possibilitado que qualquer (i) membro do MP integre comissão de sindicância estranha ao órgão ministerial, desde que com autorização do Procurador-Geral de Justiça, (ii) com autorização do Conselho Superior do órgão ministerial, membro do MP ocupe cargo de confiança no âmbito da secretaria de direitos humanos do Estado X.**

Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) a Lei Ordinária no 5.000/2020 não padece de vício de inconstitucionalidade formal ou material, estando integralmente congruente com as disposições constitucionais relacionadas ao Ministério Público.

b) desde que com autorização específica do Conselho Superior do órgão ministerial, admite-se que membro do MP integre comissão de sindicância estranha ao órgão ministerial, uma vez presente hipótese de discricionariedade administrativa.

c) a Lei Ordinária no 5.000/2020 tem apenas inconstitucionalidade formal, uma vez que a Constituição Federal impõe a observância de reserva de lei complementar para regulamentar o Estatuto dos membros do MP, seja em âmbito federal ou estadual.

d) desde que com autorização específica do Procurador-Geral de Justiça, admite-se que membro do MP ocupe cargo de confiança no âmbito da secretaria de direitos humanos ou da segurança pública, por envolver atribuições congêneres às desempenhadas enquanto parquet.

e) a Lei Ordinária no 5.000/2020 padece de vício de inconstitucionalidade formal e material, na medida em que a Constituição Federal estabelece reserva de lei complementar para organizar e disciplinar as atribuições e o Estatuto de cada Ministério Público, e membros do Ministério Público não podem ocupar cargos públicos, fora do âmbito da Instituição, salvo função de magistério, admitindo-se também o exercício de função pública estranha à carreira por membro que tenha ingressado antes da promulgação da atual Constituição e que haja optado pelo regime anterior, conforme previsão do art. 29, § 3o, do ADCT

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema organização do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. Contraria o entendimento do STF ao sugerir que a lei ordinária poderia regular matéria que exige lei complementar, além de contrariar a vedação constitucional de membros do MP ocuparem outros cargos públicos.

A alternativa B está incorreta. Ignora que a discricionariedade administrativa não pode sobrepor-se a proibições constitucionais claras quanto à atuação dos membros do MP em funções estranhas à instituição, salvo magistério.

A alternativa C está incorreta. Apesar de reconhecer a inconstitucionalidade formal, falha ao não considerar a inconstitucionalidade material relacionada à ocupação de cargos públicos fora do MP.

A alternativa D está incorreta. Encontra-se em desacordo com a interpretação constitucional de que membros do MP estão proibidos de exercer cargos de confiança no âmbito do Poder Executivo, mesmo com autorização específica do Procurador-Geral de Justiça, pois tal prática comprometeria a independência e a imparcialidade do Ministério Público.

A alternativa E está correta. A Lei Ordinária nº 5.000/2020 apresenta inconstitucionalidade tanto formal quanto material. A inconstitucionalidade formal se deve ao fato de que a Constituição Federal exige lei complementar para organizar o Ministério Público e disciplinar o estatuto de seus membros (art. 128, §5º).

Isso significa que uma lei ordinária não possui a hierarquia normativa adequada para tratar dessa matéria. A inconstitucionalidade material decorre da vedação expressa aos membros do Ministério Público de ocuparem quaisquer cargos públicos fora do âmbito da instituição, com exceção de cargos de magistério (art. 128, §5º, II, “d” da CF). Tal proibição objetiva preservar a independência funcional e a imparcialidade do Ministério Público, elementos essenciais para o exercício de suas funções constitucionais. A decisão da ADPF 388 reforça essa interpretação, ao julgar procedente a ação para estabelecer que membros do MP não podem ocupar cargos públicos fora da instituição, exceto aqueles ligados ao ensino, e declarar a inconstitucionalidade de normas que permitiam o contrário.

**QUESTÃO 46. Considere que Gustavo é deputado federal e está passando por problemas familiares, o que fez com que ele perdesse, na última sessão legislativa, metade das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados.**

**Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que**

**a) não há qualquer problema na conduta de Gustavo, pois a Constituição prevê a perda do cargo exclusivamente nas faltas às sessões extraordinárias.**

**b) para que Gustavo perdesse o cargo, ele precisaria perder dois terços das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados.**

**c) Gustavo perderá o mandato de deputado.**

**d) como há justificativa para a perda das sessões ordinárias, ainda que não haja licença ou afastamento para tratar de interesse particular, Gustavo não perderá o cargo.**

**e) atualmente se prevê que a perda do mandato parlamentar depende da votação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema perda do mandato para os congressistas.

A alternativa A está incorreta. A Constituição não limita a perda do cargo exclusivamente nas faltas às sessões extraordinárias. Pelo contrário, especifica a perda do mandato por falta a mais de um terço das sessões ordinárias.

A alternativa B está incorreta. O texto constitucional menciona a perda do mandato quando o parlamentar falta a mais de um terço das sessões ordinárias, e não dois terços, como afirma a opção.

A alternativa C está correta. De acordo com o Artigo 55, inciso III, da Constituição, Gustavo perderá o mandato se deixar de comparecer a mais de um terço das sessões ordinárias, sem justificativa aceitável como licença ou missão autorizada. Se ele perdeu metade das sessões, excedeu esse limite, o que justifica a perda do mandato.

A alternativa D está incorreta. Ainda que haja justificativa para as faltas, o texto constitucional exige que haja uma licença ou autorização para missão concedida pela Casa legislativa para que as ausências não sejam

consideradas para fins de perda do mandato. Problemas familiares, sem a devida licença ou autorização, não excluem a possibilidade de perda do mandato.

A alternativa E está incorreta. A Constituição não estabelece que a perda do mandato parlamentar dependa da votação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional nesse contexto específico de faltas às sessões ordinárias. O processo de perda do mandato por faltas é automático, dependendo do registro de presença e das justificativas formalmente aceitas pela Casa, embora possa haver um processo interno para a efetivação da perda do mandato que envolva deliberação dos pares.

**QUESTÃO 47. Considere que lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual concedeu, por seis meses, isenção das tarifas de água e esgoto e de energia elétrica aos consumidores residenciais e comerciais atingidos por enchentes no estado.**

**Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a lei é**

**a) constitucional quanto à isenção das tarifas de água e esgoto apenas se o município for o acionista majoritário das empresas concessionárias dos serviços de saneamento básico.**

**b) inconstitucional, pois a lei estadual afronta o esquema de competências legislativa e administrativa previsto na Constituição.**

**c) inconstitucional, por não respeitar os postulados da razoabilidade e proporcionalidade.**

**d) constitucional apenas quanto à concessão de isenção das tarifas de energia elétrica.**

**e) constitucional apenas quanto à concessão de isenção das tarifas de água, por se coadunar com os objetivos da agenda 2030 da ONU.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema iniciativa de propositura de lei do chefe do executivo estadual.

A alternativa A está incorreta. A isenção de tarifas de água e esgoto não depende da condição de o município ser acionista majoritário das empresas concessionárias. A questão central é a violação do princípio da competência, conforme esclarecido pelo STF, que aponta para a inconstitucionalidade da lei estadual independentemente da participação acionária em empresas de saneamento.

A alternativa B está correta. Segundo a decisão do STF na ADI 6912, uma lei estadual que concede isenção das tarifas de serviços essenciais, como água, esgoto e energia elétrica, viola a distribuição de competências estabelecida pela Constituição Federal. A competência para legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo o saneamento básico, é dos municípios (CF, art. 30, I), e a regulação tarifária, especialmente no caso de energia elétrica, envolve também competências federais.

A alternativa C está incorreta. A inconstitucionalidade apontada pelo STF não se baseia na violação dos postulados da razoabilidade e proporcionalidade, mas sim na violação das regras de distribuição de competência entre os entes federativos.

A alternativa D está incorreta. A concessão de isenção das tarifas de energia elétrica por lei estadual também é inconstitucional, pois invade competências que não são atribuídas aos estados, mas sim ao governo federal e às agências reguladoras federais, além de interferir em contratos de concessão que têm um equilíbrio econômico-financeiro a ser preservado.

A alternativa E está incorreta. A constitucionalidade da isenção das tarifas de água não se justifica por estar alinhada com os objetivos da Agenda 2030 da ONU. A decisão do STF destaca a importância do respeito às competências constitucionais, independentemente dos objetivos políticos ou sociais visados pela lei, o que torna a norma do enunciado inconstitucional.

**QUESTÃO 48. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.**

**a) Assim como na Lei Fundamental Alemã, a Constituição Federal contém norma expressa assegurando a titularidade de direitos fundamentais às pessoas jurídicas.**

**b) Para a doutrina majoritária, a expansividade do catálogo constitucional dos direitos e garantias fundamentais se limita ao reconhecimento da existência de direitos e garantias de natureza individual, em paralelo ao disposto no art. 5º da Constituição Federal.**

**c) De acordo com a teoria interna, há uma diferença entre os direitos fundamentais e as restrições a eles impostas.**

**d) É a dimensão objetiva dos direitos fundamentais que possibilita que o titular do direito possa utilizar-se do Poder Judiciário para garantir sua observância.**

**e) Considerados em sentido duplo, pode-se sustentar que os direitos fundamentais cumprem, em regra, uma dupla função, abrangendo, ao mesmo tempo, uma dimensão positiva e negativa.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema direitos e garantias fundamentais.

A alternativa A está incorreta. A Constituição Federal do Brasil, assim como a Lei Fundamental Alemã, reconhece a titularidade de direitos fundamentais às pessoas jurídicas, mas não de forma absoluta. A titularidade de direitos fundamentais por pessoas jurídicas é mais limitada em comparação aos direitos fundamentais individuais, das pessoas físicas. A Constituição brasileira não faz uma equiparação total entre pessoas físicas e jurídicas em termos de direitos fundamentais, havendo uma adaptação conforme a natureza dos direitos.

A alternativa B está incorreta. A doutrina majoritária entende que a expansividade do catálogo constitucional dos direitos e garantias fundamentais não se limita apenas aos direitos de natureza individual. Os direitos fundamentais também incluem direitos sociais, econômicos, culturais, entre outros, que transcendem o

escopo do artigo 5º da Constituição Federal brasileira. Assim, observa-se que os direitos fundamentais, estão espalhados por toda a Constituição.

A alternativa C está incorreta. A noção de que a distinção entre direitos fundamentais e as restrições aplicáveis a eles não emerge da "teoria interna" é crucial. Este debate gira em torno da ideia de que os direitos fundamentais, embora assegurados pela Constituição, não são inquestionáveis e podem enfrentar limitações. Estas devem estar claramente estabelecidas por lei, ser necessárias e proporcionais aos objetivos pretendidos, sempre protegendo o essencial dos direitos em questão. Segundo a teoria interna, os direitos fundamentais são considerados absolutos e, como tal, não estariam sujeitos a restrições externas, sendo apenas limitados por condições intrínsecas definidas na própria Constituição. Por outro lado, a teoria externa reconhece a possibilidade de limitação dos direitos fundamentais, operando em duas etapas: inicialmente, identifica-se as normas legais aplicáveis ao caso; subsequentemente, realiza-se uma análise de balanceamento entre os interesses em conflito.

A alternativa D está incorreta. A dimensão objetiva dos direitos fundamentais refere-se ao papel que esses direitos desempenham como elementos fundamentais da ordem jurídica, influenciando e orientando a interpretação das leis e a atuação do Estado. Embora a dimensão objetiva de fato contribua para a proteção dos direitos fundamentais, a possibilidade de o titular do direito recorrer ao Poder Judiciário para garantir sua observância não se limita ou se origina exclusivamente dessa dimensão. A proteção judicial dos direitos fundamentais está assegurada tanto pela sua dimensão objetiva quanto pela sua dimensão subjetiva (direitos do indivíduo perante o Estado).

A alternativa E está correta. De fato, os direitos fundamentais são considerados sob uma dupla dimensão: positiva e negativa. A dimensão positiva refere-se à obrigação do Estado de realizar ações positivas para garantir o exercício dos direitos fundamentais (por exemplo, fornecer educação ou saúde). A dimensão negativa, por outro lado, implica a obrigação do Estado de se abster de interferir nos direitos fundamentais dos indivíduos (por exemplo, não violar a liberdade de expressão). Essa compreensão dupla dos direitos fundamentais é amplamente reconhecida na teoria dos quatro status, desenvolvida por Georg Jellinek (final do século XIX).

**QUESTÃO 49. Considere que, visando consagrar o princípio da moralidade administrativa, uma emenda à Constituição do Estado X estabeleceu a possibilidade de intervenção do Estado nos Municípios quando confirmada a prática de ato de improbidade administrativa, por meio de decisão colegiada, por parte dos Chefes do Poder Executivo municipais.**

**Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que**

**a) o rol do artigo 35 da Constituição Federal é taxativo, mas admite a interpretação extensiva, admitindo-se a intervenção na hipótese narrada.**

**b) a doutrina moderna entende que as hipóteses de intervenção previstas na Constituição Federal são exemplificativas, admitindo-se novas previsões por parte do legislador ordinário, desde que fundamentadas nos princípios constitucionais.**

**c) a emenda somente será considerada inconstitucional se for de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual.**

**d) a emenda é inconstitucional, na medida em que prevê hipótese de intervenção do estado no município fora das elencadas na Constituição Federal, violando a autonomia dos entes federados e o equilíbrio federativo.**

**e) a emenda será constitucional formalmente se for de iniciativa dos membros da Assembleia Legislativa.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema intervenção do Estado no Município

A alternativa A está incorreta. Esta interpretação contradiz o entendimento do STF de que o rol é taxativo e não sujeito a expansão interpretativa para além das hipóteses expressamente previstas.

A alternativa B está incorreta. Esta visão conflita com a jurisprudência do STF que considera o rol taxativo, não permitindo expansões pelo legislador estadual ou por emendas às Constituições Estaduais.

A alternativa C está incorreta. A questão da inconstitucionalidade, conforme o caso citado, centra-se na violação da taxatividade das hipóteses de intervenção previstas na CF e não na origem da iniciativa da emenda.

A alternativa D está correta. Reflete diretamente o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à inconstitucionalidade de emendas à Constituição Estadual que prevejam hipóteses de intervenção do Estado nos Municípios que não estão expressamente elencadas no artigo 35 da Constituição Federal. Segundo a jurisprudência do STF, especificamente na ADI 6619, o rol de hipóteses para intervenção estadual em municípios previsto no artigo 35 da Constituição Federal é taxativo, e qualquer tentativa de ampliá-lo por meio de constituições estaduais viola o princípio da autonomia dos entes federados e o equilíbrio federativo, configurando uma afronta aos artigos 18, 29, e 35 da Constituição Federal.

A alternativa E está incorreta. Mesmo que procedimentalmente a emenda siga o trâmite correto e seja iniciada por um órgão competente, ela será materialmente inconstitucional se criar hipóteses de intervenção não previstas na CF, violando assim a autonomia dos entes federativos.

**QUESTÃO 50. A respeito dos Princípios de Direito Eleitoral, assinale a alternativa correta.**

**a) A Constituição Federal de 1988 conferiu status de norma constitucional ao princípio da anterioridade eleitoral.**

**b) O princípio da isonomia é de observância obrigatória no processo eleitoral, sendo a distribuição de recursos do Fundo Partidário e o tempo no horário eleitoral gratuito dois mecanismos de garantia da igualdade material.**

**c) Os princípios democrático, da soberania popular e o republicano, confundem-se atualmente.**

**d) Em decorrência do princípio da verdade material, entende-se que o princípio da celeridade não tem aplicação no âmbito do Direito Eleitoral.**

**e) Como o Brasil adotou a República como forma de governo, afirma-se que o princípio da preclusão não tem aplicação no âmbito da legislação eleitoral.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O princípio da anualidade, também conhecido como princípio da antinomia eleitoral ou anterioridade eleitoral, é considerado o princípio mais importante do Direito Eleitoral, e está previsto no art. 16, da CF: "A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. "

A alternativa B está incorreta. A distribuição de recursos do Fundo Partidário e o tempo no horário eleitoral gratuito não são mecanismos de garantia, mas sim, o próprio direito, que é garantido por ações eleitorais.

A alternativa C está incorreta. Os princípios democrático, da soberania popular e o republicano, embora se entrelacem, não se confundem. A democracia constitui um regime de governo que se caracteriza pela atribuição do poder ao povo. Segundo a expressão grega, democracia significa o "Governo do povo" (*Kratos* + *demo*). Por sua vez, a República é forma de governo. Forma de governo é a expressão que se refere à maneira como deve ser exercido o poder no Estado, bem como quem poderá exercê-lo. Diz respeito à relação entre governante e governados. A República se origina da "*res publica*", ou seja, da "coisa pública", coisa do povo. Trata-se de forma de governo oponível à monarquia em que o poder na sociedade é exercido por quem o povo elege para atuar como seu representante, de maneira a garantir um governo em que prevaleça a vontade soberana do povo. Esses líderes políticos recebem um mandato e adquirem o dever de prestação de contas de seus atos aos titulares do poder – o povo. A soberania popular, por outro lado, é a forma como o poder pelo povo é exercido.

Nos termos do artigo 14 da Constituição Federal: Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular.

A alternativa D está incorreta. O princípio da celeridade é comum a diversos ramos processuais do direito. Aqui, no Direito Eleitoral, o princípio da celeridade ganha contornos próprios no sentido de que as decisões eleitorais devem ser imediatas, evitando-se delongas para as fases posteriores à data da diplomação, sendo verdadeiras exceções os casos que possam demandar um julgamento para além da posse, de acordo com Marcos Ramayana. Notem que a celeridade eleitoral se aproxima da imediatividade. No Direito Eleitoral, o processo deve ser o mais rápido possível. Nesse contexto, temos o princípio da preclusão imediata das decisões eleitorais como faceta da celeridade. Assim, se o partido político desejar recorrer de decisão no dia das eleições perante a Junta, deve impugnar de forma imediata, sob pena de preclusão. A finalidade desse princípio é evitar o prolongamento de decisões eleitorais após a posse dos eleitos e após o início do exercício do mandato eletivo. Nesse contexto, é relevante o art. 257, parágrafo primeiro, da Lei nº 4.737/1965, que adota a tutela da imediatividade, segundo a qual a execução das decisões eleitorais será imediata, com a adoção de meios eficazes e práticos de intimação, tais como telegrama e *fax*. Vejamos o dispositivo: § 1º A execução de qualquer acórdão será feita imediatamente, através de comunicação por ofício, telegrama, ou, em casos especiais, a critério do presidente do Tribunal, através de cópia do acórdão. Há, ainda, um importante dispositivo da Lei nº 9.504/1997 que disciplina o prazo de um ano entre a propositura da ação e o resultado final do julgamento para as ações que possam resultar na perda de mandato eletivo.

A alternativa E está incorreta. Admite-se a preclusão no âmbito eleitoral a fim de garantir a segurança jurídica.

Fonte: Livro Digital Interativo - LDI. Estratégia Carreira Jurídica. Promotor de Justiça. Direito eleitoral.

**QUESTÃO 51. A respeito dos Direitos Políticos, assinale a alternativa correta.**

**a) O direito de voto está previsto nas Declarações de Direitos desde o século XVII, quando incorporado no Bill of Rights na Inglaterra, em 1689, tendo importância central num Estado Democrático.**

**b) A cidadania, que, necessariamente, pressupõe a nacionalidade, guarda relação direta com o status activus do indivíduo.**

**c) É no plano supranacional que os direitos políticos encontram sua formação concreta, com o estabelecimento de minúcias gerais do direito de sufrágio.**

**d) A soberania popular é exercida mediante plebiscito e referendo, únicos instrumentos expressamente previstos no texto constitucional.**

**e) Ainda que seja adotada a concepção alargada de direitos fundamentais, entende-se que apenas o direito de voto e a filiação partidária são direitos fundamentais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O voto foi incorporado no Bill of Rights na Inglaterra, em 1689. Trata-se do instrumento principal de exercício do direito ao sufrágio. É por intermédio do voto que os cidadãos escolhem os representantes, responsáveis pela condução do País. Por ser importante instrumento da expressão de vontade dos eleitores possui características próprias e algumas são protegidas pela constituição como cláusulas pétreas.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário, a nacionalidade é pressuposto da cidadania. E com a cidadania é possível exercer os direitos políticos.

A alternativa C está incorreta. É por meio do plano nacional, onde o indivíduo exerce sua cidadania que os direitos políticos encontram sua formação concreta, com o exercício do voto, e dos demais mecanismos de participação política, a fim de direcionar o destino a unidade política em que vive.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 14 da Constituição Federal: A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular.

A alternativa E está incorreta. Os direitos políticos formam a base do nosso sistema eleitoral. São prerrogativas ligadas a cidadania e garantem o exercício da soberania popular oportunizando aos cidadãos a possibilidade de interferir no governo do país. A matéria é colocada na Constituição como Direito Fundamental e vem disciplinada nos arts. 14 a 16. Cabendo a União legislar sobre cidadania e direito eleitoral na forma do art. 22 I e XIII da CF. Na realidade, além do Capítulo IV, do Título II, que expressamente refere-se aos “Dos Direitos Políticos”, existem diversos outros direitos políticos fundamentais no Texto Constitucional, tais como regras referentes às eleições e aos sistemas eleitorais. No estudo das dimensões dos direitos fundamentais, em Direito Constitucional, afirma-se que os direitos políticos constituem direitos de primeira dimensão, ao lado dos direitos civis, como a liberdade. Marcelo Novelino conceitua os direitos políticos como: Os direitos políticos são direitos públicos subjetivos fundamentais conferidos aos cidadãos para participarem dos negócios políticos do Estado. Decorrentes do princípio democrático, os “direitos de participação” (“status activae civitatis”) são adquiridos mediante o alistamento eleitoral. Fonte: Livro Digital Interativo - LDI. Estratégia Carreira Jurídica. Promotor de Justiça. Direito eleitoral.

**QUESTÃO 52.** Considere que o Partido Político X elegeu 25 Deputados Federais em um terço das unidades da Federação e, no dia 01 de fevereiro de 2024, durante a propaganda partidária gratuita na televisão, incentivou a filiação partidária e difundiu a participação política dos jovens e dos negros, participando da inserção Nora, digital influencer, não filiada ao partido responsável pelo programa.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei dos Partidos Políticos, é correto afirmar que

a) a legislação correlata determina que, do tempo total disponível para o partido político, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser destinados à promoção e à difusão da participação política dos jovens e dos negros.

b) em decorrência da participação de Nora, o Partido Político X será punido com a cassação do tempo equivalente a 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o tempo da inserção ilícita, no semestre seguinte.

c) como o Partido Político X elegeu mais de 20 Deputados Federais, a ele é assegurado o direito à utilização do tempo total de 10 minutos por semestre para inserções de 30 segundos nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais.

d) considerando a quantidade de Deputados Federais eleitos, ao Partido Político X é assegurado o direito à utilização do tempo total de 10 minutos por semestre para inserções de 30 segundos nas redes nacionais, e da metade do tempo nas emissoras estaduais.

e) o Partido Político X agiu corretamente ao difundir a participação política dos jovens e dos negros, mas incidiu em conduta vedada ao incentivar a filiação partidária.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não há a previsão do mínimo de tempo total disponível na propaganda para jovens e negros, como faz a Lei dos Partidos Políticos – Lei n. 9.096/95, com relação às mulheres, conforme artigo 50-B, §2º: Do tempo total disponível para o partido político, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à promoção e à difusão da participação política das mulheres.

A alternativa B está correta. Nos termos do artigo 50-B § 4º a Lei dos Partidos Políticos – Lei n. 9.096/95: Ficam vedadas nas inserções: I - a participação de pessoas não filiadas ao partido responsável pelo programa. Ainda, de acordo com o § 5º do aludido dispositivo: Tratando-se de propaganda partidária no rádio e na televisão, o partido político que descumprir o disposto neste artigo será punido com a cassação do tempo equivalente a 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o tempo da inserção ilícita, no semestre seguinte.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 50-B, § 1º, Lei dos Partidos Políticos – Lei n. 9.096/95: Os partidos políticos que tenham cumprido as condições estabelecidas no § 3º do art. 17 da Constituição Federal terão assegurado o direito de acesso gratuito ao rádio e à televisão, na proporção de sua bancada eleita em cada eleição geral, nos seguintes termos: I - o partido que tenha eleito acima de 20 (vinte) Deputados Federais terá assegurado o direito à utilização do tempo total de 20 (vinte) minutos por semestre para inserções de 30 (trinta) segundos nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais.

A alternativa D está incorreta. Conforme já mencionado na alternativa anterior, nos termos do artigo 50-B, § 1º, Lei dos Partidos Políticos – Lei n. 9.096/95: Os partidos políticos que tenham cumprido as condições estabelecidas no § 3º do art. 17 da Constituição Federal terão assegurado o direito de acesso gratuito ao

rádio e à televisão, na proporção de sua bancada eleita em cada eleição geral, nos seguintes termos: I - o partido que tenha eleito acima de 20 (vinte) Deputados Federais terá assegurado o direito à utilização do tempo total de 20 (vinte) minutos por semestre para inserções de 30 (trinta) segundos nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 50-B da Lei dos Partidos Políticos – Lei n. 9.096/95: O partido político com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral poderá divulgar propaganda partidária gratuita mediante transmissão no rádio e na televisão, por meio exclusivo de inserções, para: IV - incentivar a filiação partidária e esclarecer o papel dos partidos na democracia brasileira

**QUESTÃO 53. A respeito da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), de acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que**

**a) é vedada a propositura de AIME para apurar violação à cota de gênero.**

**b) a ausência de alegações finais acarreta a nulidade do processo, porquanto a legislação estabelece a obrigatoriedade de sua apresentação.**

**c) as coligações partidárias têm legitimidade para a propositura de ação de impugnação de mandato eletivo.**

**d) no âmbito da AIME é vedado apurar abuso de poder político entrelaçado com abuso de poder econômico, dado o caráter restrito da ação constitucional.**

**e) se admite a ampla apreciação das condutas vedadas em sede de ação de impugnação de mandato eletivo, visando, com isso, o combate à fraude e à corrupção.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Conforme decidiu o TSE: “Eleições 2020 [...] 1. É firme a Jurisprudência desta Corte Superior eleitoral no sentido de admitir a propositura de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (Aime) para apurar violação à cota de gênero. 2. A fraude à cota de gênero de candidaturas femininas representa afronta aos princípios da igualdade, da cidadania e do pluralismo político, na medida em que a ratio do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997 é ampliar a participação das mulheres no processo político-eleitoral. [...]” (Ac. de 12.8.2022 no REspEI nº 060000120, rel. Min. Alexandre de Moraes; no mesmo sentido o Ac. de 16.12.2021 no AgR-REspEI nº 190, rel. Min. Alexandre de Moraes.)

A alternativa B está incorreta. Consoante ao entendimento do TSE: “Eleições 2020 [...] AIME [...] 2. A ausência de alegações finais não acarreta, necessariamente, a nulidade do processo, porquanto o art. 6º da LC nº 64/1990 estabelece tão somente a faculdade – e não a obrigatoriedade – da sua apresentação. [...]” (Ac. de 12.8.2022 no AREspEI nº 060000186, rel. Min. Mauro Campbell Marques)

A alternativa C está correta. Consoante entendimento do TSE: “Eleições 2012 [...] As coligações partidárias têm legitimidade para a propositura de ação de impugnação de mandato eletivo. [...]” (Ac. de 4.10.2016 no AgR-AI nº 1211, rel. Min. Luciana Lóssio.)

A alternativa D está incorreta. O TSE entende que: “[...] Eleições 2016 [...] Abuso de poder político e econômico. Conduta vedada. [...] 1. A teor da jurisprudência desta Corte Superior: ‘possível apurar, em Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), abuso de poder político entrelaçado com abuso de poder econômico. Trata-se de hipótese em que agente público, mediante desvio de sua condição funcional, emprega recursos patrimoniais, privados ou do Erário, de forma a comprometer a legitimidade das eleições e a paridade de armas entre candidatos’. Precedente.[...]” (Ac. de 24.5.2018 no AgR-REspe nº 3611, rel. Min. Rosa Weber.)

A alternativa E está incorreta. Conforme entendimento do TSE: “[...] 1. A AIME tem objeto restrito e destina-se à apuração do abuso do poder econômico, corrupção e fraude e não à apreciação de conduta vedada. [...]” (Ac. de 27.5.2008 no REspe nº 28007, rel. Min. Gerardo Grossi, red. designado Min. Marcelo Ribeiro.)

**QUESTÃO 54. Considere que houve fraude à cota de gênero, por meio do lançamento fictício de candidaturas femininas para preencher o mínimo legal, sem a realização de ato de campanhas e de arrecadação de recursos. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que**

**a) a fraude à cota de gênero é conduta que afeta diretamente o pluralismo político, a isonomia e lisura do pleito, mas não afeta a legitimidade.**

**b) são três os legitimados a propor a ação de investigação judicial eleitoral, que é o meio hábil a apurar fraude à cota de gênero, os partidos, candidatos e o Ministério Público.**

**c) como não houve realização de ato de campanhas e de arrecadação de recursos, não se configura hipótese de fraude à cota de gênero.**

**d) o objeto da ação de investigação judicial eleitoral é restrito, não sendo constitucional sua utilização como meio para apurar fraude à cota de gênero.**

**e) deve haver a cassação do diploma ou do registro de todos os beneficiários do ato abusivo ou fraudulento, sendo consequência da procedência da ação**

**de investigação judicial eleitoral, que é meio hábil a apurar a fraude à cota de gênero.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a jurisprudência do TSE: “Eleições 2020. [...] Ação de impugnação de mandato eletivo. Fraude à cota de gênero. Art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97. Candidatura fictícia. Caracterização. [...] 5. A partir do leading case de Jacobina/BA (AgR-AREspE 0600651-94, red. para o acórdão Min. Alexandre de Moraes, DJE de 30.6.2022), julgado que serve de paradigma para o julgamento de ações similares alusivas ao pleito de 2020, a jurisprudência deste Tribunal tem reiteradamente assentado que ‘a obtenção de votação zerada ou pífia das candidatas, a prestação de contas com idêntica movimentação financeira e a ausência de atos efetivos de campanha são suficientes para evidenciar o propósito de burlar o cumprimento da norma que estabelece a cota de gênero, quando ausentes elementos que indiquem se tratar de desistência tácita da competição’ (REspEI 0600001- 24, rel. Min. Carlos Horbach, julgado em 18.8.2022). [...] 6. O Supremo Tribunal Federal, em recente julgamento da ADI 6.338/DF, analisou, entre outros, o entendimento firmado por este Tribunal no REspe 193-92 acerca dos elementos indiciários da

fraude à cota de gênero, assentando que ‘fraudar a cota de gênero - consubstanciada no lançamento fictício de candidaturas femininas, ou seja, são incluídos, na lista de candidatos dos partidos, nomes de mulheres tão somente para preencher o mínimo de 30% (trinta por cento), sem o empreendimento de atos de campanhas, arrecadação de recursos, dentre outros - materializa conduta transgressora da cidadania (CF, art. 1º, II), do pluralismo político (CF, art. 1º, V), da isonomia (CF, art. 5º, I), além de, ironicamente, subverter uma política pública criada pelos próprios membros - os eleitos, é claro - das agremiações partidárias’ (ADI 6.338/DF, rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, sessão virtual, DJE de 4.4.2023) [...]”. (Ac. de 26.10.2023 no AREspE nº 060000436, rel. Min. Floriano de Azevedo Marques.)

A alternativa B está incorreta. Como estabelecido no art. 22, caput, da Lei Complementar nº 64/1990, são partes legítimas para representar à Justiça Eleitoral: a) partidos (caput do art. 22 da LC 64/1990); b) coligações (caput do art. 22 da LC 64/1990); c) candidatos (caput do art. 22 da LC 64/1990); d) Ministério Público (art. 127, CF e caput do art. 22 da LC 64/1990).

A alternativa C está incorreta. Consoante jurisprudência do TSE: “[...] Eleições 2020. Vereador. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Fraude. Cota de gênero. Art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97. Candidatas fictícias. Provas robustas. Óbice relevante à candidatura. Indeferimento. Renúncia. Substituição. Ausência. Inércia dolosa. Votação inexpressiva. Ausência de movimentação financeira. [...] 2. De acordo com o entendimento desta Corte, a fraude à cota de gênero deve ser aferida caso a caso, a partir das circunstâncias fáticas de cada hipótese, notadamente levando-se em conta aspectos como falta de votos ou votação ínfima, inexistência de atos efetivos de campanha, prestações de contas zeradas ou notoriamente padronizadas entre as candidatas, dentre outras, de modo a transparecer o objetivo de burlar o mínimo de isonomia entre homens e mulheres que o legislador pretendeu assegurar no art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97. 3. Em recentíssimo julgado, este Tribunal consignou que as agremiações partidárias devem se comprometer ativamente com o lançamento de candidaturas femininas juridicamente viáveis, minimamente financiadas e com pretensão efetiva de disputa. Nessa perspectiva, sobrevindo impugnação ao registro, devem os partidos, quando houver tempo hábil, substituir aquelas que não reúnam condições jurídicas para serem deferidas ou sobre as quais paire dúvida razoável sobre a sua viabilidade, ou, ainda, proceder às adequações necessárias à obediência da proporção mínima entre os gêneros, sob pena serem consideradas fictícias [...]”. (Ac. de 9.11.2023 no REspEI nº 060121835, rel. Min. Benedito Gonçalves.)

A alternativa D está incorreta. A jurisprudência do TSE admite a utilização da Ação Judicial Eleitoral para apuração da fraude à cota de gênero: Conforme jurisprudência do TSE: “[...] Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Fraude à cota de gênero. Art. 10, § 3º, da lei 9.504/97. Candidaturas fictícias. Configuração. Precedentes. [...]”(Ac. de 16.2.2023 no AgR-REspEI nº 060164691, rel. Min. Benedito Gonçalves.).

A alternativa E está correta. Conforme jurisprudência do TSE: “[...] Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Fraude à cota de gênero. Art. 10, § 3º, da lei 9.504/97. Candidaturas fictícias. Configuração. [...] 13. Impõe-se manter a cassação do diploma dos vereadores eleitos pela grei, na condição de beneficiários do ilícito, pois, como esta Corte já assentou em diversas oportunidades, a fraude à cota de gênero macula toda a chapa e torna inadmissível que se preservem quaisquer votos por ela obtidos. Precedentes. [...]”(Ac. de 16.2.2023 no AgR-REspEI nº 060164691, rel. Min. Benedito Gonçalves.)

**QUESTÃO 55. A respeito da origem do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.**

- a) É pacífico na doutrina que a origem do Direito Administrativo está associada ao desenvolvimento do Estado de Direito, o que significa dizer que os institutos do direito administrativo e os princípios definidores do seu regime jurídico foram previamente disciplinados por lei.
- b) O direito administrativo surge de forma concomitante nos sistemas romano-germânico e nos de origem anglo-saxões, pois em ambos há o compartilhamento de valores comuns da revolução francesa e a concepção de que o poder extroverso do Estado deve estar associado à execução do interesse público.
- c) O desenvolvimento do contencioso administrativo e do processo administrativo, nos países que adotam o modelo de jurisdição administrativa, não serviu para imunizar as decisões do Poder Executivo e não se contraporia ao princípio da separação dos poderes.
- d) Para parte da doutrina, o Direito Administrativo foi construído a partir de uma participação ativa da jurisprudência do Conselho de Estado francês, derogatória do direito comum, o que geraria uma espécie de contradição entre a sua origem real e a ideia de subordinação do Poder Executivo à vontade geral, expressa pelo Poder Legislativo.
- e) A descontinuidade das constituições, em contraste com a continuidade da burocracia, legitima que o Direito Administrativo seja formado por categorias, institutos, princípios e regras próprios, não sujeitos às mutações constitucionais.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A presente questão explorou domínio acerca da origem do direito administrativo.

A alternativa A está incorreta. Não há o alegado consenso doutrinário acerca do surgimento do direito administrativo. A discordar da posição mais tradicional, cite-se o seguinte trecho da doutrina de Gustavo Binbenbojm: “A associação da gênese do direito administrativo ao advento do Estado de direito e do princípio da separação de poderes na França pós-revolucionária caracteriza erro histórico e reprodução acrítica de um discurso de embotamento da realidade repetido por sucessivas gerações, constituindo aquilo que Paulo Otero denominou ilusão garantística da gênese.” (BINENBOJIM, Gustavo. *Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: Um novo paradigma para o direito administrativo*. Revista de Direito Administrativo n.º 239. Rio de Janeiro: Jan/Mar – 2005, p. 1-31)

A alternativa B está incorreta, pois traz uma inverdade, qual seja, a alegada simultaneidade de surgimento do direito administrativo nos sistemas romano-germânico e anglo-saxões. Sobre a origem diversa do modelo romano-germânico, confira-se a seguinte lição de Di Pietro: “Enquanto na França o Direito Administrativo surgiu após a revolução, que rompeu inteiramente com o sistema anterior, na Alemanha não houve a mesma ruptura, pois resultou, esse ramo do direito, de longa evolução, não processada pela mesma forma nos diferentes Estados.” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 8).

A alternativa C está incorreta. Como ensina, uma vez mais, Binbenbojm, operou-se, sim, a imunização das decisões do Executivo, em contradição ao princípio da separação de poderes. Acerca deste aspecto, confira-se: “É curioso anotar como a separação de poderes serviu, contraditoriamente, a esse processo de imunização decisória dos órgãos do Poder Executivo. O mesmo princípio que justificara a criação do contencioso administrativo, intestino ao Executivo, será invocado para impedir que os órgãos de controle exerçam sobre os outros órgãos da Administração poderes de injunção e substituição, em princípio legítimos

e até naturais entre órgãos situados no interior da mesma estrutura de Poder.” (BINENBOJM, Gustavo. *Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: Um novo paradigma para o direito administrativo*. Revista de Direito Administrativo n.º 239. Rio de Janeiro: Jan/Mar – 2005, p. 1-31)

A alternativa D está correta e seu acerto pode ser bem visualizado pelo seguinte trecho da doutrina de Gustavo Binenbojm: “A conhecida origem pretoriana do direito administrativo, como construção jurisprudencial do Conselho de Estado derogatória do direito comum, traz em si esta contradição: a criação de um direito especial da Administração Pública resultou não da vontade geral, expressa pelo Legislativo, mas de decisão autovinculativa do próprio Executivo.” (BINENBOJM, Gustavo. *Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: Um novo paradigma para o direito administrativo*. Revista de Direito Administrativo n.º 239. Rio de Janeiro: Jan/Mar – 2005, p. 1-31)

A alternativa E está incorreta, uma vez que não se mostra acertado dizer que o direito administrativo esteja imune às mutações constitucionais. No ponto, a chamada constitucionalização do direito administrativo, a partir de uma releitura de seus dogmas à luz da Constituição, permite que seus institutos fundamentais sejam reinterpretados sob a influência direta de princípios constitucionais, em especial o da dignidade da pessoa humana. Neste sentido, a posição de Patrícia Ferreira Baptista: “Da condição de súdito, de mero sujeito subordinado à Administração, o administrado foi elevado à condição de cidadão. Essa nova posição do indivíduo, amparada no desenvolvimento do discurso dos direitos fundamentais, demandou a alteração do papel tradicional da Administração Pública. Direcionada para o respeito à dignidade da pessoa humana, a Administração, constitucionalizada, vê-se compelida a abandonar o modelo autoritário de gestão da coisa pública para se transformar em um centro de captação e ordenação dos múltiplos interesses existentes no substrato social.” (BAPTISTA. Patrícia Ferreira. *Transformações do Direito Administrativo*, Renovar: 2003, p.129-30).

**QUESTÃO 56. Considere que o Estado X autorizou, por lei, a criação de fundação de direito privado para atuar no âmbito da saúde. A entidade é dotada de personalidade jurídica de direito privado, e os agentes a ela vinculados estão sujeitos à legislação trabalhista, em contraposição aos servidores públicos da Administração Direta e que atuam na área da saúde, que são submetidos ao regime estatutário. Recentemente empossado no cargo de Promotor de justiça e designado para atuar na promotoria que fiscaliza a ação de fundações, Mário achou a situação jurídica intrigante. Ao avaliar o cenário e levar a consideração à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Mário concluirá, de forma correta, que**

- a) a criação da fundação é inválida, pois os serviços públicos de saúde, quando executados pela Administração, devem ser prestados por pessoas jurídicas de direito público.**
- b) a criação da fundação é válida, pois, no cenário atual, somente é vedada a instituições de entidades dessa natureza para a prestação de serviços que exijam a atuação exclusiva do Estado.**
- c) a criação dessa entidade é válida, pois não cabe à lei complementar definir o campo de atuação de fundações dessa natureza, devendo os seus agentes ser considerados servidores públicos estatutários, ante a obrigação de instituição do regime jurídico único se estender para fundações de direito privado.**
- d) a criação de fundações na área da saúde, após a EC nº 19, é formalmente inválida, pois não foi promulgada lei complementar nacional definindo a sua área de atuação.**
- e) a criação da fundação terá sido válida se houver legislação complementar estadual definindo que ela poderá prestar o serviço público de saúde, pois compete a cada um dos entes federativos, definido o âmbito de ação de suas fundações.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Cuida-se de questão em que se exigiu conhecimentos acerca da prestação de serviços de saúde por meio de fundação pública de direito privado.

A alternativa A está incorreta. Acerca do tema, o STF fixou tese na seguinte linha: “É constitucional a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde”. (ADI 4197, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 01-03-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 08-03-2023 PUBLIC 09-03-2023 REPUBLICAÇÃO: DJe-s/n DIVULG 22-03-2023 PUBLIC 23-03-2023)

A alternativa B está correta. O teor deste item está alinhado ao que preconiza o art. 5º, IV, do Decreto-lei 200/67, segundo o qual é legítima a criação de fundação pública para o desenvolvimento de atividades “que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público”. Com base neste trecho, do voto do relator, no mesmo precedente acima indicado, constou: “Logo, até que a questão seja revisitada pelo legislador complementar, deve-se observar o art. 5º, IV, do Decreto-Lei nº 200/1967, que veda a atuação de fundações públicas em atividades que exijam a atuação exclusiva do Estado – os denominados serviços públicos inerentes, dos quais são exemplos a defesa nacional, a diplomacia, a segurança pública e a jurisdição.”

A alternativa C está incorreta, eis que contraria o disposto no art. 37, XIX, da CRFB, em sua parte final, que exige, sim, lei complementar, no caso das fundações públicas, para definir as áreas de sua atuação. No ponto, confira-se: “somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;” Ademais, em sendo pessoas de direito privado, nada impede que o regime jurídico de seu pessoal seja celetista, ao invés do estatutário.

A alternativa D está incorreta. A uma, pois afronta o teor da tese firmada pelo STF, na linha da constitucionalidade da criação de fundações públicas de direito privado para atuarem na área de saúde. A duas, pois, ainda de acordo com o STF, até que seja editada lei complementar, prevalece a disposição do citado art. 5º, IV, do Decreto-lei 200/67, que foi recepcionado pela nova ordem constitucional com eficácia de lei complementar.

A alternativa E está incorreta. Trata-se de assertiva que, ao exigir lei complementar estadual, insere condicionante a rigor inexistente, o que também agride a compreensão estabelecida pelo STF, conforme demonstrou-se linhas acima, sendo certo, ainda, que, na ausência de lei complementar, prevalece a disposição contida no art. 5º, IV, do aludido Decreto-lei 200/67, na esteira do que restou decidido por nossa Suprema Corte.

**QUESTÃO 57. Considere que o Ministério Público, no âmbito de um inquérito civil, está apurando a omissão do Município X na realização de medidas efetivas para impedir que famílias localizadas em comunidades próximas ao rio Y sejam afetadas no período das chuvas. Em reunião técnica realizada na última semana, na sede do Ministério Público, compareceu engenheiro da Secretaria X informando que há um projeto com estudos avançados para a construção de uma lagoa de captação em determinada região da cidade para garantir a retenção da água das chuvas de determinados bairros e que esta entre no sistema**

de drenagem, impedindo a sobrecarga do rio em anos com chuvas dentro da normalidade ou 30% (trinta por cento) acima da normalidade. Relata, contudo, haver um gargalo financeiro para a sua implementação, pois há dúvidas sobre como seria viabilizado o pagamento da indenização das desapropriações dos imóveis localizados na região em que será implantada a lagoa, bem como um gargalo político, pois os moradores da área já estão se articulando para propor ações judiciais, questionando a legitimidade das desapropriações, e sinalizaram que não aceitarão os valores que o Município pretenda pagar de forma administrativa. Com base na situação hipotética, na legislação e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Promotor de Justiça pode afirmar, de maneira correta, que

a) as desapropriações, independentemente da existência ou não de débitos em precatórios, devem ser viabilizadas mediante a realização de depósitos judiciais em dinheiro, pois a Constituição Federal assegura que os indivíduos que tenham os seus bens expropriados sejam indenizados de forma prévia e justa.

b) o Município, em função da urgência, efetuará o depósito judicial para viabilizar a imissão provisória na posse, bem como juros compensatórios, que incidirão a partir do trânsito em julgado da ação de desapropriação.

c) se o Município estiver em débito com precatórios e desejar fazer a imissão provisória na posse dos bens, deverá alegar urgência e efetuar o pagamento da indenização, de acordo com os critérios previstos na legislação. Ao final da ação, caso reconhecido que o valor foi inferior ao devido, deverá efetuar novo depósito judicial da parcela remanescente, que não se sujeitará ao sistema de precatórios.

d) caso o Município ajuíze ações de desapropriação, os interessados não poderão propor ações diferentes tratando do mesmo assunto, pois a cognição que o Poder Judiciário pode exercer nas ações de desapropriação é ampla, abarcando a justiça da desapropriação e o próprio valor das indenizações.

e) caso a desapropriação não seja feita de forma amigável, o Poder Público poderá propor ação de desapropriação para viabilizar a imissão provisória na posse, devendo efetuar o pagamento da indenização ao final da ação, por meio do sistema de precatórios.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A presente questão exigiu domínio no que pertine ao tema desapropriação.

A alternativa A está incorreta, uma vez que, de acordo com entendimento firmado pelo STF, o pagamento da indenização devida ao proprietário do bem, no bojo de ação de desapropriação, pode ser efetivada por meio de precatório, desde que o ente público esteja em dia com os respectivos precatórios. É o que se conclui, a *contrario sensu*, da tese fixada pelo Supremo, *litteris*: “No caso de necessidade de complementação da indenização, ao final do processo expropriatório, deverá o pagamento ser feito mediante depósito judicial direto se o Poder Público não estiver em dia com os precatórios”. (RE 922144, Relator(a): LUÍS ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 19-10-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 06-02-2024 PUBLIC 07-02-2024)

A alternativa B está incorreta, pois os juros compensatórios incidem a partir da imissão provisória na posse, e não do trânsito em julgado da sentença. Assim, o art. 15-A do Decreto-lei 3.365/41: “Art. 15-A. No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou na desapropriação por interesse social prevista na Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, na hipótese de haver divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença, expressos em termos reais, poderão incidir juros compensatórios de até 6% a.a. (seis por cento ao ano) sobre o valor da diferença eventualmente apurada, contado da data de imissão na posse, vedada a aplicação de juros compostos.”

A alternativa C está correta, eis que seu conteúdo mostra-se alinhado ao entendimento consolidado pelo STF, conforme se extrai da mesma tese de repercussão geral exibida nos comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, visto que o objeto da ação de desapropriação deve se ater apenas à análise de eventuais vícios do processo, assim como em relação ao preço ofertado pelo Poder Público, ao passo que outras matérias, se for o caso, devem ser discutidas em demanda autônoma. No ponto, o art. 9º do Decreto-lei 3.365/41 “Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.” E, ainda, o art. 20 do mesmo diploma legal: “A contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta.”

A alternativa E está incorreta. A uma, pois, para fins de imissão provisória na posse, deve haver o depósito a que se refere o art. 15 do Decreto-lei 3.365/41. A duas, o eventual valor complementar, fixado na sentença, também poderá ter de ser pago através de depósito judicial (e não por precatórios), acaso o ente público não esteja em dia com suas obrigações atinentes aos precatórios judiciais, conforme decidido pelo STF, no mesmo julgado acima indicado.

**QUESTÃO 58. A respeito da teoria do serviço público, assinale a alternativa correta.**

- a) No direito brasileiro, há uma relação automática entre serviço público e exclusividade estatal, razão pela qual não se admitem a introdução da competição e a convivência de regimes jurídicos diferentes dentro de uma mesma atividade.**
- b) A concessão de um serviço público para a iniciativa privada, realizada dentro de um processo de desestatização, tem como consequência retirar do Estado a obrigação de garantir que a atividade atenderá aos deveres de isonomia, continuidade e universalidade.**
- c) Os serviços públicos, no Direito Brasileiro, não sofrem gradações no seu regime jurídico, pois a indicação de que estão sujeitos a regras de direito público impõe-lhes um regime jurídico uniforme.**
- d) A definição de serviço público, no Direito Brasileiro, não depende apenas da importância da utilidade que será objeto da execução estatal, pois é também necessário que o sistema jurídico - a Constituição Federal ou a lei - atribua ao Estado a função de prestá-lo e enquadre a atividade como tal.**
- e) Enquadra-se também no conceito de serviço público a atividade de fomento, por meio da qual o Estado intervém no domínio econômico para induzir comportamentos de agentes privados a fim de que estes realizem atividades de interesse coletivo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. Trata-se de questão que abordou o tema serviços públicos.

A alternativa A está incorreta. Inexiste a alegada relação automática entre serviço público e exclusividade estatal. Tanto assim o é que, via de regra, os serviços podem ser objeto de delegação a particulares. Ademais, há certas atividades que podem ser submetidas a regimes jurídicos distintos, como é o caso da educação e da saúde, realizadas como serviços públicos, quando prestadas pelo Estado, e como atividades empresariais, quando realizadas pela iniciativa privada, sem a necessidade de delegação estatal.

A alternativa B está incorreta. Ainda que a atividade seja objeto de desestatização, permanece o dever de regulação estatal, fundado em seu poder de polícia, a fim de assegurar parâmetros mínimos relacionados, dentre outros aspectos, a isonomia, continuidade e universalidade.

A alternativa C está incorreta. Inexiste o alegado caráter uniforme de regime jurídico incidente sobre todas as atividades qualificadas como serviços públicos. No ponto, há aqueles serviços que são submetidos a

preceitos mais rígidos, como os serviços de segurança pública e de defesa nacional, por exemplo, insuscetíveis de delegação, ao passo que outros admitem o influxo de normas mais flexíveis, notadamente aqueles passíveis de delegação a particulares.

A alternativa D está correta. De fato, a definição de serviço público abrange o aspecto material, ligado à ideia de relevância social da atividade prestacional efetivada pelo Estado. Nada obstante, faz-se necessário que a atividade seja prevista juridicamente como serviço público, o que pode se dar através da Constituição ou das leis, fazendo com que a atividade seja retirada da livre iniciativa privada, ao que se denomina de *publicatio*.

A alternativa E está incorreta. O fomento não se enquadra no conceito de serviço público. Este último exige uma prestação concreta realizada pelo Estado ou por seus delegatários, consubstanciada no oferecimento de comodidades ou utilidades materiais à população. De seu turno, o fomento é consubstanciado, em linhas gerais, no oferecimento de incentivos estatais ao desenvolvimento de certas atividades privadas que se mostrem socialmente importantes, o que pode se materializar, por exemplo, através de incentivos fiscais ou creditícios.

**QUESTÃO 59. A respeito do exercício da atividade de controle externo, com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que**

- a) o Administrador Público, ao decidir com base em valores jurídicos abstratos, deve considerar as consequências práticas de suas decisões.
- b) a LINDB impõe que a edição de atos normativos pela Administração Pública seja precedida de consulta pública.
- c) a Lei não autoriza que os indivíduos sejam compensados em situações nas quais a simples existência de processos lhes cause prejuízos anormais.
- d) a Lei excluiu a responsabilidade pessoal do agente público pela prática de erro.
- e) o ato em desconformidade com o Direito deve ser anulado, em função do princípio constitucional da legalidade.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**

A alternativa A está correta, eis que tem apoio explícito na regra do art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que assim estabelece: “Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.”

A alternativa B está incorreta, pois, nos termos do art. 29, *caput*, da LINDB, a realização de consulta pública, como medida prévia à edição de atos normativos, não constitui genuína imposição legal, e sim mera possibilidade franqueada à Administração. No ponto, é ler: “Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.”

A alternativa C está incorreta, uma vez que não se compatibiliza com o que preceitua o art. 27 da LINDB: “A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por

benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.”

A alternativa D está incorreta, pois o art. 28 da LINDB contempla, sim, a responsabilidade pessoal do agente público, nos casos de dolo ou erro grosseiro. Confira-se: “O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.”

A alternativa E está incorreta. O princípio da legalidade deve ser ponderado à luz de outros postulados, notadamente a segurança jurídica, de modo que a necessidade de estabilização de relações jurídicas consolidadas pelo tempo pode se mostrar prevalente, no caso concreto, em detrimento da legalidade estrita. O art. 24 da LINDB confere embasamento neste sentido: “A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.”

**QUESTÃO 60. A respeito dos servidores públicos, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que**

**a) é constitucional lei estadual, de iniciativa parlamentar, que estende aposentadoria especial prevista para a função de magistério para agentes públicos que exercem atividades administrativas em unidades escolares.**

**b) é inconstitucional norma estadual que impede a exoneração a pedido e a aposentadoria voluntária de servidor que responde a processo administrativo disciplinar.**

**c) é constitucional norma de Constituição estadual que prevê a edição de lei complementar para disciplinar as atribuições e o estatuto das carreiras exclusivas de Estado, ainda que essa exigência não encontre paralelo na Constituição Federal.**

**d) é constitucional norma estadual que, ao regulamentar o afastamento de servidor público estável para o exercício de mandato sindical, assegura-lhe o direito de licença sem remuneração.**

**e) não é válido o recebimento acumulado de dois benefícios de pensão por morte, ainda que decorram de cargos acumuláveis.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**

A alternativa A está incorreta, uma vez que em franco desacordo à jurisprudência do STF, consoante se extrai do seguinte trecho de julgado: “*In casu*, a lei estadual impugnada estende a aposentadoria especial para atividades administrativas, técnico-pedagógicas e outras específicas que não propriamente a de professor, inclusive a de representação sindical, por isso que, além dos vícios de iniciativa e de competência, a norma também padece de inconstitucionalidade material, por ofender o núcleo da disposição constitucional que restringe a aposentadoria especial a funções de magistério.” (ADI 856, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 04-09-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 29-09-2023 PUBLIC 02-10-2023).

A alternativa B está incorreta, pois o STF já decidiu que “A possibilidade de cumulação de sanções e a vinculação da Administração indicam que é constitucional a previsão legal que impede a exoneração a pedido e a aposentadoria voluntária de servidor que responde a processo disciplinar.” (ADI 6591, Relator(a): EDSON

FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 03/05/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 19-05-2023 PUBLIC 22-05-2023).

A alternativa C está incorreta, porquanto contraria jurisprudência firmada pelo STF, segundo a qual “É inconstitucional — por ofender o princípio da simetria — norma de Constituição estadual que prevê a edição de lei complementar para disciplinar as atribuições e o estatuto das carreiras exclusivas de Estado, visto que essa exigência não encontra paralelo na Constituição Federal.” (ADI 2926, rel. Ministro NUNES MARQUES, DJ 22.05.2023 – Informativo STF 1087/2023).

A alternativa D está correta, na medida em que exhibe a compreensão firmada pelo STF, *in verbis*: “É constitucional norma estadual que, ao regulamentar o afastamento de servidor público estável para o exercício de mandato sindical, assegura-lhe o direito de licença sem remuneração.” (ADI 7242, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 18/04/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 24-04-2023 PUBLIC 25-04-2023 – Informativo STF 1091/2023).

A alternativa E está incorreta, eis que agride o entendimento adotado pelo STF, *litteris*: “Não há qualquer obstáculo ao recebimento acumulado de dois benefícios de pensão por morte se eles decorrerem de cargos acumuláveis, expressamente previstos no art. 37, XVI, da Constituição Federal.” (RE 658999, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 17-12-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 21-03-2023 PUBLIC 22-03-2023 – Informativo 1080/2023).

**QUESTÃO 61. Com base na teoria dos bens públicos, a retirada da destinação pública anteriormente atribuída a um bem público pode ser conceituada como**

- a) adestinação.
- b) consagração.
- c) desdestinação.
- d) treditinação lícita.
- e) desafetação.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. Trata-se de questão que explorou domínio acerca dos bens públicos.

A alternativa A está incorreta. A adestinação configura-se na hipótese em que um dado bem é desapropriado e a Administração, todavia, permanece omissa em lhe atribuir destinação pública. Portanto, não se trata de retirada de destinação pública anteriormente atribuída ao bem, tal como dito no enunciado da questão.

A alternativa B está incorreta. A consagração é expressão de conteúdo idêntico à afetação, isto é, consiste na atribuição de destinação pública a um bem. Cuida-se, portanto, de fenômeno inverso àquele exposto no enunciado da presente questão.

A alternativa C está incorreta. A desdestinação opera-se na hipótese em que um bem é desapropriado, sendo a ele atribuída uma dada finalidade pública, que posteriormente vem a ser retirada. O enunciado da questão não cogita de desapropriação prévia, de modo que não se pode dizer estar ali descrito, com todos os seus elementos, o instituto da desdestinação, tal como concebido pela doutrina.

A alternativa D está incorreta. A tredestinação lícita se dá no caso em que a Administração atribui ao bem desapropriado finalidade pública diversa daquela constante do decreto expropriatório. O bem permanece afetado, portanto, sem dar azo à retrocessão.

A alternativa E está correta. O enunciado, de fato, conceituou o instituto da desafetação de bens públicos, assim entendida a retirada da finalidade coletiva que, até então, se verificava em relação ao bem.

**QUESTÃO 62. Considere que Francisca é vereadora do Município Z e direcionou-se à sede do Ministério Público para apresentar uma denúncia. Relata a edil que o Prefeito, João, não apresentou as prestações de contas relativas ao exercício anterior ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal, o que demandaria uma ação mais enérgica de parte do Parquet. Mesmo após passado o prazo constitucional, as contas foram apresentadas e julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas.**

**Com base na situação hipotética, é correto afirmar que**

- a) se a omissão teve por fim ocultar irregularidades, o ato se enquadra como espécie de improbidade administrativa por causar prejuízo ao erário.**
- b) não havia irregularidade na não apresentação de contas à Câmara Municipal, pois compete ao Tribunal de Contas julgá-las.**
- c) o parecer prévio do Tribunal de Contas não vincula a Câmara Municipal, e as contas somente serão reprovadas após a deliberação desta, pois não é admitida, nesta hipótese, a aprovação por decurso de prazo.**
- d) a simples omissão em prestar contas configura improbidade administrativa por ofensa aos princípios da Administração Pública e a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 12 anos.**
- e) o julgamento das contas pelo Tribunal de Contas somente pode abranger as contas de gestão, pois compete à Câmara Municipal a apreciação das contas de governo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. Trata-se de questão que abordou o tema controle da administração pública.

A alternativa A está incorreta, considerando que a narrativa do enunciado, mesmo considerada em tese, não se configuraria como ato de improbidade causador de lesão ao erário, e sim, no plano meramente teórico, como ato atentatório a princípios da administração pública, a teor do art. 11, VI, da Lei 8.429/92 (LIA): “Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;”

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que a competência para julgamento das contas ofertadas pela Chefia do Executivo pertence ao Parlamento, em todas as esferas da federação, e não ao respectivo tribunal de contas, que, neste caso, apenas aprecia as contas por meio de parecer prévio. É o que deflui do art. 49, IX, da CRFB: “É da competência exclusiva do Congresso Nacional: julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;”

A alternativa C está correta, uma vez que exhibe o entendimento firmado pelo STF, em repercussão geral, consoante tese a seguir: “O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do

Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo.” (RE 729744, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10-08-2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-186 DIVULG 22-08-2017 PUBLIC 23-08-2017)

A alternativa D está incorreta, porquanto, nos termos do art. 11, VI, da LIA, transcrito nos comentários à letra A, exige-se que o administrador público disponha de condições para apresentar suas contas, assim como que intencione ocultar irregularidades. Logo, a simples omissão em prestar contas, por si só, é insuficiente para que se possa afirmar a configuração de tal ato ímprobo.

A alternativa E está incorreta, pois em desacordo ao entendimento externado pelo STF, em tese de repercussão geral, de seguinte redação: “Para fins do art. 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, alterado pela Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, a apreciação das contas de prefeito, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores”. (RE 848826, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Relator(a) p/ Acórdão: RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 10-08-2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-187 DIVULG 23-08-2017 PUBLIC 24-08-2017)

**QUESTÃO 63. Com base na Lei nº 13.019/2014, que trata do regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, assinale a alternativa correta.**

- a) A vigência do termo de colaboração ou de fomento não pode ser alterada por pedido da organização da sociedade civil.
- b) Os termos de colaboração são instrumentos por meio dos quais são formalizadas parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, por propostas destas, para a consecução de finalidades de interesse público.
- c) Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica indicada pela instituição escolhida pela contratada, que arcará com as tarifas bancárias necessárias a sua manutenção.
- d) É autorizada a celebração de parcerias previstas na Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam indiretamente delegação das funções de regulação e fiscalização de exercício público.
- e) A estruturação de um projeto por meio de procedimento de manifestação de interesse social não torna desnecessária a realização de chamamento público para a celebração de parceria.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**

Cuida-se de questão que exigiu conhecimentos acerca das disposições contidas na Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

A alternativa A está incorreta, eis que agride a regra do art. 55, *caput*, da Lei 13.019/2014: “A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.”

A alternativa B está incorreta, porquanto, na verdade, os termos de colaboração têm como característica o fato de sua iniciativa partir da própria Administração, e não das organizações da sociedade civil, consoante

se vê da leitura do art. 2º, VII, da Lei 13.019/2014: “Para os fins desta Lei, considera-se: termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros;”

A alternativa C está incorreta, pois diverge da regra do art. 51, *caput*, da Lei 13.019/2014: “Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.”

A alternativa D está incorreta, na medida em que afronta a norma do art. 40 da Lei 13.019/2014: “É vedada a celebração de parcerias previstas nesta Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.”

A alternativa E está correta, porquanto se ajusta à regra contida no art. 21, *caput*, da Lei 13.019/2014: “A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração.” Portanto, se, mesmo após o procedimento de manifestação de interesse social, a Administração permanece com discricionariedade para realizar, ou não, o chamamento público, é possível afirmar, com acerto, que a simples efetivação do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não torna desnecessária a realização do sobredito chamamento.

**QUESTÃO 64. Considere que foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar se João praticou ato de improbidade administrativa, por ter praticado conduta por meio da qual obteve vantagem patrimonial indevida que resultou em seu enriquecimento ilícito. Após a realização das primeiras diligências e ouvidas testemunhas no inquérito civil, João procura diretamente Matias, promotor natural do caso, para tratar de proposta de acordo de não persecução cível. As partes agendaram uma reunião inicial para a potencial discussão dos termos. A respeito do assunto, Matias poderá informar na reunião, de maneira correta, que**

**a) o acordo de não persecução cível precisa ser celebrado com Ministério Público, pois a instituição tem a legitimidade privativa para transacionar em casos dessa natureza.**

**b) para que o acordo seja celebrado, é necessário que a conduta se amolde em um dos incisos do art. 9º, da Lei no 8.429/92, bem como que haja o ressarcimento do dano causado ao erário e a perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente.**

**c) o acordo de não persecução cível obsta a responsabilização nas esferas administrativas e criminal pelo mesmo fato e nele João deverá identificar os demais coatores e beneficiários do ato de improbidade.**

**d) o acordo poderá ser celebrado após proferida sentença condenatória e ter, por fim, a pura reprimenda, sem envolver necessariamente a colaboração para a apuração de ilícito complexo.**

**e) o acordo de não persecução cível e os documentos que instruem o processo serão públicos, devendo o termo de acordo apontar expressamente que João renuncia aos sigilos fiscal e bancário.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a Lei n. 8.429/1992, o legitimado para propor o acordo seria apenas o Ministério Público (art. 17-B. Porém, julgando as ADIs 7042 e 7043, o STF declarou a inconstitucionalidade da legitimidade ativa exclusiva do *parquet* para propositura da ação de improbidade administrativa, afirmando a sua legitimidade concorrente com o ente público prejudicado, bem como a possibilidade de o ente público prejudicado propor o ANPC.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao art. 17-B da Lei n. 8.429/1992: O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: I - o integral ressarcimento do dano; II - a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados. A lei, portanto, não exige que o ato seja necessariamente previsto no artigo 9º, sendo possível o Acordo de Não Persecução Civil para as demais hipóteses de improbidade administrativa.

A alternativa C está incorreta. A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil. A Lei n. 14.230/2021 incluiu na Lei n. 8.429 duas situações distintas em que uma decisão de outra esfera poderia vincular a ação de improbidade administrativa: a) Sentença civil e penal de 1º grau que reconhece a inexistência da conduta ou da autoria: comunica com a ação de improbidade administrativa, para definir o julgamento pela improcedência. b) Decisão penal, confirmada por decisão colegiada, por qualquer dos motivos do art. 386, do CPP: impede o trâmite da ação de improbidade. Por fim, as sanções eventualmente aplicadas em outras esferas deverão ser compensadas com as sanções aplicadas, nos termos da lei de improbidade administrativa (art. 21, §5º), o que já era estabelecido pelo STJ. Convém destacar que a compensação das sanções somente ocorre quando se tratar de penas aplicadas em esferas distintas em razão do mesmo fato.

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 17-B, § 4º, da Lei n. 8.429/1992, “O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória”.

A alternativa E está incorreta. A Lei n. 8.429/1992 não excepciona o princípio da publicidade das ações por improbidade administrativa.

**QUESTÃO 65. Considere que a empresa Y apresentou ao Ministério Público representação suscitando que contrato celebrado entre o município X e a empresa Z é irregular e, portanto, precisa ser anulado. O contrato tem por objeto a construção de três terminais de ônibus, em que serão realizadas baldeações e interligações entre os mais variados modais de transporte urbano de passageiros. Na denúncia, narra que a empresa vencedora da licitação não possuía, ao tempo da assinatura do contrato, certidões de regularidade fiscal e há fortes suspeitas de superfaturamento na execução da obra. Com base na situação hipotética e na atuação do Ministério Público no controle das contratações públicas, é correto afirmar que**

**a) para recomendar que o município declare a nulidade do contrato, o Ministério Público deverá avaliar se os vícios não são passíveis de saneamento, bem como, dentre outros aspectos, o custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas e o custo de oportunidade do capital diante do período de paralização.**

b) estará caracterizado o superfaturamento se preço orçado para licitação ou contratado tiver valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, bem como na hipótese de alteração do projeto que gere desequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratado.

c) caso seja comprovada a irregularidade na fase de licitação e superfaturamento, a execução da obra deve ser, mediante autorização judicial, paralisada, e o contrato, ao final, anulado.

d) se declarada a nulidade do contrato por culpa concorrente do contratado, estará a Administração exonerada do dever de indenizá-lo pelo que houver executado até a data em que for declarada a invalidação.

e) caso declarada a nulidade do contrato, o Ministério Público não pode concordar que a eficácia desse ato se protraia para o futuro, pelo tempo suficiente para se efetuar uma nova contratação.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se da previsão contida no artigo 147 da Lei de Licitações – Lei n. 14.133/2021: "Art. 147. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:"

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 6º, LVII, da Lei n. 14.133/2021: Para fins desta Lei, consideram-se: [...] LVII - superfaturamento: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por: a) medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas; b) deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança; c) alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado; d) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços;

A alternativa C está incorreta. Não é necessária a ordem judicial para a paralisação, podendo ser determinada pela Administração Pública, conforme se depreende do artigo 147, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 149 da Lei n. 14.133/2021: "Art. 149. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa. "

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 148, § 2º, da Lei n. 14.133/2021: Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

**QUESTÃO 66. Com relação à improbidade administrativa, é correto afirmar que**

- a) o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a norma nacional que obriga a Advocacia Pública a exercer a defesa do agente público que realizou conduta considerada improba e que contou com prévia manifestação da assessoria jurídica, por entender que a prática ofende o princípio da moralidade administrativa.
- b) a legitimidade processual das pessoas jurídicas lesadas pela prática de improbidade administrativa tem base na Constituição Federal, sendo inválida a tentativa de reservá-la ao Ministério Público.
- c) a Constituição Federal de 1988 não foi a primeira Constituição a prever a possibilidade de responsabilização e aplicação de graves sanções pela prática de improbidade administrativa.
- d) a obrigação de ressarcimento ao erário por agente que celebra acordo de colaboração premiada deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, inclusive sobre as condições para pagamento.
- e) o princípio da retroatividade benéfica não se aplica nas ações de improbidade administrativa, em função da sua natureza civil, sendo insuficiente para conferir essa eficácia a indicação de que se aplica à improbidade administrativa o direito administrativo sancionador.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A Lei 14.230/2021 inseriu o § 20 no art. 17 da Lei nº 8.429/92 prevendo que “A assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público ficará obrigada a defendê-lo judicialmente, caso este venha a responder ação por improbidade administrativa, até que a decisão transite em julgado.” O STF declarou a inconstitucionalidade parcial, com redução de texto, desse dispositivo para dizer que não existe “obrigatoriedade de defesa judicial”. Não deve existir obrigatoriedade de defesa judicial do agente público que cometeu ato de improbidade por parte da Advocacia Pública, pois a sua predestinação constitucional, enquanto função essencial à Justiça, identifica-se com a representação judicial e extrajudicial dos entes públicos. Contudo, permite-se essa atuação em caráter extraordinário e desde que norma local assim disponha. STF. Plenário. ADI 7042/DF e ADI 7043/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgados em 31/8/2022 (Info 1066).

A alternativa B está correta. De acordo com a Lei n. 8.429/1992, o legitimado para propor o acordo seria apenas o Ministério Público (art. 17-B. Porém, julgando as ADIs 7042 e 7043, o STF declarou a inconstitucionalidade da legitimidade ativa exclusiva do *parquet* para propositura da ação de improbidade administrativa, afirmando a sua legitimidade concorrente com o ente público prejudicado, bem como a possibilidade de o ente público prejudicado propor o ANPC.

A alternativa C está incorreta. Desde a Constituição de 1981 há previsão de ato de improbidade administrativa praticada pelo Presidente da República: Art 54 - São crimes de responsabilidade os atos do Presidente que atentarem contra: 6º) a probidade da administração;

A alternativa D está incorreta. Conforme decidiu o STF “A obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo

válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização” STF. Plenário. ARE 1.175.650/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 01/7/2023(Repercussão Geral – Tema 1043) (Info 1101).

A alternativa E está incorreta. Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 843989, “as normas no campo do direito administrativo sancionador são equiparadas às normas penais. Por essa característica, que a lei mais benéfica deve retroagir para alcançar atos ocorridos antes de sua vigência, mesmo quando houver trânsito em julgado”. As teses de repercussão geral fixadas foram as seguintes: 1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, é irretroativa, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do tipo culposo, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente. 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.

**QUESTÃO 67. A respeito da transparência da gestão fiscal do Estado, com base na Lei Complementar no 101/00, é correto afirmar que**

**a) os entes da federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, excetuadas aos referentes a recursos extraordinários.**

**b) as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, no respectivo Poder Legislativo, até 31 de julho do ano seguinte, para consulta e apreciação pelos cidadãos.**

**c) os municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda as informações para a constituição do registro centralizado e atualizado das dívidas internas e externas, sob pena de que os entes sejam proibidos de receber transferências voluntárias, exceto as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.**

**d) a transparência na gestão fiscal fica também assegurada mediante a instituição de mecanismos que garantam a participação de pelo menos 5% da população na realização de audiências públicas na elaboração da proposta orçamentária.**

**e) as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo serão encaminhadas ao Poder Legislativo e, em cópia, ao Ministério Público, até o dia 31 de março do ano subsequente a que se refiram.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes

a: [...]II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 49 da Lei Complementar 101/00. Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

A alternativa C está correta. Trata-se do disposto no artigo 32, § 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão: [...] Por sua vez, dispõe o artigo 25 §1º, inciso IV, “c”: § 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias: [...]IV - comprovação, por parte do beneficiário, de: [...] c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal. Ainda, dispõe o artigo 51, §2º: O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o Poder ou órgão referido no art. 20 receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.

A alternativa D está incorreta. Não há limite percentual para participação popular, consoante ao artigo 48, §1º, I, da Lei Complementar n. 101/00: § 1º A transparência será assegurada também mediante: I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal: Compete privativamente ao Presidente da República: [...] XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

**QUESTÃO 68. Determinado município levou a protesto a Certidão de Dívida Ativa – CDA contra a empresa Alvorada Terceirizações Ltda., decorrente do não pagamento de certo tributo municipal. Tendo em vista a não existência de lei municipal que autorizasse a medida adotada, a empresa ingressou com ação ordinária objetivando a nulidade da cobrança.**

**Diante da situação hipotética e com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o referido protesto é**

- a) legítimo, pois independe de lei municipal, uma vez que está embasado em dispositivo de lei federal.**
- b) nulo, porque expõe a público a situação financeira da devedora, sendo certo que a CDA goza de sigilo fiscal, hodiernamente acrescido da proteção da Lei de Acesso à Informação.**
- c) legítimo, pois, em se tratando de crédito público, é desnecessária qualquer previsão legal que o autorize, bastando, para esse fim, a apresentação da CDA.**
- d) nulo, haja vista a necessidade de lei municipal que o autorize, dada a competência tributária e legislativa concorrente dos municípios para essa finalidade.**

**e) nulo, porque o crédito tributário já goza de preferência e privilégios que o fazem prevalecer sobre outros créditos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**, pois revela o teor da tese fixada no Tema Repetitivo nº 777: “A Fazenda pública possui interesse e pode efetivar o protesto da CDA, documento de dívida, na forma do art. 1º, parágrafo único, da Lei 9.492/1997, com a redação dada pela Lei 12.767/2012.”

A questão aborda o tema cobrança do crédito tributário.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas B, C, D e E não revelam o entendimento do STJ, razão pela qual estão incorretas.

**QUESTÃO 69. Quando a lei, no modelo tributário adotado no Brasil, possibilita ao sujeito passivo optar pela adoção do lucro real ou do lucro presumido, para fins de tributação, tem-se uma das aplicações do princípio tributário implícito da**

**a) estabilidade.**

**b) razoabilidade.**

**c) ingerência.**

**d) praticidade.**

**e) proporcionalidade.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema princípios tributários.

A alternativa A está incorreta pois estabilidade sequer é princípio de direito tributário

A alternativa B está incorreta pois o princípio da razoabilidade em direito tributário (como no direito em geral) busca coibir atos estatais abusivos, o que não se verifica no caso da alternativa.

A alternativa C está incorreta pois ingerência sequer é princípio de direito tributário

A alternativa D está correta pois, pelo princípio da praticidade ou praticabilidade, todos os meios e técnicas devem ser utilizadas com o objetivo de tornar simples e viável a execução das leis. Em geral, presunções, ficções legais, lucros presumidos, dentre outras técnicas, são meios dos quais se socorre o legislador para conferir praticidade à execução das leis.

A alternativa E está incorreta pois o princípio da proporcionalidade em direito tributário (tal qual o princípio da razoabilidade) busca coibir atos estatais abusivos, o que não se verifica no caso da alternativa. Vale

lembrar que, como regra, o STF utiliza os princípios da proporcionalidade e razoabilidade como sinônimos, embora haja divergência doutrinária.

**QUESTÃO 70.** No que se refere aos orçamentos, estabelece a Constituição Federal que as emendas individuais impositivas, apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual, poderão alocar recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios por meio de transferência especial ou transferência com finalidade definida.

A esse respeito, é correto afirmar que

a) o ente federativo beneficiado pela transferência especial ou pela transferência com finalidade definida poderá optar pela aplicação dos recursos delas provenientes para pagamento dos encargos referentes ao serviço da dívida, quando o objetivo for a diminuição do saldo devedor.

b) os recursos recebidos por transferência especial ou por transferência com finalidade definida são considerados na receita do ente federativo beneficiado, para fins do cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo.

c) os recursos obtidos por transferência com finalidade definida pertencerão ao Estado, ao Município ou ao Distrito Federal e serão repassados diretamente ao ente beneficiado ao qual passarão a pertencer no ato da efetiva transferência financeira.

d) dos recursos provenientes das transferências especiais, pelo menos 75% deverão ser aplicados em despesas de custeio do ente beneficiado e para fins de pagamento dos encargos referentes ao serviço da dívida.

e) quando obtidos em razão de transferência com finalidade definida, os recursos serão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar e aplicados em áreas de competência da União.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda o tema emendas impositivas ao Orçamento.

A alternativa A está incorreta pois é vedada a aplicação de recursos oriundos de emendas impositivas em pagamentos de encargos referentes ao serviço da dívida, conforme art. 166-A, § 1º, II, da CF: “Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de: II - encargos referentes ao serviço da dívida.”

A alternativa B está incorreta pois contraria o disposto no art. 166-A, § 1º, da CF: “Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do

art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de:”

A alternativa C está incorreta pois as características apresentadas se referem a transferência especial e não às transferências com finalidade definida, conforme art. 166-A, § 2º, da CF: “Na transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo, os recursos: I - serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congêneres; II - pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira; e III - serão aplicadas em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado, observado o disposto no § 5º deste artigo.”

A alternativa D está incorreta pois a regra é que haja afetação de 70% da receita proveniente de transferências especiais às despesas de capital, restando apenas 30% ou menos para aplicação em despesas de custeio, conforme art. 166-A, § 5º, da CF: “Pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais de que trata o inciso I do caput deste artigo deverão ser aplicadas em despesas de capital, observada a restrição a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo”. Ainda, é vedada a aplicação de recursos oriundos de transferências especiais em pagamentos de encargos referentes ao serviço da dívida, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa E está correta pois revela o teor do art. 166-A, § 4º, da CF: “Na transferência com finalidade definida a que se refere o inciso II do caput deste artigo, os recursos serão: I - vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar; e II - aplicados nas áreas de competência constitucional da União.

**QUESTÃO 71. De acordo com o que estabelece a Lei nº 4.320/1964, é classificada como investimento a dotação destinada**

**a) à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidade de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital.**

**b) à manutenção de serviços criados anteriormente, inclusive para atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.**

**c) a planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização das últimas.**

**d) a despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.**

**e) a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o tema classificação da despesa pública.

A alternativa A está incorreta pois a despesa descrita é classificada como inversão financeira, conforme art. 12, §5º, II, da Lei nº 4.320/1964: “Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital”.

A alternativa B está incorreta pois a despesa descrita é classificada como despesa de custeio, conforme art. 12, § 1º, da Lei nº 4.320/1964: “Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis”.

A alternativa C está correta, pois revela o teor do art. 12, § 4º, da Lei nº 4.320/1964: “Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro”.

A alternativa D está incorreta, pois a despesa descrita é classificada como transferência corrente, conforme art. 12, §2º, da Lei nº 4.320/1964: “Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.”

A alternativa E está incorreta, pois a despesa descrita é classificada como inversão financeira, conforme art. 12, §5º, III, da Lei nº 4.320/1964: “Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros”.

**QUESTÃO 72. João não declarou nem pagou certo tributo sujeito a lançamento por homologação e devido relativamente a uma operação cujo fato gerador ocorreu na data de 15 de março de 2018. Em consequência, na data de 20 de outubro de 2023, João foi autuado e notificado pela autoridade fazendária, sendo certo que, não tendo sido cumprido o pagamento decorrente da autuação, a dívida foi inscrita em 15 de dezembro do mesmo ano e promovida a competente ação executiva fiscal em 15 de janeiro de 2024. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que**

**a) o crédito tributário constituiu-se na data do fato gerador, pois, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, é dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco, de modo que João deverá, em sede de exceção de pré-executividade, arguir prescrição do direito fiscal, cujo termo inicial da contagem é a data de 15 de março de 2018.**

**b) a autuação deu-se dentro do prazo para sua efetivação, tendo em vista que, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação e diante da ausência de declaração e de pagamento por parte de João, a contagem do prazo decadencial iniciara-se em 1º de janeiro de 2019, nada podendo ser alegado em sentido contrário.**

c) João, em sede de embargos do devedor, deverá arguir prescrição do direito fiscal, cujo termo final da contagem deu-se em 16 de março de 2023, pois, tratando-se de tributo lançado por homologação, que independe de qualquer outra providência fiscal, a constituição definitiva do crédito deu-se na data da ocorrência do fato gerador.

d) a autoridade fazendária pode cobrar seu crédito dentro de cinco anos, iniciando-se a contagem do prazo na data da inscrição na dívida ativa, qual seja, até 15 de dezembro de 2023, data da constituição definitiva do crédito tributário.

e) João, em sede de exceção de pré-executividade, deverá arguir decadência do direito fiscal, cuja contagem do prazo decadencial iniciara-se na data da ocorrência do fato gerador, por se tratar de tributo sujeito a lançamento por homologação.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda os temas constituição do crédito tributário, prescrição e decadência.

A alternativa A está incorreta pois o crédito tributário é constituído pelo lançamento e não com a ocorrência do fato gerador, conforme art. 142 do CTN: “Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível”. Ademais, o lançamento deverá ser efetuado de ofício, com fundamento no art. 149, II, do CTN: “O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos: II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária”.

A alternativa B está correta pois revela o teor da Súmula 555 do STJ: “Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa”. O art. 173, I, do CTN, por sua vez, expressa o seguinte: “O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado”.

A alternativa C está incorreta pelos mesmos motivos da alternativa A.

A alternativa D está incorreta pois o prazo prescricional tem início com a constituição definitiva do crédito tributário e não com a inscrição do crédito em dívida ativa, conforme art. 174, *caput*, do CTN: “A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.”

A alternativa E está incorreta pelos mesmos motivos da alternativa A.

**QUESTÃO 73.** Acerca da representação penal para fins fiscais, a jurisprudência exige, em regra, a constituição definitiva do crédito tributário, admitindo, todavia, quando se tratar de crime material, a instauração de inquérito como medida imprescindível para a própria apuração do tributo devido. Entre as

previsões da Lei nº 8.137/1990, a jurisprudência, contudo, não exige a prévia constituição definitiva do crédito, quando a conduta do agente for a de

a) negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativo a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-lo em desacordo com a legislação.

b) fraudar a fiscalização, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.

c) falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.

d) omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.

e) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema crimes contra a ordem tributária.

A alternativa A está correta pois revela o teor da Súmula Vinculante 24: “Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo”. A conduta descrita na alternativa está prevista no art. 1º, V, da Lei nº 8.137/1990, não sendo alcançada, portanto, pelo enunciado sumular.

A alternativa B está incorreta pois contraria o teor da Súmula Vinculante 24: “Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo”. A conduta descrita na alternativa está prevista no art. 1º, II, da Lei nº 8.137/1990.

A alternativa C está incorreta pois contraria o teor da Súmula Vinculante 24: “Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo”. A conduta descrita na alternativa está prevista no art. 1º, III, da Lei nº 8.137/1990.

A alternativa D está incorreta pois contraria o teor da Súmula Vinculante 24: “Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo”. A conduta descrita na alternativa está prevista no art. 1º, I, da Lei nº 8.137/1990.

A alternativa E está incorreta pois contraria o teor da Súmula Vinculante 24: “Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo”. A conduta descrita na alternativa está prevista no art. 1º, IV, da Lei nº 8.137/1990.

**QUESTÃO 74.** Um membro do Ministério Público exercia o magistério em uma universidade particular da comarca em que atua, em horário compatível com o exercício de suas funções. Com o grande sucesso de suas aulas, muito apreciadas entre os alunos, o membro optou por constituir uma sociedade limitada unipessoal, que tem por objeto a gravação e comercialização de aulas em plataforma online.

Diante dessa situação hipotética, o membro do Ministério Público

a) **Infringiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, pois realizou atos de comércio e exerceu o magistério de forma remunerada, práticas vedadas aos membros do Ministério Público.**

b) **Não infringiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, pois os atos realizados relacionam-se ao magistério e a sociedade da qual participa é empresária, e não sociedade simples.**

c) **Infringiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, pois exerceu o magistério de forma remunerada, prática vedada aos membros do Ministério Público.**

d) **Não infringiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, pois os atos realizados relacionam-se ao magistério, prática permitida aos membros do Ministério Público.**

e) **Infringiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, pois desempenhou atividade empresarial de forma individualizada, em sociedade unipessoal, prática vedada aos membros do Ministério Público.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda as vedações aos membros do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta, pois a infração à Lei Orgânica Nacional do Ministério Público ocorreu no que diz respeito às práticas de comércio ou de sociedade comercial, consoante art. 44, III, da Lei 8.625, que determina: "Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;". Ademais, o desempenho da atividade de magistério de forma remunerada não é prática vedada ao membro do Ministério Público, podendo, inclusive, dar-se enquanto função pública, veja: "Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério;".

A alternativa B está incorreta, pois houve infração à Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, que veda quaisquer práticas de comércio, com exceção das condições de cotista ou acionista. Veja: "Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;".

A alternativa C está incorreta, pois a prática da atividade de magistério de forma remunerada não é prática vedada ao membro do Ministério Público, podendo, inclusive, dar-se enquanto função pública, veja: "Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério;". Ademais, os membros do Ministério Público da União e dos Estados somente não poderão exercer o magistério caso haja incompatibilidade de horário com os de exercício das funções institucionais, consoante Resolução nº 73 do CNMP, veja: " Art. 2º Somente será permitido o exercício da docência ao membro, em qualquer hipótese, se houver compatibilidade de horário com o do exercício das funções ministeriais, e desde que o faça em sua comarca ou circunscrição de lotação, ou na mesma região metropolitana. (Redação dada pela Resolução nº 132, de 22 de setembro de 2015)".

A alternativa D está incorreta, pois a instituição de uma sociedade limitada unipessoal pelo membro do MP constitui atividade de comércio/empresarial, vedada pela Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, veja: "Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;". Além disso, conforme a Resolução nº 73 do CNMP, as atividades de gerenciamento da instituição não se enquadram como de magistério, veja: "§

4º Não estão compreendidas nas atividades previstas no parágrafo anterior as de natureza administrativo-institucional e outras atribuições relacionadas à gestão da instituição de ensino."

A alternativa E está correta, pois, de fato, o membro do MP infringiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público ao desempenhar atividade empresarial de forma individualizada, em sociedade unipessoal, prática vedada aos membros do Ministério Público. Veja: "Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;".

**QUESTÃO 75. O Tribunal de Justiça de determinado Estado publica decisão de um recurso tempestivo em certa ação civil pública, acolhendo integralmente a manifestação exarada pelo promotor público que atuou em primeiro grau de jurisdição. Não obstante, o membro do Ministério Público que atua em segunda instância discorda do teor da decisão e pretende recorrer.**

**Em vista dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

- a) O membro do Ministério Público de segunda instância poderá recorrer com base na hierarquia institucional superior desse membro em relação ao promotor de primeiro grau de jurisdição.**
- b) A atuação do membro do Ministério Público de segunda instância não poderá confrontar a atuação do promotor de primeiro grau de jurisdição, pois tal ação contraria o princípio institucional da indivisibilidade.**
- c) A atuação do membro do Ministério Público de segunda instância não poderá confrontar a atuação do promotor de primeiro grau de jurisdição, pois tal ação contraria o princípio institucional da unidade.**
- d) O membro do Ministério Público de segunda instância poderá recorrer com base no princípio institucional da independência funcional.**
- e) A atuação do membro do Ministério Público de segunda instância não poderá confrontar a atuação do promotor de primeiro grau de jurisdição com base no princípio da economia processual.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda os princípios que regem o Ministério Público.

A alternativa A está incorreta, pois o membro do Ministério Público de segunda instância poderá recorrer com base no princípio da independência funcional, tendo em vista que não há hierarquia funcional no âmbito das atividades institucionais do MP, sendo ela considerada somente em relação a atos administrativos e de gestão. Assim dispõe a CF: "Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional." Outrossim, de acordo com o professor do Estratégia Concursos Renan Araújo, sobre o princípio da Independência Funcional: "(...) este princípio garante que os membros do Ministério Público, no exercício de suas funções, não se submetam a nenhuma hierarquia de ordem ideológico-jurídica. O membro do MP tem liberdade total para atuar conforme suas ideias jurídicas (...)". (ARAÚJO, Renan. Estratégia Concursos. Disponível em: <<https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>>. Acesso em: 09 de abr. 2024.)

A alternativa B está incorreta, pois é possível que o membro do Ministério Público de segunda instância recorra, com base no princípio da independência funcional; não se trata, assim, do princípio da

indivisibilidade, que, de acordo com o professor do Estratégia Concursos, Renan Araújo: "Pelo princípio da indivisibilidade, os membros do MP (do mesmo ramo) podem se substituir uns aos outros, sem qualquer impedimento. Na verdade, esse princípio deriva do princípio da unidade, pois tira seu fundamento daquele. Vejamos: Por que os membros do MP podem se substituir uns aos outros? Porque quem atua no processo não é o promotor (ou Procurador da República, Procurador do Trabalho, etc.), é o MP. O membro do MP é apenas o meio utilizado para a materialização da vontade do MP." (ARAÚJO, Renan. Estratégia Concursos. Disponível em: <<https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>>. Acesso em: 09 de abr. 2024.)

A alternativa C está incorreta, pois é possível que o membro do Ministério Público de segunda instância recorra, com base no princípio da independência funcional; não se trata do princípio da unidade, que, de acordo com o professor do Estratégia Concursos, Renan Araújo: "Por princípio da unidade entende-se que o MP é apenas um, embora cada membro seja o "próprio MP". Sendo assim, a manifestação de um membro do MP em um processo, por exemplo, representa a vontade do MP enquanto instituição. Todos os membros do MP formam um só corpo. Não se pode dizer que, num dado processo, o Procurador fulano pediu a condenação do réu. Quem pediu a condenação não foi o Procurador, foi o Ministério Público, pois ele age em nome do MP. Ou melhor, o promotor, no exercício das suas atribuições, é o MP." (ARAÚJO, Renan. Estratégia Concursos. Disponível em: <<https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>>. Acesso em: 09 de abr. 2024.)

A alternativa D está correta, pois, de fato, o membro do Ministério Público de segunda instância poderá recorrer, com base no princípio institucional da independência funcional. Assim dispõe a CF: "Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional." Sobre o princípio da independência funcional, o professor do Estratégia Concursos, Igor Maciel, explica que: "(...) consubstancia-se na ideia de que o órgão do Ministério Público é independente no exercício de suas funções, não ficando sujeito às ordens de quem quer que seja, somente devendo prestar contas de seus atos à Constituição, às leis e à sua consciência. A hierarquia existente na instituição restringe-se às questões de caráter administrativo, realizada pelo Chefe da Instituição, mas nunca, como dito, de caráter funcional." (MACIEL, Igor. Estratégia Concursos. Disponível em: <<https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>>. Acesso em: 09 de abr. 2024.)

A alternativa E está incorreta, pois é possível que o membro do Ministério Público de segunda instância recorra, com base no princípio da independência funcional; o princípio da economia processual rege o processo como um todo, não se tratando de princípio institucional do MP, consoante a Constituição: "Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional." Sobre o princípio da economia processual, seu objetivo é orientar os atos processuais, a fim de que a atividade jurisdicional seja prestada de forma a produzir o máximo de resultados com o mínimo de esforços. Segundo Gonçalves (2009, p. 26): "(...) deve-se buscar os melhores resultados possíveis com o menor dispêndio de recursos e esforços (...)". (GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. Volume 1: teoria geral e processo de conhecimento. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.)

**QUESTÃO 76. Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que integram a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, pretende-se**

a) assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos, aumentando, até 2030, em pelo menos um terço a taxa global de melhoria da eficiência energética.

b) assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

c) erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, sendo que, até 2030, será mantida a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens.

d) assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar e a saúde mental para todos, em todas as idades; até 2030, reduzir pela metade, via prevenção e tratamento, a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis.

e) até 2030, erradicar a pobreza extrema – atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 2,00 por dia – para todas as pessoas em todos os lugares.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**, conforme se verifica do Objetivo n.º 4 para o Desenvolvimento Sustentável: “Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Além disso, o item 4.6 destaca como objetivo específico: “Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática”.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com a meta 7.3, o objetivo é: “Até 2030, dobrar (e não aumentar em 1/3) a taxa global de melhoria da eficiência energética”.

A alternativa C está incorreta, pois conforme meta 2.5 a manutenção da diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens será mantida até 2020 (e não até 2030).

A alternativa D está incorreta, pois conforme a meta 3.4, o objetivo é: “Até 2030, reduzir em um terço (e não pela metade) a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar”.

A alternativa E está incorreta, pois o critério de valor utilizado para definir pobreza extrema é quem vive com até US\$ 1,25 por dia, conforme meta 1.1: “Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia”.

**QUESTÃO 77. João tem diploma de curso superior, mas, em razão do rompimento dos seus vínculos familiares, é morador de rua há mais de 10 anos. Nesse momento, é atendido por um lar temporário. Sempre tentou exibir as mínimas condições de higiene e vestimenta. Estava passando em frente à sede do Ministério Público do Estado X e, sabendo que tal órgão faz atendimento ao público, entrou no recinto para pedir uma informação. O segurança do prédio pediu que se retirasse, pois, pela regra do local, da forma como ele estava trajado, não poderia lá permanecer.**

**Diante desse cenário hipotético, com base na Recomendação nº 53, de 28 de março de 2017 (CNMP), assinale a alternativa correta.**

**a) As regras apresentadas pelo segurança do local são válidas e aplicáveis a quaisquer cidadãos que adentrarem ao prédio do Ministério Público.**

**b) Qualquer cidadão, incluindo João, que queira ser atendido pelo Ministério Público deve marcar um horário previamente.**

**c) João não pode ser caracterizado nesse momento como pessoa em situação de rua, pois está sendo assistido por um lar temporário.**

**d) Por questões de segurança, o acesso de João ao local depende da apresentação de um documento de identificação.**

**e) A Unidade Ministerial poderá adotar mecanismos próprios de segurança institucional, e João deverá ser atendido em ambiente adequado, acompanhado por agente de segurança ou colaborador devidamente capacitado.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda o acesso das pessoas em situação de rua às dependências do Ministério Público brasileiro.

A alternativa A está incorreta, pois o acesso às dependências do Ministério Público é garantido a todos, inclusive à população em situação de rua, sem qualquer formalidade discriminatória. É o teor do artigo 1º, da Recomendação nº 53, de 28 de março de 2017 do CNMP, veja: "Os ramos do Ministério Público da União e dos Estados devem garantir o direito de acesso da população em situação de rua às dependências do Ministério Público, sem qualquer formalidade discriminatória." Ademais, as vestimentas da pessoa em situação de rua não constituirão óbice à sua entrada nos recintos, veja: "Art. 2º A situação de asseio ou vestimenta não condizentes com as eventualmente exigidas por órgãos do Ministério Público não constituirá óbice ao exercício do direito previsto no artigo anterior pela população em situação de rua."

A alternativa B está incorreta, pois conforme a resolução do CNMP nº 88, de 28 de agosto de 2012, o atendimento do Ministério Público a qualquer cidadão prescinde de agendamento de horários. Vejamos: "Art. 1º O membro do Ministério Público, no exercício das funções institucionais previstas no art. 129 da Constituição da República ou de sua atuação em face da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, deve prestar atendimento ao público, sempre que solicitado, e em local e horário adequados, com a finalidade de avaliar as demandas que lhe sejam dirigidas. § 1º O disposto no caput deste artigo inclui o atendimento ao advogado de qualquer uma das partes ou de terceiros interessados, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada."

A alternativa C está incorreta, pois a Recomendação do CNMP nº 53, de 28 de março de 2017, inclui como "pessoa em situação de rua" mesmo aquelas que se encontrem em unidades de acolhimento temporário, veja: "Art. 1º Os ramos do Ministério Público da União e dos Estados devem garantir o direito de acesso da população em situação de rua às dependências do Ministério Público, sem qualquer formalidade discriminatória. Parágrafo único. Para os fins desta Recomendação, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros

públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória."

A alternativa D está incorreta, pois mesmo que as normas de segurança interna determinem a apresentação de um documento de identificação, à pessoa em situação de rua será concedida autorização especial para o ingresso no recinto. Veja: "Art. 3º Se as normas de segurança interna exigirem a exibição de documento pessoal para acesso às dependências do Ministério Público, será concedida autorização especial para o ingresso de pessoas em situação de rua, sem que lhe sejam impostas situações de constrangimento ou humilhação. Parágrafo único. A autorização especial não dispensará a identificação da pessoa em situação de rua, como o registro fotográfico e o fornecimento de informações pessoais, quando possível."

A alternativa E está correta, pois é o que prevê o art. 4º da Recomendação nº 53, de 28 de março de 2017 do CNMP, veja: "A garantia de amplo acesso às dependências do Ministério Público não impede que a Unidade Ministerial adote mecanismos próprios de Segurança Institucional, como o atendimento da pessoa em situação de rua em ambiente adequado e o seu acompanhamento por agente de segurança ou colaborador devidamente capacitado."

**QUESTÃO 78.** Marta, aos 18 anos, sofreu um acidente de automóvel e ficou com sua capacidade cognitiva diminuída, sendo que sua mãe, Joana, é sua curadora definitiva e tem com ela os cuidados cotidianos. Hoje Marta está com 45 anos, e Joana agendou exames ginecológicos para si e para sua filha.

Nesse contexto hipotético, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.080/90 (Sistema Único de Saúde), assinale a alternativa correta.

a) Tanto Marta quanto Joana, durante a realização de exames em unidades públicas ou privadas, têm direito a um acompanhante, por todo o período de atendimento, mesmo sem qualquer notificação prévia ao estabelecimento onde farão exames e consultas.

b) Joana só poderia estar assistida por um acompanhante nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), da rede própria ou conveniada, se estivesse em trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

c) Se Joana necessitar fazer exame que lhe diminua a consciência, com uso de sedativos, e não estiver com um acompanhante, o exame não será realizado, mesmo que ela renuncie, por escrito, ao direito de ter um acompanhante.

d) Passando Marta por uma situação de urgência e emergência, os profissionais de saúde devem aguardar a presença de Joana para atuar na defesa de sua saúde, já que ela é curadora definitiva da filha.

e) Joana deve ter como acompanhante sua mãe em todos os procedimentos, inclusive se necessitar de atendimento realizado em Unidade de Terapia Intensiva, mesmo que o corpo clínico alegue que tal acompanhamento possui restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o uso de acompanhantes por mulheres em procedimentos nas unidades de saúde.

A alternativa A está correta, pois é o que prevê o art. 19-J da Lei nº 8.080/90, veja: "Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-

se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023)"

A alternativa B está incorreta, pois a Lei nº 8080/90 garante à mulher, seja em consultas, exames ou demais procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, o direito a um acompanhante maior de idade. Veja: "Art. 19-J. Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023)".

A alternativa C está incorreta, pois na hipótese de procedimentos que reduzam a consciência da paciente, caso não indique acompanhante, é facultado à mesma aceitar a pessoa designada pela unidade de saúde, solicitar a indicação de outra pessoa, bem como renunciar a tais direitos, desde que por escrito, com no mínimo 24 horas de antecedência. Veja: "Art. 19-J. Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023). § 2º No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente, que poderá recusar o nome indicado e solicitar a indicação de outro, independentemente de justificativa, registrando-se o nome escolhido no documento gerado durante o atendimento. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023) § 2º-A Em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito previsto neste artigo deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, assinada por ela e arquivada em seu prontuário. (Incluído pela Lei nº 14.737, de 2023)".

A alternativa D está incorreta, pois neste caso, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e defesa da saúde e da vida da paciente. Veja o que determina a Lei 8.080/90: "Art. 19-J. Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023) § 5º Em casos de urgência e emergência, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e defesa da saúde e da vida da paciente, ainda que na ausência do acompanhante requerido. (Incluído pela Lei nº 14.737, de 2023)".

A alternativa E está incorreta, pois nas unidades de terapia intensiva, caso o corpo clínico alegue que tal acompanhamento possui restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, ele poderá restringir-se a acompanhante que seja profissional da saúde. Veja: "Art. 19-J. Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023) § 4º No caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico, somente será admitido acompanhante que seja profissional de saúde. (Incluído pela Lei nº 14.737, de 2023)".

**QUESTÃO 79. Hipoteticamente, Ana é casada com Jordan há 25 anos. Nos últimos anos, Jordan vinha apresentando um comportamento oscilante, entre intensa euforia e momentos de grave depressão, sendo**

diagnosticado há três anos como portador de Transtorno Bipolar Tipo I (grave). Foi orientado a se medicar e fazer terapia, sendo que Ana controla seus medicamentos e o leva às terapias semanalmente, fazendo de tudo para que o tratamento de seu marido o ajude a ficar emocionalmente estável. Recentemente, Jordan teve um surto e, agindo em estágio de euforia, distribuiu 200 mil reais em dinheiro às pessoas que passavam pela rua. Jordan não tem, nesse momento, qualquer tipo de curatela e está descontrolado há três semanas, mesmo estando medicado e comparecendo às sessões de terapias. Considerando que, nesse momento, Jordan está na fase agressiva e depressiva de sua patologia e ameaça matar Ana, além de dizer que se matará se alguém tentar impedi-lo, assinale a alternativa correta, com base na Lei no 10.216/2001.

a) Ana poderá requerer a internação compulsória de Jordan, em razão de ser sua esposa, desde que assine para isso um termo de responsabilidade.

b) Ana só poderia requerer a internação involuntária de Jordan caso portasse um termo de curatela do marido, mesmo que provisória.

c) Jordan poderá ser internado involuntariamente a pedido de Ana, sendo que, em 72 horas de sua internação, o responsável técnico do estabelecimento deverá avisar o Ministério Público Estadual sobre o acolhimento ao paciente.

d) Sendo Jordan internado involuntariamente, sua alta somente ocorrerá quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento, por ser essa a única hipótese prevista na legislação em análise.

e) Jordan não poderá ser internado, por ser um paciente em tratamento com medicamentos, devendo, então, serem utilizadas outras ferramentas de auxílio ao controle à doença antes de submetê-lo a uma internação.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata das modalidades de internação previstas na Lei 10.216/01.

A alternativa A está incorreta. Na condição de esposa de Jordan, Ana possui legitimidade ativa para formular o pedido de internação compulsória de seu marido, que deverá ser apreciado pelo magistrado e somente poderá ser decretado mediante um laudo médico circunstanciado que descreva os motivos da internação, e desde que o estabelecimento em questão possua condições de segurança para receber o paciente. Todavia, a legislação não faz qualquer exigência de apresentação de um termo de responsabilidade por parte de Ana para que ela possa requerer a internação compulsória, o que torna a alternativa incorreta.

Vejamos o que diz a Lei 10.216/01: “Art. 6º A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. [...] Art. 9º A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários”.

A alternativa B está incorreta. A internação voluntária, pela sua própria natureza, pode ser requerida por um terceiro, sendo que, em regra, esse terceiro é um familiar ou uma pessoa próxima do paciente em questão. No caso concreto, como já dito acima, Ana possui legitimidade para requerer a internação de seu marido, o que também abrange a internação involuntária. O erro da alternativa está na menção ao termo de curatela,

que é absolutamente dispensado, tendo em vista que a sua exigência acabaria obrigando a realização de uma prévia ação de interdição, o que resultaria em uma maior estigmatização das pessoas portadoras de doenças mentais. A Lei 10.216/01, ao tratar da internação involuntária, menciona o seguinte: “Art. 6º [...] Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica: [...] II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro. [...] Art. 8º A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento”. Percebe-se, a partir da leitura dos dispositivos, que não há qualquer necessidade de apresentação de um termo de curatela para que o terceiro (nesse caso, a esposa) possa solicitar a internação involuntária do paciente.

A alternativa C está correta. Como já estabelecemos acima, Ana possui legitimidade ativa para requerer a internação involuntária de seu marido. Além disso, a Lei 10.216/01 estabelece expressamente a necessidade de comunicação ao Ministério Público a respeito da implementação da medida em questão, como se vê do §1º do art. 8º da referida legislação: “A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta”.

A alternativa D está incorreta. Em verdade, na hipótese de internação involuntária, a legislação estabelece outras hipóteses em que a alta poderá ocorrer. Isso está no §2º do art. 8º da Lei 10.216/01: “O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento”. Portanto, percebe-se que a decisão do especialista responsável pelo tratamento não é a única hipótese legalmente prevista para a realização da alta hospitalar.

A alternativa E está incorreta, pois não existe vedação legal à internação de um paciente que esteja sendo tratado por medicamentos. Todavia, é fato que a internação psiquiátrica não pode ser a primeira medida a ser adotada, pois, por expressa previsão legal, ela se destina às situações em que os recursos extra-hospitalares (incluindo, aqui, os medicamentos) não se mostrarem suficientes para a resolução do problema. Nessa situação concreta, é possível afirmar que a internação se faz necessária, tendo em vista que o enunciado foi claro ao afirmar que, mesmo com o uso de medicamentos e a realização de terapia contínua, a situação de Jordan ainda está se deteriorando, o que pode justificar o uso da medida extrema prevista na legislação. Para comprovar o que foi afirmado acima, podemos verificar o que diz a Lei 10.216/01: “Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. §1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio. §2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros. §3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no §2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º”.

**QUESTÃO 80.** Hipoteticamente, Joana Antunes é uma mulher transexual, que não fez cirurgia para alteração de sexo biológico e que, na universidade pública estadual em que está matriculada, pretende assim ser tratada, e não pelo seu nome registral, que atualmente é João Antunes. De acordo com a Nota Técnica 08/2016 do CNMP, assinale a alternativa correta.

a) Se Joana fosse adolescente, não teria reconhecido o seu direito a ser tratada pelo nome social, pois tal determinação se aplica apenas para maiores de idade.

b) Deve-se garantir o direito ao reconhecimento e à adoção de nome social em benefício de Joana, mediante solicitação dela perante a universidade.

c) Joana só poderia ter seu nome alterado nos registros da universidade se já tivesse feito a cirurgia para alteração de sexo biológico.

d) Somente se o registro de nascimento de Joana estivesse alterado, a universidade estaria obrigada a tratá-la pelo nome pretendido.

e) Para que Joana assim seja tratada pela universidade, deverá apresentar uma ordem judicial que garanta seu direito.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre a atuação do Ministério Público na proteção do direito fundamental à não discriminação e não submissão a tratamentos desumanos e degradantes de pessoas travestis e transexuais, especialmente quanto ao direito ao uso do nome social, nos termos da Nota Técnica do CNMP n.º 8/2016. Como argumentos trazidos no instrumento mencionado, cabe de destacar: “O processo judicial de alteração do nome civil é longo e demorado. Usualmente, muito antes da alteração do nome civil já há a consolidação de uma apresentação social em gênero diverso do constante do registro civil, com o uso de nome social adequado à orientação de gênero. A ordem jurídica, constitucional, legal e infralegal, ampara o direito ao reconhecimento do nome social da população LGBTI, razão pela qual a sua obstaculização afronta os valores e princípios constitucionais da vedação à discriminação odiosa, da igualdade, da liberdade de consciência, da privacidade, da proscricção de todas as formas de discriminação, da proibição de tratamentos desumanos ou degradantes, assim como ofende a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, art. 3º, inciso IV, art. 5º, caput, e incisos III, VI, VIII, X e XLI, todos da CF/88)”. (Nota Técnica do CNMP n.º 8/2016, p. 9)

A alternativa A está incorreta, pois a Nota Técnica é clara quanto à possibilidade do reconhecimento à adolescentes do direito ao uso e reconhecimento do nome social: “O direito ao reconhecimento da identidade de gênero também alcança adolescentes, no seu tratamento escolar. A atuação nesses casos deve considerar o efetivo amadurecimento desse autorreconhecimento pelo adolescente, em sua transição para uma apresentação social distinta de seu sexo biológico, o acompanhamento a ser realizado pela família do adolescente para que seja aceita sua identidade de gênero e a necessária mediação com a comunidade escolar”. (Nota Técnica do CNMP n.º 8/2016, p. 14)

A alternativa C está incorreta, pois o reconhecimento e uso do nome social independe de procedimento cirúrgico: “[...] o contexto atual em que estão inseridos os direitos da população LGBT vem possibilitando o reconhecimento do direito ao nome social no tratamento pelos órgãos públicos, ainda mais diante do atual cenário jurisprudencial, que vem admitindo a possibilidade de alteração do prenome de transexuais e/ou travestis (denominados “trans”) perante o registro civil, independentemente de prévia cirurgia de mudança de sexo, tendo em vista o direito fundamental ao autorreconhecimento. O fato de não haver lei regulamentando o uso do nome social não impede a eficácia imediata dos direitos fundamentais imbrincados”. (Nota Técnica do CNMP n.º 8/2016, p. 14)

A alternativa D está incorreta, pois conforme comentário à alternativa B, é dispensável qualquer alteração no registro civil para o reconhecimento do direito ao uso do nome social.

A alternativa E está incorreta, pois o pleito de Joana independe de decisão judicial, podendo ser obtido administrativamente.

**QUESTÃO 81. Acerca do entendimento jurisprudencial do STF sobre questões que envolvem o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.**

**a) Compete à Justiça Estadual processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente, quando praticados por meio virtual.**

**b) É dever estatal assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade.**

**c) O § 1º do artigo 75 da Lei nº 6.815/1980 não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, sendo possível a expulsão de estrangeiro cujo filho brasileiro foi reconhecido ou adotado posteriormente ao fato ensejador do ato expulsório.**

**d) Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira.**

**e) É inconstitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações, ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei, ou (iii) seja objeto de determinação da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, com base em consenso médico-científico.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento acerca da jurisprudência do STF em temas relacionados ao Direito da Criança e do Adolescente.

A alternativa A está incorreta, pois trata-se de competência da justiça federal, consoante entendimento fixado pelo STF em sede de repercussão geral no Tema 393: “Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico, acessível transnacionalmente, envolvendo criança ou adolescente, quando praticados por meio da rede mundial de computadores (arts. 241, 241-A e 241-B da Lei nº 8.069/1990)”.

A alternativa B está incorreta, pois é dever estatal assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade. Sobre o conteúdo, destaca-se o Tema 548 de Repercussão Geral do STF, segundo o qual: “1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica”. Ademais, o IV do art. 208 da Constituição Federal trata do dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças até 5 (cinco) anos de idade, nos seguintes termos: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.

A alternativa C está incorreta, pois, de acordo com o entendimento do STF, a expulsão de estrangeiro com filho brasileiro nascido depois do fato criminoso que motivou o ato expulsório é incompatível com os

princípios constitucionais da proteção à criança e à família. A Corte fixou a seguinte tese de repercussão geral: “O § 1º do artigo 75 da Lei nº 6.815/1980 não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, sendo vedada a expulsão de estrangeiro cujo filho brasileiro foi reconhecido ou adotado posteriormente ao fato ensejador do ato expulsório, uma vez comprovado estar a criança sob guarda do estrangeiro e deste depender economicamente”.

A alternativa D está correta, eis que em conformidade com a tese fixada pelo STF em sede de repercussão geral no Tema 822: “Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira”.

A alternativa E está incorreta. A tese de repercussão geral fixada no ARE 1267879 foi a seguinte: “É constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico. Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar”.

**QUESTÃO 82. Sobre a atual jurisprudência do STJ acerca das questões ambientais, assinale a alternativa correta.**

**a) É possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais independentemente da persecução penal concomitante da pessoa física que a represente, logo não incide a Teoria da Dupla Imputação.**

**b) A cumulação de obrigação de fazer, de não fazer e de indenizar na reparação de dano ambiental é obrigatória e está relacionada à impossibilidade de recuperação total da área degradada.**

**c) As ações propostas por pescadores artesanais que visam à reparação de danos materiais e morais decorrentes de dano ambiental devem ser ajuizadas no foro do seu domicílio.**

**d) A responsabilidade administrativa ambiental é de natureza objetiva.**

**e) O regime registral brasileiro não admite a averbação de informações facultativas de interesse ao imóvel, inclusive ambientais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da jurisprudência do STJ quanto aos crimes da Lei 9.605/98.

A alternativa A está correta. Atualmente, já está consolidado na jurisprudência o entendimento de que, para que a pessoa jurídica possa ser responsabilizada pela prática de um crime ambiental, não é obrigatória a simultânea persecução penal de nenhuma pessoa física. Em outras palavras, a pessoa jurídica pode ser responsabilizada de modo isolado em âmbito penal, sendo desnecessária a realização da dupla imputação. Esse entendimento foi fixado pelo STF no julgamento do RE 548.181, e, posteriormente, foi encampado também pelo STJ, como se pode ver a partir deste julgado: “A jurisprudência desta Corte, após o julgamento do RE 548.181 pela Suprema Corte, de relatoria da Ministra ROSA WEBER, DJe 30/10/2014, consolidou o entendimento segundo o qual é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais

independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que a represente” (AgRg no REsp 1.988.504).

A alternativa B está incorreta. Na verdade, essa cumulação, apesar de ser possível, não é obrigatória, pois nem sempre ela se verificará no caso concreto, já que, se for possível realizar a reparação completa do dano ambiental, poderá ser afastada a obrigação de natureza pecuniária. De um lado, o STJ possui entendimento sumulado afirmando a possibilidade de realização da cumulação: “Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar” (Súmula 629). De outro lado, a mesma Corte também afirma que essa cumulação não é obrigatória: “Ao decidir pela possibilidade, porém ausência de obrigatoriedade, na cumulação de condenações em reparação do dano ambiental e em indenização pecuniária, a instância de origem alinhou-se ao entendimento firmado no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, segundo o qual ‘Embora se admita, a princípio, a cumulação da obrigação reparatória do dano ambiental com a indenizatória, nos casos em que é possível a reparação completa, esta Corte Superior de Justiça tem o entendimento de que deve ser afastada a obrigação de natureza pecuniária’” (AgInt no REsp 1.538.112).

A alternativa C está incorreta. Na verdade, o entendimento atual do STJ afirma que, nessa hipótese, os pescadores, considerados consumidores por equiparação (art. 17, CDC), possuem a faculdade de ajuizar a ação de reparação de danos no foro do seu domicílio se assim o desejarem (art. 101, I, CDC), mas, por outro lado, também poderão ajuizá-la no local em que ocorreu o dano (art. 93, I, CDC). O seguinte julgado demonstra bem o entendimento da Corte: “A jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que, nas ações ajuizadas por pescadores artesanais visando à reparação de danos materiais e morais decorrentes de dano ambiental, aplica-se o disposto no art. 17 do Código de Defesa do Consumidor, sendo facultado ao consumidor o ajuizamento da ação no foro do seu domicílio” (AgInt no AREsp 1.724.320).

A alternativa D está incorreta. Ao contrário da responsabilidade civil ambiental, que, de fato, possui natureza objetiva, a responsabilidade administrativa ambiental tem natureza subjetiva, logo, a sua caracterização depende da presença de dolo ou culpa na conduta do agente transgressor. O referido entendimento é atualmente adotado pelo STJ: “No que tange à controvérsia recursal, de fato, consoante estampa o acórdão recorrido, esta Corte firmou entendimento segundo o qual a responsabilidade administrativa ambiental tem caráter subjetivo, exigindo-se a demonstração de dolo ou culpa e do nexo causal entre conduta e dano” (AgInt nos EDcl no REsp 1.967.742).

A alternativa E está incorreta. Essa alternativa contraria frontalmente o precedente qualificado firmado recentemente pelo STJ no âmbito do IAC 13, no qual a Corte fixou, entre outras, a seguinte tese: “O regime registral brasileiro admite a averbação de informações facultativas de interesse ao imóvel, inclusive ambientais”.

**QUESTÃO 83. A Lei no 12.187/2009 dispõe sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. Nessa legislação há o seguinte conceito: “os efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais”. Trata-se de**

**a) emissões.**

**b) sumidouro.**

c) impacto.

d) vulnerabilidade.

e) efeitos adversos.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Lei de Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009).

A alternativa A está incorreta. O conceito de emissões está no inciso III do art. 2º da legislação em questão, e é o seguinte: “liberação de gases de efeito estufa ou seus precursores na atmosfera numa área específica e num período determinado”.

A alternativa B está incorreta. O conceito de sumidouro está no inciso IX do art. 2º da legislação em questão, e é o seguinte: “processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa”.

A alternativa C está correta. De fato, o conceito mencionado no enunciado é exatamente aquele que a legislação estabelece para o impacto, que está previsto no inciso VI do art. 2º: “os efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais”.

A alternativa D está incorreta. O conceito de vulnerabilidade está no inciso X do art. 2º da legislação em questão, e é o seguinte: “grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, capacidade de adaptação, e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos”.

A alternativa E está incorreta. O conceito de efeitos adversos da mudança do clima está no inciso II do art. 2º da legislação em questão, e é o seguinte: “mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos”.

**QUESTÃO 84.** Hipoteticamente, um idoso de 61 anos questiona o Ministério Público de seu Estado se possui direito a transporte interestadual gratuito. Com base no texto atual do Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a resposta adequada a ser fornecida a esse idoso.

a) Idosos a partir de 65 anos têm direito a pagar apenas metade do valor da passagem interestadual, independentemente da comprovação de sua renda mensal, sendo que tal gratuidade se restringe ao transporte municipal.

b) Somente idosos a partir de 65 anos têm direito à gratuidade de transporte interestadual, se comprovado que possuem renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos, sendo reservadas quatro vagas por veículo para esse fim.

**c) Todos os idosos a partir de 60 anos têm direito a transporte interestadual gratuito, independentemente de sua renda mensal.**

**d) O direito ao transporte interestadual gratuito é garantido a idosos a partir de 65 anos com renda menor ou igual a um salário mínimo.**

**e) Idosos a partir de 60 anos têm direito à gratuidade de transporte interestadual se possuírem renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos, sendo reservadas duas vagas por veículo para esse fim.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou sobre o direito ao transporte gratuito, previsto no Estatuto da Pessoa Idosa. A alternativa está de acordo com o que dispõe o art. 40, I, do Estatuto da Pessoa Idosa: “Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para pessoas idosas com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos”.

A alternativa A está incorreta, por três razões básicas. Na hipótese (transporte interestadual) o benefício da gratuidade ou desconto(a) se destina à pessoa idosa (60 ou +) e não apenas aos que possuem a partir de 65 anos. Além disso, há a previsão do critério de renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos, nos termos do art. 40, II, do Estatuto da Pessoa Idosa: “Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: [...] II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para as pessoas idosas que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)”. Por fim, como já se viu, a gratuidade não se aplica apenas ao transporte municipal, mas também ao transporte interestadual, nos termos do já transcrito art. 40, I, do Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa B está incorreta, pois a pessoa idosa (com 60 anos ou mais) possui direito à gratuidade no transporte interestadual (não apenas quem tem 65 anos ou mais), de modo que são 2 (e não 4) vagas reservadas para tal finalidade, conforme o já mencionado art. 40, I, do Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa C está incorreta, pois a renda mensal igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos é um critério para o idoso acessar o benefício da gratuidade no transporte interestadual, nos termos do art. 40, I, do Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa D está incorreta, pois a pessoa idosa (com 60 anos ou mais) possui direito à gratuidade no transporte interestadual (não apenas quem tem 65 anos ou mais), sendo que o critério de renda é de até 2 (dois) e não apenas de até 1 (um) salário mínimo, nos termos do art. 40, I, do Estatuto da Pessoa Idosa.

**QUESTÃO 85. Para que Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos sejam incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro, são necessários alguns procedimentos para lhes dar validade. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**

**a) Para que um tratado internacional sobre direitos humanos tenha força de emenda constitucional, ele deverá ser aprovado em um turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros.**

**b) Para validade dos tratados internacionais sobre direitos humanos, aplica-se o modelo de duplicidade de vontades, sendo que o Legislativo aprova tal tratado por Decreto Legislativo, ingressando sempre como norma supraconstitucional no ordenamento jurídico brasileiro.**

**c) A primeira fase de incorporação do tratado internacional de direitos humanos na legislação nacional é promulgação interna do texto, seguida da ratificação e do depósito.**

**d) Os tratados sobre direitos humanos são aprovados aplicando-se a teoria do duplo estatuto dos tratados de Direitos Humanos, adotada pelo Supremo Tribunal Federal.**

**e) A segunda fase de processo de incorporação interna do tratado internacional sobre direitos humanos se denomina “ratificação e depósito” e antecede a aprovação do texto pelo Congresso Nacional.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre a incorporação de instrumentos internacionais à ordem jurídica brasileira. Para que um tratado obrigue o Estado brasileiro internamente ele deverá passar por quatro fases: (1ª) Assinatura Internacional; (2ª) Aprovação pelo Congresso Nacional; (3ª) Ratificação e depósito, e; (4ª) Promulgação interna. Os tratados internacionais são assinados, no Brasil, pelo Presidente da República, que possui competência privativa para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, na forma do artigo 84, VIII, da CRFB, no entanto, também estão sujeitos a referendo pelo Congresso Nacional, o que traduz a aplicação do Modelo de Duplicidade de Vontades, junção de vontades ou teoria dos atos complexos. Esse modelo de duplicidade de vontades consiste no fato de que, além da assinatura do tratado internacional pelo Presidente da República (1ª manifestação de vontade), é necessário que o tratado também seja aprovado pelo Poder Legislativo (2ª manifestação de vontade).

A alternativa A está incorreta, pois na hipótese, a aprovação precisa ocorrer em dois turnos, e não em um único turno, nos termos do art. 5º, § 3º, da CRFB: “Art. 5º [...] § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

A alternativa B está incorreta, pois conforme comentário à alternativa A, nem sempre o tratado ingressará com status de norma supralegal, podendo ter o status de Emenda Constitucional.

A alternativa C está incorreta, pois a primeira fase é a assinatura internacional. A promulgação interna ocorre ao final (4ª fase).

A alternativa E está incorreta, pois a ratificação e depósito corresponde à 3ª fase de incorporação de um tratado internacional, que ocorre após a aprovação do Congresso Nacional, que por sua vez corresponde à 2ª fase.

**QUESTÃO 86. Sobre o entendimento do STJ acerca de regras constantes do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.**

**a) A ausência de informação relativa a preço, por si só, caracteriza publicidade enganosa.**

**b) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor em resolução de contrato de compra e venda de imóvel com garantia de alienação fiduciária registrado em cartório, na hipótese de inadimplemento de devedor constituído em mora.**

**c) A condenação por danos a mercadoria ou carga em transporte aéreo internacional, contratada em território nacional, não está sujeita aos limites previstos nas convenções e nos tratados internacionais, sendo aplicável o Código de Defesa do Consumidor (CDC).**

**d) É de cobertura obrigatória pelos planos de saúde a cirurgia plástica de caráter reparador ou funcional indicada pelo médico assistente em pacientes pós-cirurgia bariátrica, visto ser parte decorrente do tratamento da obesidade mórbida.**

**e) Há possibilidade de responsabilizar órgão de proteção ao crédito por incluir em seus registros elementos constantes em banco de dados públicos de cartório de distribuição do judiciário.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, sendo que a questão tratou obrigações na cadeia consumerista.

A alternativa está de acordo com o que o STJ decidiu no Tema Repetitivo n.º 1.069, cuja tese dispõe: “(i) É de cobertura obrigatória pelos planos de saúde a cirurgia plástica de caráter reparador ou funcional indicada pelo médico assistente, em paciente pós-cirurgia bariátrica, visto ser parte decorrente do tratamento da obesidade mórbida. (ii) Havendo dúvidas justificadas e razoáveis quanto ao caráter eminentemente estético da cirurgia plástica indicada ao paciente pós-cirurgia bariátrica, a operadora de plano de saúde pode se utilizar do procedimento da junta médica, formada para dirimir a divergência técnicoassistencial, desde que arque com os honorários dos respectivos profissionais e sem prejuízo do exercício do direito de ação pelo beneficiário, em caso de parecer desfavorável à indicação clínica do médico assistente, ao qual não se vincula o julgador”.

A alternativa A está incorreta, pois o STJ entendeu justamente o contrário no julgamento do REsp n.º 1.705.278-MA: “A ausência de informação relativa ao preço, por si só, não caracteriza publicidade enganosa”. (REsp n.º 1.705.278-MA, Rel. Min. Antônio Carlos Ferreira, 4ª Turma, por unanimidade, julgado em 19/11/2019, DJe 02/12/2019).

A alternativa B está incorreta, pois na hipótese do enunciado, não se aplica o CDC, prevalecendo a legislação especial (Lei n.º 9.514/1997), nos termos da tese firmada no Tema Repetitivo n.º 1.095: “Em contrato de compra e venda de imóvel com garantia de alienação fiduciária devidamente registrado em cartório, a resolução do pacto, na hipótese de inadimplemento do devedor, devidamente constituído em mora, deverá observar a forma prevista na Lei nº 9.514/97, por se tratar de legislação específica, afastando-se, por conseguinte, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor”.

A alternativa C está incorreta, pois na hipótese do enunciado, as regras previstas nos instrumentos internacionais prevalecem sobre o CDC em relação aos danos materiais, conforme já assentou o STF em sede de repercussão geral (tema n.º 210): “Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor. O presente entendimento não se aplica às hipóteses de danos extrapatrimoniais”.

A alternativa E está incorreta, pois a afirmativa contraria a posição do STJ, firmada no julgamento do Tema Repetitivo n.º 806, cuja tese dispõe: “Diante da presunção legal de veracidade e publicidade inerente aos registros do cartório de protesto, a reprodução objetiva, fiel, atualizada e clara desses dados na base de órgão de proteção ao crédito - ainda que sem a ciência do consumidor - não tem o condão de ensejar obrigação de reparação de danos”.

**QUESTÃO 87. Marília é dona de uma confecção renomada e, em nome de sua empresa, que tem mais de 100 costureiras contratadas, comprou um lote de 50 máquinas de costura da empresa X, pois a confecção passaria a costurar peças em couro. No ato da compra, o vendedor prometeu que tal equipamento costurava materiais mais grossos. Quando as máquinas foram entregues, as costureiras passaram a**

reclamar que as agulhas não suportavam costurar couro e acabavam quebrando. Então, Marília analisou o manual de instruções e tomou conhecimento de que as máquinas, em verdade, eram indicadas apenas para tecidos finos. Nesse contexto hipotético, sob a análise da atual jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

a) Em que pese a empresa de Marília seja a parte que adquiriu os produtos da empresa X para sua atividade empresarial, em sendo comprovada sua vulnerabilidade, dada a aplicação da teoria finalista mitigada, é possível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

b) O Código de Defesa do Consumidor só seria aplicado se a compra tivesse sido realizada pela pessoa física de Marília, tendo em vista que a teoria finalista mitigada adotada pelo STJ não se aplica a aquisições em nome de pessoas jurídicas.

c) Dada a aplicação da teoria finalista pura, que é praticada atualmente pelo STJ, o Código de Defesa do Consumidor deverá ser aplicado, independentemente de qualquer prova de vulnerabilidade.

d) Como Marília adquiriu os equipamentos para se beneficiar economicamente produzindo peças para revenda, pela aplicação da teoria maximalista que hoje é usada pelo STJ para interpretação do conceito de destinatário final, não será aplicado a essa relação jurídica o Código de Defesa do Consumidor.

e) Tendo em vista que não era Marília a pessoa que seria beneficiada diretamente da compra das máquinas, mas a sua empresa, o STJ vem aplicando ao caso a teoria maximalista, e serão aplicadas aos fatos as regras do Código de Defesa do Consumidor.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão tratou sobre a teoria finalista mitigada e a aplicação da proteção das normas do CDC. Dispõe o art. 2º do CDC: “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. A teoria maximalista (ou objetiva), exige apenas a existência de destinação final fática do produto ou serviço. Já a teoria a finalista (ou subjetiva), com viés mais restritivo, exige a presença de destinação final fática e econômica (teoria adotada pelo CDC). No entanto, o STJ acaba “mitigando” a regra do art. 2º do CDC, vejamos: “[...] 4. Nada obstante, a jurisprudência do STJ, pautada em uma interpretação teleológica do dispositivo legal, adere à teoria finalista mitigada ou aprofundada, a qual viabiliza a aplicação da lei consumerista sobre situações em que, apesar de o produto ou serviço ser adquirido no curso do desenvolvimento de uma atividade empresarial, haja vulnerabilidade técnica jurídica ou fática da parte adquirente frente ao fornecedor. 5. Nessas situações, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor fica condicionada à demonstração efetiva da vulnerabilidade da pessoa frente ao fornecedor. Então, incumbe ao sujeito que pretende a incidência do diploma consumerista comprovar a sua situação peculiar de vulnerabilidade [...]” (REsp n.º 2.020.811/SP)

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentário à alternativa A.

**QUESTÃO 88.** Há 20 dias, Jurema comprou pela internet um computador na loja Y. Após essa compra, teve conhecimento de que seus dados não sensíveis foram vazados pelo site dessa empresa e comercializados para terceiros, que passaram a importuná-la com inúmeras ligações de telemarketing. O prazo de entrega do computador é de 30 dias úteis, e o produto ainda não chegou até Jurema. Diante disso, a cliente quer desfazer o negócio com a loja. Nesse contexto hipotético, é correto afirmar, considerando a atual legislação vigente e a jurisprudência do STJ, que Jurema

a) poderá, em 90 dias a partir da data do recebimento, se arrepender, por se tratar de um produto durável, sem ter o dever de prestar esclarecimentos dos motivos de sua decisão.

b) terá direito a reparação por danos morais se comprovar os danos sofridos, em razão do fato de seus dados terem sido vazados pela loja Y.

c) não poderá se valer do direito de arrependimento, pois teria prazo de 7 dias para se arrepender a contar da data de compra, sendo que, já passados 20 dias, nada poderá fazer nesse sentido.

d) terá direito a reparação por danos morais *in re ipsa*, em razão do fato de seus dados terem sido comprovadamente vazados pela loja Y.

e) terá 30 dias para se arrepender da compra, prazo esse de sanção, sendo que contará a partir da data da entrega do produto, não sendo necessário esclarecer os motivos do arrependimento.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, tendo a questão abordado o tema da responsabilidade civil nas relações de consumo.

A alternativa B está de acordo com o entendimento do STJ, vejamos: “[...] V - O vazamento de dados pessoais, a despeito de se tratar de falha indesejável no tratamento de dados de pessoa natural por pessoa jurídica, não tem o condão, por si só, de gerar dano moral indenizável. Ou seja, o dano moral não é presumido, sendo necessário que o titular dos dados comprove eventual dano decorrente da exposição dessas informações [...]” (REsp n.º 2.130.619/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 7/3/2023).

A alternativa A está incorreta, pois em se tratando de compra feita fora do estabelecimento (pela *internet*), o prazo de arrependimento é de 7 (sete) dias, contados, na hipótese, do ato de recebimento do produto, nos termos do art. 49 do CDC: “Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio”.

A alternativa C está incorreta, pois Jurema possui o direito de arrependimento, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois conforme decidiu o STJ no REsp n.º 2.130.619/SP transcrito anteriormente, não há dano moral presumido na hipótese.

A alternativa E está incorreta, pois o prazo para arrependimento é de 7 (sete) e não de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 49 do CDC.

### QUESTÃO 89. Sobre o que dispõe a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), é correto afirmar que

a) autoridade nacional é órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua, em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário, a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.

b) uso compartilhado de dados é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição,

**processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.**

**c) encarregado é pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.**

**d) bloqueio é a exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.**

**e) anonimização é a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda o conhecimento acerca de conceitos previstos no texto da Lei nº 13.709/2018, denominada de Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A alternativa A está incorreta, pois traz o conceito de órgão de pesquisa, nos termos do inciso XVIII do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): “XVIII - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico”. Por outro lado, a definição de autoridade nacional está prevista no inciso XIX do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): “XIX - autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional”.

A alternativa B está incorreta, pois se refere à definição de “tratamento”, conforme o disposto no inciso X do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): “X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração”. Em contrapartida, o conceito de “uso compartilhado de dados” está no inciso XVI do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): “XVI - uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados”.

A alternativa C está incorreta, pois aborda a definição de “controlador” prevista no inciso VI do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): “VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais”. Enquanto o conceito de “encarregado” consta do inciso VIII do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): “VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)”.

A alternativa D está incorreta, pois versa sobre o conceito de “eliminação” previsto no inciso XIV do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): “XIV - eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados

em banco de dados, independentemente do procedimento empregado”. Lado outro, o “bloqueio” consiste na “suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados”, nos termos do inciso XIII do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

A alternativa E está correta, uma vez que trata da literalidade do disposto no inciso XI do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD): “Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se: XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo”.

**QUESTÃO 90. Hipoteticamente, a União propôs uma ação contra a mineradora X, que estava extraíndo areia ilegalmente do leito de um rio. Entre os pedidos, estavam a recuperação das áreas degradadas, o ressarcimento pela retirada ilegal da areia e uma indenização por danos morais coletivos. Sobre a orientação do STF acerca da prescrição dos pedidos feitos pela União, é correto afirmar que**

**a) o pedido referente à recuperação das áreas degradadas é imprescritível, e o ressarcimento pelos danos materiais e morais coletivos prescreve em 5 anos.**

**b) os pedidos de dano material e recuperação da área degradada são imprescritíveis, e o pedido de dano moral coletivo prescreve em 5 anos.**

**c) todos os pedidos formulados são imprescritíveis, pois no caso são decorrentes da exploração irregular do patrimônio mineral da União, porquanto indissociável do dano ambiental causado.**

**d) o pedido referente à recuperação das áreas degradadas é imprescritível, e o ressarcimento pelos danos materiais e morais coletivos prescreve em 10 anos.**

**e) todos os pedidos formulados pela União prescrevem em 20 anos a contar do início da exploração ilegal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento acerca do Direito Ambiental, especificamente no que se refere ao entendimento do STF sobre a imprescritibilidade da reparação civil em razão de danos ambientais.

A alternativa C está correta. Depreende-se da situação hipotética que, em virtude da extração ilegal de areia do leito de um rio, a União formulou 3 (três) pedidos em ação movida contra a mineradora X, quais sejam: i) recuperação das áreas degradadas; ii) ressarcimento pela retirada ilegal da areia e; iii) indenização por danos morais coletivos.

Acerca da reparação civil de dano ambiental, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 654833, com repercussão geral (Tema 999), o STF decidiu que a pretensão de reparação civil (por danos morais ou materiais) em razão de danos ambientais não está sujeita à prescrição.

Nesse sentido, cumpre destacar o seguinte excerto da ementa: “2. Em nosso ordenamento jurídico, a regra é a prescrição da pretensão reparatória. A imprescritibilidade, por sua vez, é exceção. Depende, portanto, de fatores externos, que o ordenamento jurídico reputa inderrogáveis pelo tempo. 3. Embora a Constituição e as leis ordinárias não disponham acerca do prazo prescricional para a reparação de danos civis ambientais,

sendo regra a estipulação de prazo para pretensão ressarcitória, a tutela constitucional a determinados valores impõe o reconhecimento de pretensões imprescritíveis. 4. O meio ambiente deve ser considerado patrimônio comum de toda humanidade, para a garantia de sua integral proteção, especialmente em relação às gerações futuras. Todas as condutas do Poder Público estatal devem ser direcionadas no sentido de integral proteção legislativa interna e de adesão aos pactos e tratados internacionais protetivos desse direito humano fundamental de 3ª geração, para evitar prejuízo da coletividade em face de uma afetação de certo bem (recurso natural) a uma finalidade individual. 5. A reparação do dano ao meio ambiente é direito fundamental indisponível, sendo imperativo o reconhecimento da imprescritibilidade no que toca à recomposição dos danos ambientais. (RE 654833, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20-04-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-157 DIVULG 23-06-2020 PUBLIC 24-06-2020)".

No referido julgamento, o STF fixou a seguinte tese de repercussão geral: "É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental".

Portanto, é possível concluir que todos os pedidos formulados pela União são imprescritíveis, tendo em vista que decorrem da exploração irregular do patrimônio mineral da União, sendo indissociável do dano ambiental causado.

A alternativa A está incorreta, pois o pedido de ressarcimento pelos danos materiais e morais coletivos é imprescritível, nos termos da tese de repercussão geral (Tema 999): "É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental".

A alternativa B está incorreta, pois o pedido de dano moral coletivo é imprescritível, nos termos da tese de repercussão geral (Tema 999): "É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental".

A alternativa D está incorreta, pois o pedido de ressarcimento pelos danos materiais e morais coletivos é imprescritível, nos termos da tese de repercussão geral (Tema 999): "É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental".

A alternativa E está incorreta, pois todos os pedidos formulados pela União são imprescritíveis, conforme o disposto na tese de repercussão geral (Tema 999): "É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental".

**QUESTÃO 91. Considerando regras do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), é obrigatória a intervenção do Ministério Público em ação de**

- a) parcelamento do solo de imóvel particular.**
- b) extinção de condomínio.**
- c) usucapião ordinária urbana, sem exceções.**
- d) usucapião especial urbana.**
- e) usucapião familiar.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, conforme previsão legal expressa no art. 12, §1º, da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade): “§ 1º Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público”.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, pois a única hipótese na qual o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) prevê a intervenção obrigatória do Ministério Público é na ação de usucapião especial urbana. De acordo com o art. 12, §1º, da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade): “§ 1º Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público”.

**QUESTÃO 92. Marcelo é um menino de 16 anos, que apresenta hoje a condição de obesidade mórbida. Há um grupo de três rapazes, Joaquim, Antônio e Lucas, que fazem parte de sua turma de sala de aula e corriqueiramente o agridem com palavras, chamando-o de “baleia”, dizendo que, “com aquele tamanho”, ele nunca terá amigos e convencendo os demais colegas de turma a isolarem Marcelo. Além disso, os rapazes chantageiam Marcelo, dizendo que, se ele não os ajudar nos trabalhos da escola, será obrigado a fazer o que eles quiserem. Certa vez, Marcelo ficou nervoso e pediu que parassem com aquela situação, quando Joaquim e Antônio seguraram Marcelo, e Lucas desferiu um soco em seu rosto, ferindo o supercílio da vítima. Nesse contexto hipotético, é correto afirmar que**

**a) o ataque físico a Marcelo não se caracteriza como prática de bullying.**

**b) a chantagem praticada contra Marcelo sugere bullying psicológico.**

**c) quando os agressores de Marcelo pedem que os demais colegas de turma se afastem dele, sugere-se a prática de bullying verbal.**

**d) o xingamento “baleia” nesse contexto sugere bullying social.**

**e) ao amedrontarem Marcelo com a fala de que, por ser obeso, nunca terá amigos, sugere-se a prática de bullying físico.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), no contexto do Direito da Criança e do Adolescente.

A alternativa A está incorreta, pois o ataque físico a Marcelo se caracteriza como prática de bullying, nos termos do art. 2º da Lei nº 13.185/2015, in verbis: “Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática ( bullying ) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda: I - ataques físicos”. Além disso, a conduta de desferir um soco no rosto de Marcelo, ferindo seu supercílio, caracteriza-se como bullying físico, conforme o disposto no art. 3º, VI, da Lei nº 13.185/2015: “Art. 3º A intimidação sistemática ( bullying ) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: VI - físico: socar, chutar, bater”.

A alternativa B está correta, pois a chantagem praticada contra Marcelo consiste em bullying psicológico. Nos termos do art. 3º, V, da Lei nº 13.185/2015: “Art. 3º A intimidação sistemática ( bullying ) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar”.

A alternativa C está incorreta, pois o ato de pedir que os demais colegas de turma se afastem de Marcelo, isolando-o, caracteriza a prática de bullying social. De acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 13.185/2015: “Art. 3º A intimidação sistemática ( bullying ) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: IV - social: ignorar, isolar e excluir”.

A alternativa D está incorreta, pois o xingamento “baleia” nesse contexto indica a prática de bullying verbal, consoante o disposto no art. 3º, I, da Lei nº 13.185/2015: “Art. 3º A intimidação sistemática ( bullying ) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente”.

A alternativa E está incorreta, pois há bullying psicológico na prática de amedrontar Marcelo com a fala de que, por ser obeso, nunca terá amigos. Nesse sentido, dispõe o art. 3º, V, da Lei nº 13.185/2015 que: “Art. 3º A intimidação sistemática ( bullying ) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar”.

**QUESTÃO 93. A Lei nº 12.587/2012 instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Assinale a alternativa que apresenta uma das atribuições dos Estados descritas nessa legislação.**

**a) Planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano.**

**b) Propor política tributária específica e de incentivos para a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana.**

**c) Prestar, diretamente ou por delegação ou gestão associada, os serviços de transporte público interestadual de caráter urbano.**

**d) Prestar, direta, indiretamente ou por gestão associada, os serviços de transporte público coletivo urbano, que têm caráter essencial.**

**e) Fomentar a implantação de projetos de transporte público coletivo de grande e média capacidade nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento acerca das atribuições dos entes federativos no âmbito da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A alternativa A está incorreta, pois se refere a uma atribuição dos Municípios, conforme o art. 18, I, da Lei nº 12.587/2012: “Art. 18. São atribuições dos Municípios: I - planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano”.

A alternativa B está correta, pois consiste em atribuição dos Estados, consoante a redação expressa do art. 17, II, da Lei nº 12.587/2012: “Art. 17. São atribuições dos Estados: II - propor política tributária específica e de incentivos para a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana”.

A alternativa C está incorreta, pois diz respeito a uma atribuição da União, conforme art. 16, VII, da Lei nº 12.587/2012: “Art. 16. São atribuições da União: VII - prestar, diretamente ou por delegação ou gestão associada, os serviços de transporte público interestadual de caráter urbano”.

A alternativa D está incorreta, pois consiste em atribuição dos Municípios, conforme o art. 18, II, da Lei nº 12.587/2012: “Art. 18. São atribuições dos Municípios: II - prestar, direta, indiretamente ou por gestão associada, os serviços de transporte público coletivo urbano, que têm caráter essencial”.

A alternativa E está incorreta, pois trata-se de atribuição da União, conforme art. 16, IV, da Lei nº 12.587/2012: “Art. 16. São atribuições da União: IV - fomentar a implantação de projetos de transporte público coletivo de grande e média capacidade nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas”.

**QUESTÃO 94. A Lei nº 11.445/2007 estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, sendo que tal regramento apresenta importantes conceitos. Assinale o conceito correto disposto em tal legislação.**

**a) Sistema individual alternativo de saneamento são funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único Município.**

**b) Serviços públicos de saneamento básico de interesse local correspondem às funções desempenhadas pelas redes coletoras de esgoto sanitário, assentadas em posição viável no interior dos lotes ou do conjunto de habitações, interligadas à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizadas onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento.**

**c) Sistema separador absoluto é o conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar exclusivamente esgoto sanitário.**

**d) Sistema unitário é aquele que atende aos dispositivos legais pertinentes à prestação de serviços públicos de saneamento básico.**

**e) Sistema condominial é aquele que observa integralmente as disposições constitucionais, legais e contratuais relativas ao exercício da titularidade e a contratação, prestação e regulação dos serviços.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento acerca dos conceitos previstos na Lei nº 11.445/2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

A alternativa A está incorreta, pois traz o conceito de “serviços públicos de saneamento básico de interesse local”, nos termos do inciso XV do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: “XV - serviços públicos de saneamento básico de interesse local: funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único Município”. Por outro lado, a definição de “sistema individual alternativo de saneamento” está prevista no inciso XVII do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: “XVII - sistema individual

alternativo de saneamento: ação de saneamento básico ou de afastamento e destinação final dos esgotos, quando o local não for atendido diretamente pela rede pública”.

A alternativa B está incorreta, pois se refere à definição de “sistema condominial”, conforme o disposto no inciso XVI do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: “XVI - sistema condominial: rede coletora de esgoto sanitário, assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento”. Em contrapartida, o conceito de “serviços públicos de saneamento básico de interesse local” está previsto no inciso XV do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: “XV - serviços públicos de saneamento básico de interesse local: funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único Município”.

A alternativa C está correta, pois versa sobre o conceito de “sistema separador absoluto” previsto expressamente no inciso XVIII do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: “XVIII - sistema separador absoluto: conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar exclusivamente esgoto sanitário”.

A alternativa D está incorreta, pois aborda a definição de “contratos regulares” prevista no inciso IX do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: “IX - contratos regulares: aqueles que atendem aos dispositivos legais pertinentes à prestação de serviços públicos de saneamento básico”. Enquanto o conceito de “sistema unitário” consta do inciso XIX do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: “XIX - sistema unitário: conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar conjuntamente esgoto sanitário e águas pluviais”.

A alternativa E está incorreta, pois traz a definição de “operação regular”, nos termos do inciso XIII do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: “XIII - operação regular: aquela que observa integralmente as disposições constitucionais, legais e contratuais relativas ao exercício da titularidade e à contratação, prestação e regulação dos serviços”. Lado outro, o “sistema condominial” está disposto no inciso XVI do art. 3º da Lei nº 11.445/2007: “XVI - sistema condominial: rede coletora de esgoto sanitário, assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento”.

**QUESTÃO 95. Assinale a alternativa que apresenta corretamente, entre outras, uma das competências da União, instituída pela Lei nº 12.608/2012, que trata sobre a Política Nacional da Defesa Civil.**

- a) Identificar e mapear as áreas de risco de desastres.**
- b) Organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança.**
- c) Promover a fiscalização das áreas de risco de desastres e vedar novas ocupações nessas áreas.**
- d) Instituir e manter sistema de informações e monitoramento de desastres.**
- e) Manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento acerca das competências dos entes federativos no âmbito da Política Nacional da Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608/2012.

A alternativa A está incorreta, pois se refere a uma competência atribuída aos Municípios, conforme o art. 8º, IV, da Lei nº 12.608/2012: “Art. 8º Compete aos Municípios: IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres”.

A alternativa B está incorreta, pois consiste em competência atribuída aos Municípios, conforme o art. 8º, VIII, da Lei nº 12.608/2012: “Art. 8º Compete aos Municípios: VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança”.

A alternativa C está incorreta, pois diz respeito a uma competência atribuída aos Municípios, conforme o art. 8º, V, da Lei nº 12.608/2012: “Art. 8º Compete aos Municípios: V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas”.

A alternativa D está correta. De fato, é competência da União instituir e manter sistema de informações e monitoramento de desastres no âmbito da Política Nacional da Defesa Civil. De acordo com o art. 6º, V, da Lei nº 12.608/2012: “Art. 6º Compete à União: V - instituir e manter sistema de informações e monitoramento de desastres”.

A alternativa E está incorreta, pois trata-se de competência atribuída aos Municípios, conforme o art. 8º, IX, da Lei nº 12.608/2012: “Art. 8º Compete aos Municípios: IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres”.

**QUESTÃO 96. Considere que o Sindicato dos Servidores do Estado X, na qualidade de substituto processual, ajuizou uma ação coletiva em face do Estado X, com o fim de obrigá-lo a avaliar o desempenho de inúmeros servidores públicos, a qual foi devidamente distribuída para a 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado X. O pedido foi julgado procedente, e a ação transitou em julgado. Na fase de execução, a obrigação de avaliar foi convertida em perdas e danos, e os substituídos tiveram direito ao reajuste de seus vencimentos em 10% (dez por cento). A decisão igualmente transitou em julgado. Denise, servidora pública substituída, que mora no interior do estado, na Cidade Y, formulou pedido de cumprimento individual da sentença coletiva, requerendo perdas e danos de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:**

**a) Denise não pode propor, nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, o pedido de cumprimento individual de sentença formado em ação coletiva, que tramitou sob o rito ordinário, assim como, impor o rito sumaríssimo ao juízo comum da execução.**

**b) Independentemente de onde estiver localizado o domicílio de Denise, ela deverá apresentar seu pedido de cumprimento individual de sentença na Capital do Estado X, sob pena de ser considerada inepta a petição.**

c) Denise deve formular o pedido de cumprimento individual da sentença coletiva no Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital do Estado X, pois, nas causas de até 60 salários-mínimos, a competência do Juizado é absoluta.

d) Em face do princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, Denise é obrigada a apresentar o pedido de cumprimento individual de sentença na 1 Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado X.

e) Em face de o valor do cumprimento de sentença ser inferior a 60 salários-mínimos, Denise pode propor a execução do título executivo formado em ação coletiva no Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca Y.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o tema cumprimento individual de sentença coletiva.

A alternativa A está correta, pois é o entendimento do STJ, no julgamento do REsp 1804186/SC, fixado no Tema 1.029/STJ, no sentido de que é vedada a execução de título executivo formado em ação coletiva que tramitou sob o rito ordinário em sede de Juizado Especial da Fazenda Pública, veja: "Não é possível propor nos Juizados Especiais da Fazenda Pública a execução de título executivo formado em Ação Coletiva que tramitou sob o rito ordinário, assim como impor o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 ao juízo comum da execução." (REsp 1804186/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2020, DJe 11/09/2020).

A alternativa B está incorreta, pois a jurisprudência do STJ, conforme julgamento do REsp 1804186/SC, é no sentido de que a execução individual possa ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário. Veja: "3. Com relação à execução de sentenças coletivas, o STJ firmou a compreensão, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, de que "a liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC.) (REsp 1.243.887/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 19.10.2011, DJe de 12.12.2011)" (REsp 1804186/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2020, DJe 11/09/2020).

A alternativa C está incorreta, pois o entendimento do STJ, no julgamento do REsp 1804186/SC e do AgInt no AREsp nº 2.298.479/SE, é de que a competência para a liquidação e o cumprimento de sentença coletiva poderá ser do foro em que foi prolatada a decisão da ação civil pública ou do domicílio dos beneficiários e seus sucessores. Veja: "1. O entendimento prevalente nesta Corte Superior é de que a competência para a liquidação e o cumprimento de sentença coletiva poderá ser do foro em que prolatada a decisão da ação civil pública ou do domicílio dos beneficiários ou seus sucessores." (REsp n. 1.866.440/AL, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 9/5/2023, DJe de 12/5/2023.)

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o STJ, no julgamento do REsp n. 1.866.440/AL, a competência para a liquidação e o cumprimento de sentença coletiva poderá ser do foro em que foi prolatada a decisão da ação civil pública ou do domicílio dos beneficiários e seus sucessores, não estando Denise obrigada a propor o cumprimento de sentença na capital do Estado X. Veja: "1. O entendimento prevalente nesta Corte Superior é de que a competência para a liquidação e o cumprimento de sentença coletiva poderá ser do foro em que prolatada a decisão da ação civil pública ou do domicílio dos beneficiários

ou seus sucessores." (REsp n. 1.866.440/AL, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 9/5/2023, DJe de 12/5/2023.)

A alternativa E está incorreta, pois não será possível propor a execução do título, formado em ação coletiva, no Juizado Especial da Fazenda Pública, mesmo que o valor seja inferior a 60 S.M., conforme tese assentada pelo STJ: "2. Na hipótese tratada no presente tema repetitivo, o Tribunal de origem assentou que, por ser absoluta a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (§ 4º do art. 2º da Lei 12.153/2009), o cumprimento de sentença oriundo de Ação Coletiva em que o valor da causa seja inferior a 60 (sessenta) salários mínimos deve seguir o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009, independentemente de haver Juizado Especial instalado na comarca competente." (REsp 1804186/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2020, DJe 11/09/2020).

**QUESTÃO 97. Considere que a Associação ABC ajuizou, perante a Justiça Estadual, ação coletiva em face da Mais Alimentos Ltda, empresa que atua no ramo da alimentação infantil, requerendo a indenização da ré em danos morais coletivos, em face da propaganda enganosa veiculada na internet no início do ano de 2022. O juízo de primeiro grau julgou procedente a ação, condenando a ré a pagar 5 milhões de reais ao fundo de combate à fome. Mais Alimentos Ltda interpôs apelação, à qual foi negado provimento. Em seguida, a ré interpôs recurso especial requerendo o reconhecimento da ilegitimidade ativa da autora, pois, no prazo para recorrer, tomou conhecimento de que a Associação ABC foi dissolvida judicialmente em face da ausência de representatividade adequada e de desvio de finalidade, decisão que transitou em julgado na data do julgamento da apelação pelo Tribunal de Justiça. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:**

**a) Como a Associação ABC foi extinta por decisão judicial, o processo deve ser extinto sem julgamento do mérito.**

**b) Exclusivamente nas hipóteses de desistência infundada ou de abandono da ação por parte da associação autora de ação civil pública, admite-se a substituição processual pelo Ministério Público.**

**c) Como a ação civil pública está em andamento no Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público Federal é quem possui legitimidade para substituir a associação extinta por decisão judicial, ainda que a ação tenha sido proposta perante a Justiça Estadual.**

**d) Interpretando-se a mens legis do artigo 5º, §º 3, da Lei de Ação Civil Pública, e protegendo a coletividade envolvida no processo, o Ministro relator do recurso especial deve determinar que, em até 15 dias, outra associação assumam a titularidade ativa, sob pena de multa.**

**e) em caso de dissolução, por decisão judicial, da associação autora de ação civil pública, é possível a substituição processual pelo Ministério Público.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda a substituição processual realizada pelo Ministério Público.

A alternativa A está incorreta, pois no caso de dissolução judicial da associação em ação civil pública, o entendimento do STJ é o de que o Ministério Público poderá fazer a substituição processual. Veja: "(...) como não cabe ao intérprete estabelecer distinções onde a própria lei não distinguiu, é irrelevante ao deferimento da substituição processual a circunstância da associação haver sido extinta por decisão judicial. Nesse

sentido, também esta Corte já deixou claro que "se o dispositivo não restringiu, não pode o aplicador do direito interpretar a norma a ponto de criar uma restrição nela não prevista" (REsp 1.113.175/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, julgado em 24/5/2012, DJe 7/8/2012). O que importa é que tanto nos casos de desistência infundada ou de abandono da ação quanto na hipótese de extinção da associação por decisão judicial, o objetivo legítimo consiste em não deixar desprotegidas as pessoas que de fato tinham o interesse naquela tutela e até então eram substituídas pela associação. Assim sendo, o fundamento para o deferimento da substituição processual não depende de se tratar de desistência infundada ou de abandono da ação, mas, sim, da necessidade de proteger os consumidores." (AgInt no REsp 1.582.243-SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 14/2/2023.)

A alternativa B está incorreta, pois, no caso de dissolução judicial da associação em ação civil pública, o entendimento do STJ é o de que o Ministério Público poderá fazer a substituição processual, além dos casos de desistência infundada ou de abandono de ação. Veja: "O que importa é que tanto nos casos de desistência infundada ou de abandono da ação quanto na hipótese de extinção da associação por decisão judicial, o objetivo legítimo consiste em não deixar desprotegidas as pessoas que de fato tinham o interesse naquela tutela e até então eram substituídas pela associação. Assim sendo, o fundamento para o deferimento da substituição processual não depende de se tratar de desistência infundada ou de abandono da ação, mas, sim, da necessidade de proteger os consumidores." (STJ. 4ª Turma. AgInt no REsp 1.582.243-SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 14/2/2023 (Info 764).)

A alternativa C está incorreta, pois o entendimento do STJ é o de que, ainda que o processo esteja em curso no Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público Federal não possui legitimidade para substituir a associação extinta por decisão judicial, em ação civil pública que tenha sido proposta perante a Justiça Estadual. Vejamos: "A pretensão do MPF de substituir a associação civil é inadmissível porquanto a presente ação tramitou na Justiça do Estado de Minas Gerais. Embora tenha legitimidade para officiar nos processos em curso nesta Corte, essa legitimidade não se estende à assunção do polo ativo de ação civil pública proposta perante a Justiça estadual e que nela teve tramitação por não se enquadrar na competência da Justiça Federal (CF, art. 109)." (STJ. 4ª Turma. REsp 1.678.925-MG, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 14/2/2023 (Info 764).)

A alternativa D está incorreta, pois no caso de dissolução judicial da associação em ação civil pública, o entendimento do STJ é o de que o Ministério Público poderá fazer a substituição processual. Veja: "Como não cabe ao intérprete estabelecer distinções onde a própria lei não distinguiu, é irrelevante ao deferimento da substituição processual a circunstância da associação haver sido extinta por decisão judicial. Nesse sentido, também esta Corte já deixou claro que "se o dispositivo não restringiu, não pode o aplicador do direito interpretar a norma a ponto de criar uma restrição nela não prevista" (REsp 1.113.175/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, julgado em 24/5/2012, DJe 7/8/2012).

A alternativa E está correta, pois é o entendimento do STJ, no julgamento do AgInt no REsp 1.582.243-SP, veja: "Em caso de dissolução, por decisão judicial, da associação autora de ação civil pública, é possível a substituição processual pelo Ministério Público." (STJ. 4ª Turma. AgInt no REsp 1.582.243-SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 14/2/2023 (Info 764).)

**QUESTÃO 98. A respeito do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), assinale a alternativa que está de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.**

**a) O acórdão que inadmite o IRDR é recorrível por meio de recurso especial.**

**b) O órgão julgador que julgar o IRDR será competente para fixar a tese jurídica em abstrato, cabendo o julgamento do caso concreto contido no recurso ao órgão originário.**

**c) Não cabe recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem que fixa tese jurídica em abstrato em julgamento do IRDR.**

**d) Cabe reclamação ao Superior Tribunal de Justiça com fundamento em inobservância de acórdão proferido em recurso especial em IRDR.**

**e) Caberá a instauração de IRDR, ainda que já encerrado o julgamento de mérito do recurso ou da ação originária, desde que pendentes de julgamento os embargos de declaração.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

A alternativa A está incorreta, pois o entendimento do STJ é o de que não é cabível recurso especial neste caso, veja: "(...) 2- Não é cabível recurso especial em face do acórdão que inadmite a instauração do IRDR por falta de interesse recursal do requerente, pois, apontada a ausência de determinado pressuposto, será possível a instauração de um novo IRDR após o preenchimento do requisito inicialmente faltante, sem que tenha ocorrido preclusão, conforme expressamente autoriza o art. 976, §3º, do CPC/15 (...)". (REsp 1631846/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 22/11/2019).

A alternativa B está incorreta, pois contraria o parágrafo único do art. 978 do CPC, que estabelece caber ao órgão julgador que julgar o IRDR a competência para, além de fixar a tese jurídica em abstrato, julgar o caso presente no recurso, remessa necessária ou o processo de competência originária que originou o referido incidente, veja: "Art. 978. O julgamento do incidente caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal. Parágrafo único. O órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente."

A alternativa C está correta, pois é o entendimento do STJ sobre o não cabimento de recurso especial em face do acórdão proferido pelo Tribunal de origem que fixa tese jurídica em abstrato em julgamento do IRDR, veja: "Admitir a competência para analisar teses em abstrato, sem uma profunda e cuidadosa reflexão sobre os impactos que tal opção possa causar, é potencialmente capaz de gerar resultados não esperados pela comunidade jurídica e pelo próprio Superior Tribunal de Justiça. (...) Portanto, em síntese, não cabe recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem que fixa tese jurídica em abstrato em julgamento do IRDR, por ausência do requisito constitucional de cabimento de "causa decidida", mas apenas naquele que aplica a tese fixada, que resolve a lide, desde que observados os demais requisitos constitucionais do art. 105, III, da Constituição Federal e dos dispositivos do Código de Processo Civil que regem o tema." (REsp 1.798.374-DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Corte Especial, por unanimidade, julgado em 18/05/2022.)

A alternativa D está incorreta, pois o entendimento do STJ é pelo descabimento da reclamação, veja: "(...) 3. Verifica-se, assim, que a reclamação proposta com alicerce em suposta inobservância, pelo tribunal reclamado, de acórdão do Superior Tribunal de Justiça proferido em recurso especial em IRDR, não se amolda à hipótese legal descrita no art. 988, IV, do CPC/2015, uma vez que não corresponde ao IRDR em si, mas sim ao recurso especial repetitivo (...)". (Rcl n. 43.019/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Segunda Seção, julgado em 28/9/2022, DJe de 3/10/2022.)

A alternativa E está incorreta, pois o entendimento do STJ é pelo não cabimento de IRDR, caso já encerrado o julgamento de mérito do recurso ou da ação originária, ainda que pendentes de julgamento os embargos de declaração, veja: "(...) V - O cerne da controvérsia consiste em decidir se seria admissível a instauração do IRDR pela escolha de um caso que já tenha sido objeto de julgamento, mas cujos embargos de declaração ainda não foram julgados. Ocorre que, após o julgamento do mérito do recurso do qual se extrairia a tese jurídica, não há que se falar em pendência do caso para fins de instauração do IRDR, diante do obstáculo à formação concentrada do precedente obrigatório. VI - O cabimento do IRDR, condiciona-se à pendência de julgamento, no tribunal, de uma causa recursal ou originária. Se já encerrado o julgamento, não caberá mais a instauração do IRDR, senão em outra causa pendente; mas não naquela que já foi julgada. Nesse sentido, o Enunciado n. 344 do Fórum Permanente de Processualistas Civis." (AREsp 1470017/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 18/10/2019)

**QUESTÃO 99. Considere que um órgão de pesquisa vinculado à Universidade X está realizando estudos em saúde pública a respeito do comportamento da Doença de Alzheimer em pessoas entre 45 e 60 anos de idade. Para tanto, utiliza-se da base de dados pessoais dos cinco maiores hospitais do país. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, é correto afirmar que:**

- a) A utilização da base de dados pessoais por parte do órgão de pesquisa deve ocorrer por meio da observância obrigatória da anonimização e pseudonimização dos dados.**
- b) A divulgação dos resultados ou de qualquer excerto da pesquisa sobre o comportamento da Doença de Alzheimer em nenhuma hipótese poderá revelar dados pessoais.**
- c) A Universidade X será a responsável pela segurança da informação da base de dados pessoais.**
- d) Caso o órgão de pesquisa assine um contrato de colaboração com agência de pesquisa de saúde estrangeira, poderá revelar os dados pessoais, desde que na avença haja cláusula de confidencialidade.**
- e) É ilegal o acesso a bases de dados pessoais, devendo o órgão de pesquisa e os cinco hospitais serem condenados ao pagamento de multa.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda a Lei Geral de Proteção de Dados.

A alternativa A está incorreta, pois a LGPD determina que, no uso de dados para estudos em saúde pública, a anonimização ou pseudonimização dos mesmos ocorrerá sempre que possível, não sendo, assim, compulsórias. Veja: "Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas."

A alternativa B está correta, pois é o que determina o § 1º, artigo 13 da LGPD, veja: "Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento

específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas. § 1º A divulgação dos resultados ou de qualquer excerto do estudo ou da pesquisa de que trata o caput deste artigo em nenhuma hipótese poderá revelar dados pessoais."

A alternativa C está incorreta, pois a responsável pela segurança das informações não é a Universidade, mas o órgão de pesquisa, consoante a LGPD, veja: "Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas. § 2º O órgão de pesquisa será o responsável pela segurança da informação prevista no caput deste artigo, não permitida, em circunstância alguma, a transferência dos dados a terceiro."

A alternativa D está incorreta, pois a LGPD veda a transferência dos dados pessoais, utilizados nos estudos em saúde pública, a terceiros, sob qualquer circunstância. Veja: "Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas. § 2º O órgão de pesquisa será o responsável pela segurança da informação prevista no caput deste artigo, não permitida, em circunstância alguma, a transferência dos dados a terceiro."

A alternativa E está incorreta, pois a Lei Geral de Proteção de Dados garante o acesso a dados pessoais, com fins de estudos em saúde pública. Vejamos: "Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas."

**QUESTÃO 100.** Considere que a Associação 123 ajuizou ação coletiva na Capital do Estado A, sob o rito ordinário, em face da União, com o fim de obter a repetição de valores indevidamente descontados dos servidores. A ação foi julgada procedente e transitou em julgado. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que os beneficiários do título executivo formado são aqueles residentes

- a) Em qualquer cidade do Brasil, e que detinham, antes do ajuizamento, a condição de filiados, independentemente de constarem ou não na lista apresentada com a peça inicial.
- b) Na área compreendida na jurisdição do órgão julgador e detinham, até o trânsito em julgado, a condição de filiados.
- c) Em qualquer cidade do Brasil e que detinham, antes do ajuizamento da ação, a condição de filiados.
- d) No Estado A e que se filiaram até a data do trânsito em julgado da ação coletiva.

**e) No âmbito da jurisdição do órgão julgador, que fossem filiados em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, e constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda os beneficiários do título executivo em sede de ação coletiva.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com a jurisprudência do STF, a eficácia da coisa julgada em decorrência de ação coletiva abrange somente aqueles que residam na área de jurisdição do órgão julgador e que, antes do ajuizamento, detinham a condição de afiliados, constando da lista apresentada com a peça inicial, veja: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva de rito ordinário ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados somente alcança os filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação juntada à inicial do processo de conhecimento." (STF. (2017). RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 612.043 PR. Relator Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/05/2017.)

A alternativa B está incorreta, pois o entendimento do STF é no sentido de que a condição de filiado deveria estar consolidada até a propositura da demanda, veja: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva de rito ordinário ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados somente alcança os filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação juntada à inicial do processo de conhecimento." (STF. (2017). RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 612.043 PR. Relator Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/05/2017).

A alternativa C está incorreta, pois o entendimento do STF é no sentido de que apenas os filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador seriam alcançados pela eficácia subjetiva da coisa julgada, veja: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva de rito ordinário ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados somente alcança os filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação juntada à inicial do processo de conhecimento." (STF. (2017). RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 612.043 PR. Relator Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/05/2017).

A alternativa D está incorreta, pois o entendimento do STF é no sentido de que a condição de filiado deveria estar consolidada até a propositura da demanda, e não até o trânsito em julgado, veja: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva de rito ordinário ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados somente alcança os filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação juntada à inicial do processo de conhecimento." (STF. (2017). RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 612.043 PR. Relator Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/05/2017).

A alternativa E está correta, pois é o que decidiu o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 612.043, de forma que a eficácia da coisa julgada, em decorrência de ação coletiva, abrange somente aqueles que residam na área de jurisdição do órgão julgador e que, antes do ajuizamento, detinham a condição de afiliados, constando da lista apresentada com a peça inicial. Veja: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva de rito ordinário ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados somente alcança os filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação juntada à inicial do processo de conhecimento." (STF. (2017). RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 612.043 PR. Relator Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/05/2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreiraJurídica](#) / [yasminushara](#)